UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

ALINE DE FREITAS DIAS

A CONSTRUÇÃO DE UM PERSONAGEM POLÍTICO: A TRAJETÓRIA DE ROBERTO VALADÃO ALMOKDICE, DE 1970 A 1988.

VITÓRIA

2018

ALINE DE FREITAS DIAS

A CONSTRUÇÃO DE UM PERSONAGEM POLÍTICO: A TRAJETÓRIA DE ROBERTO VALADÃO ALMOKDICE, DE 1970 A 1988.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Ueber José de Oliveira.

VITÓRIA
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Dias, Aline de Freitas, 1984-
D541c A construção de um personagem político : a trajetória de Roberto Valadão Almokdice (1970-1988) / Aline de Freitas Dias. – 2018.
126 f. : il.

Orientador: Ueber José de Oliveira.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Valadão, Roberto, 1938-. 2. Ciência política - Cachoeiro de Itapemirim (ES). 3. Governo militar – Brasil – 1964-1985. 4. Oposição (Ciência política). I. Oliveira, Ueber José de, 1981-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

Elaborado por Perla Rodrigues Lôbo – CRB-6 ES-527/O

ALINE DE FREITAS DIAS

A CONSTRUÇÃO DE UM PERSONAGEM POLÍTICO: A TRAJETÓRIA DE ROBERTO VALADÃO ALMOKDICE, DE 1970 A 1988

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em História. Área de concentração: História Social das Relações Políticas.

Aprovada em _____ de _____ de 2018.

Comissão examinadora:

_____

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes
Orientador

_____

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes
Examinador Interno

_____

Prof.Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinador Interno

_____

Prof.Dr. Aldieris Braz Amorim Caprini
Instituto Federal do Espírito Santo
Examinador Externo

Dedico esta conquista à minha mãe, pela mulher forte que é, por ter me ensinado, pelo exemplo, a ver o mundo de modo tolerante, por estar sempre ao meu lado, mesmo nesses tempos difíceis, e por amar a mim e ao meu irmão com o coração e com os olhos. O seu olhar é o meu combustível para muitas coisas, mãe.

AGRADECIMENTOS

A vida é marcada pela necessidade de muitas decisões difíceis. Ingressar no programa de mestrado, com certeza, foi uma difícil decisão para mim, mas era também um sonho, fazia parte do meu compromisso com a minha formação e com as minhas metas. Conciliar uma rotina intensa de trabalho com viagens de Cachoeiro de Itapemirim a Vitória, além das leituras e obrigações da pós-graduação foi, sem dúvida, desafiador e, apesar de ter conseguido chegar a esta etapa, sinceramente não estou certa se posso dizer que venci. No entanto, posso afirmar, sem medo de errar, que faria tudo novamente, talvez de um modo um pouco diferente. Ao término desta etapa, posso concluir que as dificuldades não são maiores que minha resiliência.

Após estudar toda a Educação Básica em escolas públicas, em 2006, ingressei no Ensino Superior no Centro Universitário São Camilo-ES, por intermédio do processo seletivo do Prouni, utilizando a pontuação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e uma avaliação sobre o meu perfil socioeconômico. Nesse contexto, pela primeira vez em sua história, o Brasil era governado com propostas que consideravam as demandas sociais dos mais pobres: o governo petista de Lula teimava que os filhos dos pobres, como eu, deveriam estudar. Foi nessa época que minha história começou a mudar, pois passei a entender que eu precisava ser respeitada e que poderia ter os mesmos direitos das pessoas de outras classes sociais.

Quando comecei a estudar, várias janelas se abriram. De repente, as perspectivas mudaram. O sonho de uma vida melhor e mais digna, só aumentava a cada aula no curso de História. As aulas dos professores Adilson Silva Santos, Aldieris Caprini, Diogo Lube, Jaqueline Ramalho, Marco Aurélio Borges, Marcos Balbino e Pedro Ernesto Fagundes me provocavam uma visão nova sobre tudo. Esses professores são grandes exemplos, minha maior inspiração na vida. Aos queridos mestres, rendo os meus mais sinceros agradecimentos. Aproveito para agradecer ao Centro Universitário São Camilo, instituição que me formou e na qual tenho a honra de

lecionar faz oito anos.

Sou muito feliz por ter tantos amigos especiais, com os quais posso contar em vários momentos da minha vida. Todavia, no trajeto do mestrado, pude contar com o apoio especial de algumas pessoas, às quais não poderia deixar de agradecer. Portanto, meu muito obrigada a: minha mãe, pela força de sempre, à minha grande amiga Aline Guimarães Andrade; aos meus tios Alcir de Oliveira Dias e Alexandre de Oliveira Dias, aos amigos Leandro e Fernanda, Fernanda Zilio, Magno Valentim, Élito Almeida, Valquiria Cereza e Patrícia Peres, sempre atenciosos e dispostos a me dar ânimo, quando eu achava que o barco estava furado; aos meus alunos queridos do Sesi, Raphael Belone e Luiz Fernando Aguiar, por me auxiliarem na elaboração das tabelas presentes nesse trabalho; aos meus amigos do colegiado de História do Centro Universitário São Camilo, aos quais já agradeci anteriormente na condição de meus ex- professores, com exceção de Felipe Vieira Gonçalves, o meu amigo Felipe lindo, e Rafael Magalhães, um louco que a vida me deu de presente. Agradeço também aos meus companheiros de trabalho da escola Sesi, em especial à Searom Capucho e à diretora Giane Baldoto, pelos esforços em fazer as adequações de horários para que fosse possível a concilição entre minha rotina de aulas e trabalho, e a toda equipe do Ensino Médio, sempre atenta às minhas aflições e na torcida para que eu conseguisse atingir o meu objetivo.

Agradeço imensamente, mais uma vez, ao professor Pedro Ernesto, por me acolher na Ufes e apontar o caminho a ser percorrido, além de trazer suas ricas contribuições, ao compor a banca de avaliação do meu projeto de pesquisa, juntamente com o professor Sebastião Pimentel, a quem aproveito para agradecer também. Igualmente, registro minha gratidão ao professor Vitor Ângelo de Amorim, por seus apontamentos e contribuições no Seminário do pré-projeto.

Minha eterna e sincera gratidão ao meu orientador Ueber José de Oliveira, pela paciência e decisão de não desistir de mim, ainda que, se o fizesse, seria compreensível. Obrigada, professor!Se eu consegui atingir alguma meta no

desenvolvimento deste trabalho, o mérito é todo seu. Quanto às falhas assumo minhas limitações em não conseguir ultrapassá-las, mas, acredite, chegar até aqui esgotou o meu possível. Foi uma honra ser sua orientanda, ainda que eu seja, naturalmente, um tanto quanto desorientada.

Sou grata a Roberto Valadão Almokdice, um senhor a quem aprendi a admirar no transcorrer desta pesquisa. Um homem de vida dedicada à política e à família, sem perder a coerência com sua identidade e convicções ideológicas. Posso afirmar que conheci um grande homem ao longo da nossa convivência de entrevistas.

Finalmente, agradeço à Stefani, minha filha do coração e à minha mamãe Fiel, de cuja convivência tive que me privar em muitos momentos para fazer minhas leituras e pesquisas. Sem dúvidas, essas duas são as meninas dos meus olhos, amores incondicionais. Cada livro trazido a mim, cada copo de água, cada café, cada silêncio para eu estudar melhor, cada expectativa de vocês sobre mim, foram muito importantes. Teté e mamãe Fiel, amo muito vocês.

A Deus, toda a honra e gratidão, pois é no chão do meu quarto, em oração,que renovo minhas forças.

“Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que já se passaram, mas pela astúcia que têm certas coisas passadas”.

João Guimarães Rosa

RESUMO

A pesquisa trata da construção do personagem político Roberto Valadão Almokdice, que teve sua trajetória forjada no contexto do Regime Civil-Militar no Brasil (1964-1985). Na década de 1960, Valadão iniciou a participação em discussões políticas, por meio do movimento estudantil, constituindo-se como uma liderança na Casa do Estudante, em Cachoeiro de Itapemirim-ES. Posteriormente, inseriu-se no Movimento Democrático Nacional (MDB). Com a efetivação do golpe civil-militar, em 1964, muitos políticos perderam os seus mandatos, enquanto outros tiveram que se adequar às novas regras impostas pelos governos militares, para não perderem sua carreira na vida pública. A formação política de Valadão constituiu-se de forma combativa e crítica ao ambiente autoritário imposto ao país. Esse personagem político não possuía tradição ou cargo político-partidário anterior ao ano de 1968, ano em que se filiou à agremiação opositora ao regime de exceção, assim caracterizado porque, ao longo das décadas de 1970 e 1980, os governos militares investiam em aparatos repressivos, promovendo a censura e impondo mecanismos de desmobilização das oposições. Nesse período, vigorou no Brasil o sistema bipartidário, composto pelo MDB e pelo partido de apoio ao Regime Civil-Militar, a Arena. Em um cenário marcado pela censura, a oposição competia de modo desleal com a Arena, que contava com muito mais espaço na mídia nacional, sobretudo com espaços em jornais de grande circulação, até pelo fato de os arenistas receberem mais apoio político e financeiro de elites nacionais e regionais. Apesar disso, a oposição encontrava estratégias para mobilizar a opinião pública e constituir um eleitorado capaz de garantir a presença de opositores no governo. Foi nesse cenário que Roberto Valadão constituiu-se como personagem político de grande expressão no município de Cachoeiro de Itapemirim e no Estado do Espírito Santo, sobretudo entre as décadas de 1970 e 1980, quando participou intensamente das disputas eleitorais, destacando-se na atuação legislativa e como prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, além de ter adotado um discurso de defesa da democracia e dos interesses sociais das massas populares. Esse discurso foi estendido posteriormente à sua atuação no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido que, desde 2017, retomou a sigla MDB. Como um exemplo de fidelidade partidária, Valadão está filiado ao MDB até os dias atuais.

Palavras-chave: Política, Regime Civil-Militar, Roberto Valadão, Cenário de Representação, Oposição, Cachoeiro de Itapemirim.

ABSTRACT

The research deals with the construction of the political figure Roberto Valadão Almokdice, who had his trajectory forged in the context of the Civil-Military Regime in Brazil (1964-1985). In the 1960s, Valadão entered political discussions through the student movement, constituting himself as a leader in the Student House in Cachoeiro de Itapemirim-ES, and later became part of the National Democratic Movement (MDB). With the civil-military coup in 1964, many politicians lost their mandates, while others had to adjust to the new rules imposed by the military governments, so as not to lose their career in public life. The political formation of Valadão was forged combative, critical to the authoritarian sphere imposed to the country. This political figure had no tradition or party-political positions prior to the year 1968, a year that joined the opposition party, throughout the 1970s and 1980s military governments invested in repressive apparatus, promoting censorship and imposing mechanisms for demobilization of oppositions. During this period, the bipartisan system, composed of the MDB and the party of support to the civil-military regime, the Arena, was in force in Brazil. In a scenario marked by censorship, the opposition competed unfairly with the Arena, which had much more space in the national media, especially with spaces in newspapers of great circulation, even because theyreceived more political and financial support from national and regional elites. Despite this, the opposition found strategies to mobilize public opinion and build an electorate capable of ensuring the presence of opponents in government. It was in this scenario that Roberto Valadão was a political figure of great expression in the municipality of Cachoeiro de Itapemirim and in the State of Espírito Santo, especially between the 1970s and 1980s, when he participated intensely in the electoral disputes, standing out in the legislative action and as mayor of Cachoeiro de Itapemirim, in addition to having adopted a discourse to defend democracy and the social interests of the popular masses. This speech extended after his participation in the Party of the Brazilian Democratic Movement (PMDB), a party that since 2017 has retaken the MDB, in which he is affiliated until the present day, faithfully.

Keywords: Politics, Civil-Military Regime, Roberto Valadão, Representation Scenario.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Jornal Posição. Capa. Noticiando o Cortejo fúnebre de Gicélio Manhães. 77

FIGURA 2: Folheto de campanha. Fonte: Arquivo pessoal de Roberto Valadão Almokdice.....95

FIGURA 3: Currículo Político Roberto Valadão. Fonte: arquivo pessoal de Roberto Valadão. 102

FIGURA 4: Comício do PMDB em Cachoeiro em 12 de novembro de 1982, destacado no jornal O Tempo. 109

FIGURA 5: Imagem da avaliação, efetuada pela equipe gestora de Valadão, do plano de governo após pouco mais de um ano frente à administração de Cachoeiro de Itapemirim. Publicado em edição de suplemento especial do Jornal A Gazeta em junho de 1985.....**Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Resultado das eleições para deputado federal (1978). 60

TABELA 2 - Prefeito eleito em Cachoeiro (1966). 70

TABELA 3 – Vereadores eleitos em Cachoeiro de Itapemirim em 1966. 70

TABELA 4 - Resultado das eleições diretas para prefeito no ES - 1970. 71

TABELA 5– Prefeitos eleitos em Cachoeiro de 1966 a 1982. 72

TABELA 6- Vereadores eleitos para a câmara municipal em 1972. 73

TABELA 7 – Configuração partidária das prefeituras do ES em 1976. 79

TABELA 8 – Número de votos recebidos em Cachoeiro nas eleições de 1976. 83

TABELA 9 – Vereadores eleitos em Cachoeiro nas eleições de 1976. 83

TABELA 10 – Eleições para a Assembleia Legislativa do ES em 1978. 96

TABELA 11 - Configuração político-partidária da ALES. 101

TABELA 12 - Configuração partidária na Assembleia Legislativa do Espírito Santo. 101

TABELA 13 – Resultado eleitoral para o governo do Estado em 1982. 108

TABELA 14 – Vereadores eleitos em Cachoeiro nas eleições de 1982. 110

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16

Considerações teóricas.....16

Delimitação temática e aspectos metodológicos 30

CAPÍTULO 1 - A CONSTRUÇÃO DO PERSONAGEM.....36

1.1A criação de cenários de representação na República do Brasil 36

1.2 De líder estudantil à liderança do MDB – A formação da identidade do personagem político Roberto Valadão.....41

CAPÍTULO 2 - VALADÃO X FERRAÇO – A FORMAÇÃO DE UM CENÁRIO DE REPRESENTAÇÃO DE RIVALIDADES POLÍTICAS 54

CAPÍTULO 3 - A ATUAÇÃO POLÍTICA: DA DITADURA À REDEMOCRATIZAÇÃO 64

3.1 Um autêntico na prefeitura municipal de Cachoeiro de Itapemirim 64

3.2 As eleições de 1978: rumo à Assembleia Legislativa do ES 85

3.3 Eleições gerais de 1982 e Roberto Valadão na Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim 103

CONSIDERAÇÕES FINAIS 115

REFERÊNCIAS:.....**Erro! Indicador não definido.**

INTRODUÇÃO

Considerações teóricas

As gerações de historiadores que formaram a Escola dos *Annales* se dedicaram, com muito afinco, especialmente a sua primeira geração, à crítica à história política que era praticada na sua dimensão factual, esgotando-se em análises pontuais e privilegiando as rupturas, os grandes eventos, bem como alguns personagens históricos. Essas gerações consideravam que, inscrevendo-se como narrativa linear, elitista, aristocrática e biográfica, tal paradigma historiográfico não permitia ao historiador exercer seu papel de interrogar.[1] De acordo com essa perspectiva, a escrita sobre *o político* privilegiava os *grandes homens*, constituía uma história pensada de cima para baixo, isto é, a favor da manutenção de algumas relações de poder, e da criação de mitos e heróis que tomavam a cena, desconsiderando ou deixando em segundo plano os indivíduos que compõem o cenário social mais amplo em questão. Seguindo esse enredo, estavam as biografias, textos narrativos que buscavam capturar trajetórias individuais, quase sempre apresentado certos protagonistas, em esferas privilegiadas.

Contudo, seguindo outra linha, um grupo de pesquisadores franceses, do qual fazia parte René Rémond,[2] retomou, a partir da segunda metade do século XX, a história política. Nesse novo cenário historiográfico, emergia a crítica que, além de rebater a afirmação de que a história política negligenciava as massas, negava também a tese segundo a qual o seu objeto era efêmero. A renovação do estudo do *político* passou a priorizar a análise de dados estatísticos e de toda uma massa documental produzida dentro da própria esfera da burocracia política, como no caso da documentação gerada em processos eleitorais, por exemplo. Pode-se dizer que se

---

[1] Cf. REMOND, Rene (org.). **Por uma história política.** 2. ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

[2] René Rémond (1918-2007) foi um destacado historiador e analista político francês. Dedicou-se ao estudo da História contemporânea, sobretudo à compreensão da política francesa. Dentre seus renomados trabalhos está *Por uma história política,* publicado na França em 1988, obra que organizou após estudos desenvolvidos com mais onze historiadores. O intuito da referida obra é discutir as críticas recebidas pela história política pela Escola dos *Annales* e reabilitar o estudo e a escrita *do político*.

propunha uma *nova história política*, que, apesar de considerar a relevância do debate fomentado pelos Annales e de concordar com o movimento inaugurado por Marc Bloch e Lucien Febvre, não concordava com a priorização de uma história quantitativa e de longa duração, que vigorava desde o *stabelichment* da chamada Segunda Geração dos *Analles*, liderada por Fernand Braudel. Nessa perspectiva, *o político* deveria valorizar o sujeito, o acontecimento e a análise da narrativa, entrando na rota de uma historiografia problematizadora.

A crise enfrentada pela historiografia política e a posterior busca por sua nova roupagem elegitimidade acabaram favorecendo o diálogo entre a História política e outras áreas do conhecimento como, por exemplo, as ciências sociais – Antropologia, Sociologia e a Ciência Política –, o que trouxe à abordagem política novas perspectivas, novas problematizações e até mesmo novos objetos de estudo. Na terceira geração de historiadores da *Escola dos Annales*, já se rediscutia a eficiência da longa duração e da busca por uma história global. Aos poucos, influenciada por outras ciências sociais, a Nova História direcionava-se ao retorno do evento, das biografias e de tudo aquilo que outrora fora posto como factual. Nesse sentido, afirmavam esses formuladores que o erro não estava no objeto, mas no método aplicado ao seu estudo.

A reboque do retorno da história política, a biografia também voltou à cena sob a justificativa de que:

> Além de fazer parte da história, a biografia oferece também um ponto de vista sobre a história, uma discordância, uma descontinuidade. Importa, por conseguinte, afastar toda lógica de submissão e dominação (da história sobre a biografia ou reciprocamente) e conservar a tensão, a ambigüidade, considerar o indivíduo, a um só tempo, como um caso particular e uma totalidade.[3]

No auge das discussões sobre o retorno da biografia e do evento, ao longo da década de 1980, uma das questões era, sem dúvida, os limites entre uma narrativa que busca o individual e a possibilidade da apreensão do social, do coletivo, considerando, contudo, a história do próprio indivíduo. Dessa forma, se lia, naquele contexto, que:

> mais do que nunca a biografia está no centro das preocupações dos

[3] LORIGA, Sabina. **O pequeno X:** da biografia à história; Trad. Fernando Sheiebe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 224.

> historiadores, mas denuncia claramente suas ambigüidades. Em certos casos, recorre-se a ela para sublinhar a irredutibilidade dos indivíduos e de seus comportamentos a sistemas normativos gerais, levando em consideração a experiência vivida; já em outros, ela é vista como o terreno ideal para provar a validade de hipóteses científicas concernentes às práticas e ao funcionamento efetivo das leis e das regras sociais.[4]

A pesquisa biográfica já recebeu muitas críticas, dentre elas que a estruturação de um personagem, a abordagem rigidamente coerente é algo mais construído que problematizado, mais armado que observado, é preciso atentar para a perseguição a uma suposta coerência que pode não existir, dadas as naturais contradições humanas.

Considerando tais perigos da pesquisa biográfica, este trabalho analisa a construção do personagem político Roberto Valadão Almokdice, que foi prefeito, vice-prefeito e vereador na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, além de deputado estadual e federal, dentre outras ocupações políticas.

É na possibilidade de problematizar memórias e fugir à lógica do coerente e estável que essa pesquisa se inspira. A questão central é a análise da construção do *homem político*, recorrendo, para isso, a diferentes fontes históricas, bem como à análise dos contextos históricos e às características políticas compreendidas na temporalidade pesquisada (1970-1988), visto que se trata de um homem com décadas de filiação partidária e atuação na política institucional, tanto do Município de Cachoeiro de Itapemirim, quanto do Estado do Espírito Santo, tendo participação também na política nacional.

Loriga[5] ressalta que a biografia não precisa seguir uma ordem cronológica, o que faz inferir que recortes temporais, que priorizam uma fase em detrimento da outra, não acarretam prejuízos à pesquisa, pois consistem somente em uma preferência metodológica com vistas a alcançar objetivos pré-estabelecidos. Assim, então, procedemos, priorizando no corpo do trabalho os *momentos quentes* da trajetória de Valadão. Isto é, inegavelmente, há uma maior discussão em torno dos momentos em que, segundo as fontes acessadas, ele teve maior atuação ou notoriedade pública, no caminho de construção de sua imagem e identidade política.

---

[4] LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In*.: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 177.
[5] Cf. LORIGA, Sabina. **O pequeno X**... *Op. cit.*

Diante dessas considerações, algumas indagações nos inquietam: 1) quais são as motivações das condutas humanas? 2) Seguindo quais parâmetros se inscrevem as trajetórias de um indivíduo?

Segundo Weber apud Reis (2000), “a história é a ciência da realidade, isto é, dos elementos individuais e singulares”.[6] A abordagem weberiana ainda esclarece que toda análise histórica está atrelada ao momento que a ação é executada. Tal compreensão nos auxilia, inclusive, na postura metodológica que devemos ter diante do objeto, uma vez que não existe análise científica isenta de pontos de vista. Por isso, a escolha de um objeto de estudo, os recortes temáticos e temporal obedecem a pretensões também subjetivas e parciais, como a opção por contribuir para a pesquisa de História local, constatando e analisando a atuação de um personagem político que guarda, ao longo de sua trajetória, importantes aspectos dos arranjos políticos em Cachoeiro de Itapemirim e do estado do Espírito Santo, pelo menos da década de 1970 ao final da década seguinte. Aliás, vale ressaltar que a trajetória política de Roberto Valadão Almokdice confunde-se com a própria história do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), bem como com a ascensão e com o gradativo declínio do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no município de Cachoeiro de Itapemirim e no Estado do Espírito Santo.

Dessa forma, a trajetória de Roberto Valadão Almokdice é um fio condutor, que não foge à narrativa histórica mais geral, dos aspectos políticos, econômicos e sociais que marcaram o Brasil ao longo das décadas de 1970 e 1980. Sendo assim, optamos por elaborar uma *biografia contexto*.[7]Perseguimos, a partir dessa orientação, a questão da *construção* do personagem político, passando pela descrição e análise da dinâmica política e social da configuração nacional, regional e local, entre as décadas de 1970 e 1980, uma vez que Roberto Valadão Almokdice emergiu nesse contexto na vida pública, tendo exercido intensa atividade política de contestação ao Regime Civil-Militar (1964-1985), primeiro no Movimento Estudantil,

---

[6] WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Editora Pensamento Cultrix, 1968.

[7] A Biografia contexto segue um enredo de montagem e explicitação de cenário histórico, bem como da conjuntura necessária à compreensão do contexto em que está inserido o personagem estudado. Dessa forma, essa modalidade biográfica lida muito bem com a existência de possíveis lacunas, consequentes da ausência de algumas fontes históricas específicas, pois, nesse caso, a pesquisa pode contar com analogias e contemplação de outras vivências elucidativas. A contextualização social é o fio condutor que situa o indivíduo em toda uma complexidade de relações que permitem também a análise de sua trajetória, mas não se esgota nisso.

depois filiado ao Movimento Democrático Brasileiro. Procura-se verificar, portanto, também os arranjos políticos e sociais por detrás do personagem Roberto Valadão, afinal, tal como atesta Pierre Rosanvallon, o político não é um domínio entre outros da realidade, “é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo”.[8]

Há muito que se discute a respeito da relevância política do Movimento Estudantil em momentos ímpares da política brasileira. Foi nesse ambiente que Valadão emergiu como militante político. Talvez nesse ambiente estejam as raízes do discurso e imaginário de que ele, Valadão, pertença à esquerda, a uma esquerda autêntica e combativa. Aliás, é bom frisar que, no presente, pelo menos aparentemente, o caráter de engajamento oposicionista e rebelde está evidentemente muito mais em seu próprio relato do que em sua representação no imaginário do eleitorado cachoeirense. Na condição de cachoeirense que cresceu na cidade, a imagem ou representação de Valadão, que a mim foi transmitida e que se conhece nas ruas do município, é a do ex-prefeito, boa gente, boêmio, inimigo de Theodorico Ferraço, defensor da valorização do servidor público municipal, mas também de um político envolvido em algumas denúncias de corrupção, das quais ele se defende[9].

Nas ruas de Cachoeiro de Itapemirim, raramente alguém não identifica Valadão como ex-prefeito da cidade, mas somente aqueles mais ligados às questões da política municipal o associam ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro

---

[8] ROSAVALLON, Pierre. **Por uma historia concepctual de lo político**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 9.

[9] Em 2015, Roberto Valadão teve os direitos políticos suspensos por três anos por improbidade administrativa. Valadão foi acusado de contratar 250 agentes de endemia entre 2005 e 2008, período de seu último mandato como prefeito, sem a realização de concurso público ou processo de seleção. De acordo com a acusação, as contratações ocorriam por indicação política. Em entrevista concedida ao *jornalfato.com.br*, publicada em 03 de dezembro de 2005, Valadão se defende dizendo desconhecer o processo, por não ter sido notificado, além de afirmar: "Tivemos, no início do governo, um período de chuvas intensas que provocaram uma epidemia de dengue. As contratações de agentes de endemias precisaram de celeridade e não sei se isso se constitui em crime", resumiu. Edição de O Fato, disponível em https://www.jornalfato.com.br/politica/valadao-vence-processo-,244037.jhtml. Ainda em 2015, outro processo contra Valadão obteve um desfecho diferente, uma vez que o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo decidiu anular o processo criminal aberto no final de 2008, denominado “Operação Tocha Olímpica”, que acusava o ex-prefeito de haver cometido fraude de superfaturamento na desapropriação de um terreno localizado no bairro União, que sediaria uma vila olímpica na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Na ocasião, Valadão foi afastado do cargo de prefeito, e acabou sendo alvo de outras denúncias. A anulação do processo da “Operação Tocha Olímpica” teve como justificativa a consideração de que as provas que serviram de base para a denúncia foram adquiridas de modo arbitrário e ilícito.

(PMDB) e destacam sua origem emedebista e autêntica, incluindo a sua atuação na resistência institucional ao Regime Civil-Militar. Aliás, essa problemática em torno do MDB ser ou não uma força de esquerda é uma das discussões levantadas por Maria D'Alva Kinzo, ao afirmar que o Movimento Democrático Brasileiro foi aquilo que o Regime Civil-Militar permitiu, estando constantemente cerceado, limitado pelas estratégias e mecanismos de uma ditadura travestida de democracia, sendo, portanto, uma oposição constrangida.[10] Apesar das considerações, a autora afirma que o Movimento Democrático Brasileiro foi uma oposição legítima, disposta a confrontar legalmente o Regime. Foi desse viés combativo que Valadão emergiu politicamente, mas sua representatividade em seu reduto político, Cachoeiro de Itapemirim, restou permeada por outras características, algumas até muito distantes de sua origem.

A partir disso, questiona-se: Por que algumas características se sobrepõem às outras no processo de formação do imaginário coletivo em relação às personalidades públicas? Se é que existe o Valadão militante de esquerda; o Valadão perseguido político; o Valadão que compôs a configuração político-partidária do Regime Civil-Militar; o Valadão boêmio; o Valadão corrupto, dentre outras nuances no campo político e pessoal, qual é a representação que se estabilizou no imaginário coletivo e quais foram os mecanismos responsáveis por isso?

A presente dissertação aventa para a *percepção* de que, majoritariamente, no campo político, as representações compreendidas como negativas acabaram popularizadas e estabilizadas no que se refere ao personagem político Roberto Valadão Almokdice, em Cachoeiro de Itapemirim. Quanto a isso, um dado curioso é que, ao contrário de Theodorico Ferraço, seu principal rival político, Valadão não se preocupou ou não foi bem sucedido em fazer de seu nome um lugar na memória. Mencionamos a preocupação de Ferraço porque há, na cidade, o *Morro do Ferraço*; já houve, em outra época, o *pirulito do Ferraço* – polêmico chafariz posto no centro da cidade.[11] Ademais, há o *Ginásio Ferração*, no qual, em placas, ainda é possível

---

[10] Cf. KINZO, D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo:** gênese e trajetória do MDB 1966/1967. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1988.

[11] No ano de 1992, quando Theodorico de Assis Ferraço exercia o segundo mandato como prefeito de Cachoeiro de Itapemirim foi erguido, no centro da cidade, o Monumento ao Divino Espírito Santo, uma estrutura metálica adornada por losangos nas cores do arco-íris. A torre foi projetada para

se deparar com o slogan *com fé e raça*, dentre outros elementos que fazem de Ferraço, apesar de também um político já decadente em Cachoeiro, bem como no Estado do Espírito Santo, um contraste ao esmaecimento de Valadão na política estadual, pois dizem respeito a alguém muito mais presente no imaginário coletivo como ex-prefeito,mesmo porque ainda é Deputado Estadual. Não é difícil encontrarmos um eleitor que diga em relação a Ferraço *ele rouba, mas faz*, a exemplo do ex-governador paulista Adhemar de Barros, ou do também político de São Paulo, Paulo Maluf.

Apesar disso, assim como Valadão, Ferraço também não conseguiu eleger seus candidatos à prefeitura de Cachoeiro, pelo menos não nas quatro últimas eleições, o que sinaliza a decadência da representação e do prestígio político de ambos. O poder de influência, a capilaridade política e a representação social já não são as mesmas que eram naquelas décadas de 1970, 1980, 1990 e início dos anos 2000.

A representação social é um complexo emaranhado de relações estabelecidas entre diferentes forças, fatos e agentes, portanto não se pode considerá-la proveniente apenas de um ou outro elemento. Segundo Moscovici “para se compreender e explicar uma representação, é necessário começar com aquela, ou aquelas, das quais ela nasceu”.[12]

Talvez uma imagem depreciativa da figura de nosso personagem esteja ligada não apenas à sua conduta, mas ao próprio significado de suas escolhas no cenário político em que ascendeu ao meio público. Afinal, ser líder de movimento estudantil, em seguida filiar-se à agremiação que representava a oposição ao Regime Civil-Militar, e, finalmente, filiar-se ao PMDB parecia um conjunto de escolhas arriscadas à época, uma vez que, conforme afirma a professora Maria Dalva G. Kinzo,

> um partido de oposição em um regime autoritário não seria muito atraente para aqueles que buscavam pelo menos alguma proximidade com o poder, ou que não queriam correr o risco de ter seu mandato cassado em virtude

---

garoar artificialmente num raio de 150 metros e reduzir a temperatura em até 10ºC, o que nunca aconteceu. Em vez disso, muitos dos habitantes que passavam pela "chuva artificial" reclamavam que a água respingava em seus óculos e desarrumava penteados, além de criar a curiosa prática de fazer com que pessoas andassem de guarda-chuvas em punho para transpassar a torre. O chafariz ou pirulito do Ferraço, como ficou apelidado popularmente o monumento, foi removido em 2002. Disponível em: **www.gazetaonline.com.br**, publicado em 09 /07/2016).

[12] MOSCOVICI, Serge **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5 ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 41.

> de algum discurso imprudente.[13]

Descredenciar moralmente possíveis *esquerdistas*[14]*,* na história política brasileira, sempre foi uma estratégia em várias mídias, como jornais impressos, programas de rádio, programas televisivos e outros, sobretudo nos períodos em que o autoritarismo era a base do governo. Nesse caso, ao longo do Regime civil-militar, é constatável que, seguindo o enredo da contracultura, havia mídias e um empenhado trabalho para criação de cenários de representação e penetração no imaginário coletivo também por parte de alguns movimentos de oposição, afinal essa era uma estratégia de todas as partes interessadas em legitimidade e apoio social. Contudo, algumas foram mais bem sucedidas nessa disputa simbólica. Como exemplo, pode ser citada a desproporção na atenção voltada às forças governistas e à oposição em um jornal de grande circulação no Estado do Espírito Santo, no qual era dada grande importância e espaço em páginas inteiras às questões concernentes à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), enquanto pequenas notas informavam sobre as articulações do MDB. Essa situação foi identificada em exemplares do jornal *A Gazeta,* como na edição publicada em janeiro de 1978,[15] a caráter de exemplo. Por outro lado, um exemplar do *Jornal Posição*, um periódico de esquerda, analisava o papel ocupado pelo MDB na política estadual. Em uma edição de 1978, uma página redigida pelo emedebista do Rio de Janeiro, Deputado Raimundo de Oliveira, ponderava que:

> A nação precisa de um partido popular que não permita que a falta de alternativa, o impasse, fortaleça a ultra-direita. Que leve o movimento popular até a vitória final. O MDB não é ainda este partido. Mas seria inconseqüência política não ver os amplos e influentes setores populares que a luta agrupou no MDB nestes últimos anos.[16]

Nesse mesmo ano, 1978, Roberto Valadão foi eleito deputado estadual e, na ocasião, se negou a compor uma Mesa Diretora da Assembleia legislativa, por não se conformar com o modo como se processaram as eleições para o Governo do

---

[13] KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**... *Op. cit.,* p. 29.

[14] Durante o Regime Civil-Militar aqueles considerados contrários ao governo, além de ocuparem uma posição política de esquerda, também eram enquadrados como subversivos. A única Esquerda, isto é, oposição consentida pelo governo, foi o Movimento Democrático Brasileiro. Ainda assim, muitos desconfiavam de compor uma oposição declarada e, por isso, sofrer as mais diversas retaliações, conforme tratamento dispensado pelo Regime à sua oposição. Geralmente a ideia de esquerda era atrelada à subversividade e às atividades comunistas, proibidas à época.

[15] Arena pode indicar Eurico para o governo do ES. **A Gazeta**, p. 5, 07 de janeiro de 1978.

[16] Pela transformação do MDB em um partido popular. **Posição**, p. 10, 01 de junho de 1978.

Estado, que seguiram as imposições do *pacote de abril,*[17] dentre as quais estava a eleição indireta para o Executivo Estadual. O cenário foi favorável ao arenista Eurico de Rezende,[18] a quem Valadão se recusou a aliar-se. O interessante é que, em 1982, Eurico Rezende, já em eleições diretas, foi substituído por Gerson Camata, ex-arenistae inserido há poucos meses no ninho pemedebista, sobre quem Valadão fala com muito gosto.[19]

Em dissertação defendida em 2006, intitulada *Mídia, Ditadura e contra-hegemonia: a ação do jornal Posição no Espírito Santo*, Lino Geraldo Resende analisa a representatividade do jornal Posição para a criação de um discurso contra-hegemônico, isto é, como outra versão dos fatos, além daquela sustentada pelas mídias mais consolidadas no Estado, como os jornais A Gazeta e A Tribuna.

Resende afirma que o jornal Posição configurou uma mídia diferente daquelas que replicavam o discurso oficial do Regime Civil-Militar,[20]se preocupando em denunciar as arbitrariedades do regime de exceção. Afirma que, desde o início de sua circulação, em 29 de outubro de 1976,o jornal buscou o apoio daqueles que não eram os preferidos da grande mídia, mas que faziam parte do jogo político:

> Foi neste sentido que fez contato com os prefeitos pertencentes ao MDB, notadamente os de Cachoeiro de Itapemirim, Gílson Carone, e de Vila Velha, Américo Bernardes da Silveira, para que, anunciando em Posição, lhe dessem o sustento financeiro inicial, que seria complementado pela venda dos exemplares.[21]

Mesmo que se tenha mantido como uma produção independente até o final de sua

---

[17] O Pacote de Abril consistiu em um pacote de medidas do governo do então presidente Ernesto Geisel para minimizar o crescimento da participação de emedebistas no governo, visto que, no ano seguinte, haveria eleições diretas para o Legislativo. Para garantir o controle do país pelos Arenistas, foi estabelecida eleição indireta de 1/3 dos senadores, originando os senadores biônicos, aumento do mandato presidencial para seis anos, extensão da Lei Falcão, dentre outras medidas.

[18] Eurico de Rezende, nascido em 1918, em Minas Gerais, foi advogado, jornalista, professor, pecuarista e político de carreira com intensa atuação no estado do Espírito Santo. Foi deputado estadual por três mandatos consecutivos (1951 – 1963) pela União Democrática Nacional (UDN); na sequência, elegeu-se senador ainda pela UDN. A partir de 1965, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena) e, sob essa legenda, foi reeleito senador. Tornou-se o último governador biônico do estado do Espírito Santo, ao ser indicado pelo então presidente Geisel e eleito de forma indireta, em 1978, para cumprir o mandato de 1979 a 1983. Com a redemocratização e o retorno do pluripartidarismo, optou por filiar-se ao Partido Democrático Social (PDS), partido sucessor da Arena.

[19] ALMOKDICE, Roberto Valadão. **A construção e a desconstrução de um personagem político: A trajetória de Roberto Valadão Almokdice de 1970 a 2017**. Entrevista concedida a Aline de Freitas Dias, Cachoeiro de Itapemirim, 2016.

[20] C.f Resende. José, Lino. **Mídia, ditadura e contra-hegemonia. A ação do jornal Posição no Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

[21] *Ibidem,* p. 15.

circulação, em 1979, em meio às suas mudanças estruturais, o *Posição* também contou com a busca de novas parcerias, como a incorporação de membros do MDB e da OAB/ES em seu conselho editorial, conforme destaca Resende.[22] Apesar de todo nosso apreço pelos canais midiáticos que resistiam à censura e ao discurso oficial e padronizador, não podemos deixar de inferir que as opções do *Posição* fizeram do jornal uma mídia parcial, tal como todas as demais, porém inclinada às esquerdas, ainda que não tivesse fidelidade a nenhuma. Diga-se de passagem, há edições do Posição com fortes questionamentos sobre a atuação do MDB para o processo de redemocratização do país, a exemplo da publicada em 30 de maio de 1978.[23]

À medida que consultamos os jornais *A Gazeta* e *Posição*, sobre o cenário político do Espírito Santo, conseguimos traçar aspectos da identidade de nosso personagem, inclusive uma intensa participação política que faz de Valadão notícia constante nesses e em outros veículos de comunicação. Ressalte-se que sua atuação durante o Regime Civil-Militar acabou associando-o a um posicionamento político de esquerda.

É muito temerário afirmar, ou negar, que Valadão realmente tenha se constituído um esquerdista por ideologia. Mas ao menos se sabe que ele, durante um considerável período de sua trajetória, compôs o grupo dos que sempre estiveram na contramão do discurso de abrangência majoritária. Aliás, em suas narrativas, Valadão faz questão de posicionar-se como defensor das bases democráticas e dos interesses das massas. Nesse sentido, na medida em que avançamos na tessitura da presente pesquisa, outras questões foram surgindo: qual é/foi o papel da mídia na construção da imagem ou representação política de Roberto Valadão? Sua *representação social* foi construída através de quais meios e sustentada por quais discursos?

Ao empregar o conceito de representação social, este trabalho apropria-se da teoria do psicólogo romeno Serge Moscovici que a define como sendo “um sistema de valores, ideias e práticas, estando relacionado, no campo social, em como a sociedade enxerga e interpreta os fatos sociais”.[24] É lícito utilizar o conceito de fato

---

[22] Resende. José, Lino. **Mídia, ditadura e contra-hegemonia**... *Op. cit.,* p. 20.
[23] MDB: Uma semente democrática? **Posição,** p.1, 30 de maio de 1978; Hoje, amplas oposições populares anda estão à margem do MDB. **Posição,** p.1, 30 de maio de 1978.
[24]MOSCOVICI, Serge **Representações sociai**s... *Op. cit.,* p. 21.

social, uma vez que Moscovici é muito influenciado pela sociologia durkheimiana. Desse modo, a perspectiva da *representação social* se faz pertinente, já que toda construção e desconstrução de personagens não se limitam à sua própria ação, mas a como o personagem está assentado ou posicionado no imaginário coletivo. Isso significa dizer que o modo como a sociedade está pensando esse sujeito tem a ver coma psicologia social, e não apenas com a constatação ou análise de eventos isolados. Por exemplo, uma eleição não é perdida apenas pela quantidade de votos. Antes disso, uma única e derradeira propaganda mal aceita pelo eleitorado pode se estabilizar no imaginário coletivo e colocar uma campanha de meses a perder. Esse é um bom exemplo, pois nessa situação o personagem/candidato é o mesmo, mas a forma como é recebido ou entendido em determinado momento pode fragmentá-lo de forma a contribuir ou arruinar com seus objetivos. Sobre tais considerações, afirma Moscovici:

> nossas experiências e ideias passadas não são experiências ou ideias mortas, mas continuam a ser ativas, a mudar e a infiltrar nossas experiências e ideias atuais. [...] Sob muitos aspectos, o passado é mais real que o presente.[25]

Nesse sentido, a discussão acerca da *representação social* exige a compreensão da formação da memória coletiva. De acordo com Maurice Halbwachs, a memória coletiva não se constitui de uma sucessão de fatos vivenciados pelos indivíduos - talvez essa fosse a memória histórica, dependente da narrativa e da cronologia- mas sim das recordações presentes no imaginário coletivo, aquilo que é lembrado porque compõe uma narrativa social. Assim, a memória coletiva difere da História e de forma alguma pode ser pensada individualmente, apesar de fazer parte das recordações individuais, o que é, essencialmente, parte integrante do que é comum ao grupo.

Apesar de o conceito de *Memória coletiva* de Halbwachs ter sido revisado e contestado por outros estudiosos, para nós, que não o temos como objeto, basta compreendê-lo como está posto em trabalho publicado em 1950, isto é, como produto da ação coletiva, recordações impetradas no imaginário social de forma atemporal, dependendo apenas da evocação de recordações pelo indivíduo que pensa, sobretudo, coletivamente.[26]Assim, a representação social de personagens

---

[25] MOSCOVICI, Serge **Representações sociai**s... *Op. cit.,* p. 37-38.
[26] HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990, p. 30-31.

políticos que se arriscam por décadas no jogo político está sujeita às memórias coletivas.

Também nos valemos, na presente dissertação, do conceito de Cenários de Representação da Política (CR-P), empregado por Antônio Albino Canelas Rubim (2004), para analisar a representação e a constituição da realidade na mídia em contextos político-eleitorais. Apesar de sua discussão focar na análise televisiva, enquanto veículo de comunicação política, nós acreditamos que alguns de seus pressupostos sejam aplicáveis também aos jornais impressos, uma vez que o conceito de cenário de representação política tem como origem o campo cultural e a análise de comportamento social.

Rubim analisa o efeito do fenômeno da mídia e das peças publicitárias eleitorais por ela veiculadas, a partir da redemocratização e da inesquecível disputa protagonizada por Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva em 1989, nas primeiras eleições diretas no Brasil em vinte e nove anos.[27] A respeito desse episódio, não falta quem diga que a Rede Globo venceu as eleições para Collor. Recentemente, em 2011, em entrevista à Globonews, José Bonifácio Sobrinho, o Boni, ex-executivo da Rede Globo, admitiu ter agido na construção de uma imagem favorável a Collor:

> "Foi um jeito de melhorar a postura do Collor junto ao telespectador para ficar em pé de igualdade com a popularidade do Lula", admitiu o ex-executivo. "O conteúdo era do Collor mesmo. A parte formal nós é que fizemos. Me lembrei do Jânio (Quadros), e só não botei uma caspazinha no Collor porque ele não aceitou.[28]

No Brasil, as primeiras eleições diretas à presidência da República, após o Regime Civil-Militar, contaram amplamente com a utilização do marketing político. O que se deu foi uma verdadeira disputa pela imposição de imagens perante o público-eleitor. Essa perspectiva distinguia-se da simples propaganda eleitoral, ao contar com grande aparato responsável por tratar o eleitor como um bom espectador, alguém esperando ser envolvido, convencido a ficar com o produto mais atraente, nesse caso, como candidato de melhor performance. Essa nova dinâmica não era típica da redemocratização brasileira, afinal

---

[27] RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

[28] 'Causo' da glicerina em debate na Globo irrita Collor. **Carta Capital**, 29 de novembro de 2011, versão online.

> as campanhas eleitorais começaram a sofrer transformações ainda na primeira metade do século XX, quando novos recursos tecnológicos foram introduzidos nas complexas estratégias de disputa pelo poder. Esse fenômeno começou nos EUA e difundiu-se por vários países.[29]

No Brasil, essa dinâmica foi influenciada pelos rumos impostos pelo regime de exceção (1964-1985): ainda que a mídia tenha sido parte da estratégia dos governos militares, as novas tecnologias e formas de comunicação não puderam ser exploradas em campanhas eleitorais que, pelo contrário, foram sufocadas durante a maior parte do período em que os militares estiveram no poder. Dessa forma, os jornais impressos, comícios, panfletagem e diálogos com a velha e famosa estratégia do *tête-à-tête*, mesmo sob a censura, configuraram importantes meios de comunicação e propaganda eleitoral para aqueles cargos em que as eleições diretas eram possíveis. Contudo, desde a redemocratização, a mídia tem grande relevância nos pleitos eleitorais, podendo ser usada para eleger, derrubar, mas também mensurar a popularidade e a influência de determinados políticos e seus respectivos partidos.

Um bom exemplo disso foram as últimas eleições municipais, em Cachoeiro de Itapemirim, ocorridas em 2016, em que foi alvo de chacota a campanha do candidato peemedebista Julio Ferrare[30]. Apesar disso, Julio recebeu, na reta final da disputa, um vídeo com mensagem de apoio de Roberto Valadão. O tardio apoio de uma liderança local histórica e, no passado, bastante expressiva, não surtiu nenhum efeito na decadente campanha de Julio Ferrare, visto que o peemedebista obteve pouco mais de 1% dos votos válidos, sendo o 6º colocado entre oito concorrentes.

Valadão também demonstrou apoiou a outro candidato derrotado no mesmo pleito, Jathir Moreira, do Solidariedade (SD), que ficou em 2º lugar, o qual somava o apoio de Theodorico Ferraço, arquirrival de Valadão. Esse episódio não apenas

---

[29] CASSUNDÉ, Ronaldo Luiz. **A vitória de Albuíno:** campanhas modernizadas no Brasil e no Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008, p. 9.

[30] Julio Cesar Ferrare Cecotti obteve 1.174 votos em um quantitativo de 109.824 votos apurados para o cargo de prefeito em Cachoeiro de Itapemirim em 2016. O pemedebista chamou a atenção do eleitorado por sua tentativa em empreender uma campanha popular, e de certo modo até performática. Apesar de ser ex presidente da câmara dos vereadores do município, Julio não conseguiu convencer o eleitorado com seus discursos inflamados e com problemas no vocabulário, além da contribuição de sua bela esposa, que se esforçou na tentativa de encenar uma versão brasileira de Eva Perón, a mãe dos descamisados. Em conjunto, os aspectos da campanha de Julio Ferrari chegaram a ser cômicos, aliás, até mesmo seus partidários hesitaram em apoiá-lo publicamente.

demonstrou a deterioração da influência de Valadão entre o eleitorado, mas também indiciou a fragilidade atual do PMDB no Município, bem como as dissidências dentro do próprio partido, já que Julio Ferrare chegou a reclamar de ter sido traído e abandonado pelo partido e por seus membros mais conhecidos ao longo da campanha. Tomando como exemplo a coragem de Valadão em divulgar apoio público ao seu correligionário Julio Ferrare, se percebe que a desconstrução de determinados políticos não precisa sempre de opositores. Às vezes, o próprio personagem faz esse papel, caminhando voluntariamente para o abismo.

Longe de se pretender comparar ou equiparar a representatividade e expressão política de Valadão com personalidades como Getúlio Vargas e João Goulart, homens políticos de representatividade nacional, vale ressaltar que estes são alguns dos nomes que fomentaram pesquisas e debates a respeito de trajetórias políticas individuais, considerando, claro, as teias política, econômica e social nas quais estiveram inseridos, e a forma como se constituíram no imaginário coletivo brasileiro.

Buscando uma referência mais próxima à realidade local sobre a qual nos debruçamos, podemos citar a dissertação do professor Adilson Silva Santos, que pesquisou, ao longo do seu mestrado em História das Relações Políticas na Universidade Federal do Espírito Santo, Bernardo Horta de Araújo e a política de Cachoeiro de Itapemirim, entre os anos de 1887-1913.[31] Para isso, traçou o histórico da vida política de Bernardo Horta e sua relevância para a dinâmica política cachoeirense, situando em todo o momento o cenário brasileiro. Bernardo Horta foi analisado nesse estudo como um opositor às forças oligárquicas que governavam em consonância com o coronelismo. Além disso, Adilson Silva Santos preocupou-se com a inexistência de publicações sobre a política cachoeirense na Primeira República, e a partir disso decidiu por uma pesquisa que dialogasse coma política municipal e estadual.[32] Dos aspectos mencionados, o presente trabalho guarda semelhanças com a pesquisa desenvolvida sobre Bernardo Horta, por também inserir-se em um campo repleto de lacunas, pois há poucos estudos escritos sobre a política de Cachoeiro.

---

[31] Cf. SANTOS, Adilson Silva. **Um republicano histórico no Espírito Santo da Primeira República:** A carreira de Bernardo Horta de Araújo (1887 – 1913). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.
[32] Cf. *Ibidem.*

Além das questões levantadas, devemos considerar a questão de este trabalho usar como fio condutor a trajetória de um indivíduo, tendo, em nosso caso, caráter biográfico.

Delimitação temática e aspectos metodológicos

A inserção de Roberto Valadão Almokdice no cenário político de Cachoeiro de Itapemirim pareia com o estabelecimento e o transcorrer do Regime Civil-Militar. Prova disso é que, apesar de ser atuante até o presente momento como uma das lideranças do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foi nas décadas de 1970 e 1980 que Valadão atuou intensamente no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e em seguida, no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Naquele contexto, a atuação de Valadão no Município e na Assembleia Legislativa do Espírito Santo chamou a atenção, fazendo com que chegasse a ser detido sob a acusação de desenvolver atividades subversivas, isto é, atividades suspeitas contra o Regime instaurado em 1964.

A análise da trajetória política de Roberto Valadão Almokdice permite a discussão de meandros e fatores que compõem a construção de um personagem político, além de contribuir para a crescente e necessária gama de pesquisas acerca da história regional no Espírito Santo.

A problemática envolvendo a relação entre a Memória e a História serve de caminho para engajar-se à necessidade de se fazer outra história do Regime Civil-Militar, que não aquela positiva, e serial. O estudo de um indivíduo que viveu e atuou politicamente nesse período pode contribuir não apenas para a sistematização de sua própria trajetória, mas para a elucidação de um contexto, em escala mais aproximada, ainda que não haja pretensão de se fazer uma micro-história.

Por tratar da análise de uma trajetória pessoal, ocorrida entre os anos de 1970 e 1988, com ênfase na dinâmica política mais abrangente, no Município de Cachoeiro, Estado do Espírito Santo, este trabalho se insere na rota de dois grandes problemas já superados pela Historiografia: a crise da história política e da biografia, ambas anteriormente tratadas como meras narrativas e a serviço da “História dos grandes homens”. Essa crise esteve entre as ondas de impacto da renovação historiográfica

proposta pelos *Annales*, que propunham uma *história problema,* isto é, uma escrita da História comprometida com análises e hipóteses, que não se contentasse apenas com a descrição e com a exclusiva narrativa.

Voltando a nosso personagem e à luz de nossa metodologia teórica, lembremos que Roberto Valadão ocupou importantes cargos públicos, o que oportuniza a utilização de fontes documentais em instituições do Estado, tais como os arquivos públicos municipal e estadual, acervos pessoais do personagem, documentação da Câmara de Vereadores e Anais da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Ademais, o que também torna essa busca instigante é justamente a confrontação de tais fontes, a possibilidade de depararmo-nos com descontinuidades, o que por muitas vezes não é considerado nos estudos históricos. Comumente, existe uma tendência à atração pela coerência, como se o desenrolar da História obedecesse a uma lógica sincrônica e contínua. Mas, de acordo com Bourdieu,

> produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.[33]

Desse modo, no fragmento acima, Bourdieu atenta para os perigos da produção biográfica. De acordo com o autor, é preciso considerar o perigo da coerência, uma vez que, quando se tenta construir uma narrativa contínua, em que as informações sempre se encaixam, há o risco de indução a problemas sérios de distorções históricas ou a narrativas enviesadas. É preciso estar atento ao campo em que cada discurso foi construído e até mesmo ao campo de onde se busca resgatar as representações em análise. Todas as intenções precisam estar esclarecidas, tanto da instituição que elaborou o documento, quanto do indivíduo que fala sobre si, bem como do pesquisador que, por algum interesse, resolveu tomá-los por objeto de estudo.

É importante salientar, outrossim, que não se pretende fazer julgamento de valor em relação à figura do pesquisado.As informações não serão submetidas a reflexões morais, mas serão analisadas e discutidas de forma problematizada e problematizadora. Tal preocupação não possui apelo meramente metodológico, mas

---

[33] BOURDIEU, PIERRE. A ilusão biográfica. *In*.: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 185.

segue princípios éticos, optando pela prestação de esclarecimentos e fomento de discussões historiográficas, em detrimento de motivações políticas e de conflitos ideológicos.

Valendo-se também da história oral, esse trabalho pretende gerar a possibilidade de confrontar as narrativas do próprio Roberto Valadão com as fontes históricas de outras naturezas. Essa etapa da pesquisa, que se volta a coletar as memórias do personagem, é de extrema importância, pois contribui para trazer à tona ou desvelar aspectos não registrados na documentação escrita. Ademais, nos dedicamos também à análise de exemplares dos jornais *A Gazeta*, *Posição* e da Revista Espírito Santo Agora. A escolha desses periódicos se justifica dada a sua destacada cobertura e circulação no Estado ao longo das décadas estudadas. Apesar disso, não desprezamos outros jornais locais que foram sendo encontrados ao longo da pesquisa. Claro que esse tipo de documentação, devido a sua orientação editorial, está sendo cotejado segundo metodologia adequada, situando o veículo de imprensa em seu devido lugar, qual seja, o de um ator político. Também lançamos mão de pesquisa em Anais da Câmara municipal de Cachoeiro de Itapemirim e da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

Devemos frisar que, na análise documental, procede-se a uma correlação com o desenvolvimento da política no espectro nacional. Há também uma preocupação em apreender o discurso ideológico defendido por Valadão, averiguando qual era e é seu posicionamento frente às inúmeras alterações ocorridas no cenário político do país no decorrer da sua trajetória.

Em relação às entrevistas, o maior interesse é registrar a compreensão e versão de Roberto Valadão sobre a história política do país, sobretudo no período em que vigorou o Regime Civil-Militar e no contexto da redemocratização do país.

Em nossa abordagem, privilegiamos os anos em que Valadão ocupou papel político de destaque no âmbito municipal, tendo sido vice-prefeito (1971-1972), vereador (1973-1976/1977-1979), e prefeito (1983-1988). Ainda assim, destacamos que Valadão também foi deputado estadual (1979-1982), prefeito pela segunda vez, de 2005 a 2008, e deputado federal (1991-1994/1995-1998).

Sobre a construção do personagem político Roberto Valadão, problematizamos se a

atenção ou a falta desta dada pela mídia a Valadão possui relação com o posicionamento político que o personagem assume em determinados momentos. Em outras palavras, a questão é: ser emedebista/peemedebista interfere na maneira como o personagem é abordado pela mídia? Aventa-se a hipótese de que sim, apesar de também inferirmos que a mídia não tenha sido determinante na construção desse personagem político.

A discussão envolvendo política e mídia no Brasil é algo recente. Uma teorização do assunto remonta ao processo de redemocratização, mais precisamente à intensa utilização da mídia nas primeiras eleições diretas após o Regime Civil-Militar, conforme já mencionamos. A criação da imagem de Fernando Collor de Mello como o caçador de marajás, bem como todo o notório apoio dado pela influente Rede Globo de Televisão ao referido candidato chamaram a atenção até dos mais desatentos e acabaram por despertar um novo debate na academia brasileira.

No que tange ainda aos aspectos metodológicos, ao nos apropriarmos do conceito de Cenários de Representação Social, é importante observarmos que esse foi utilizado pela primeira vez por Stuart Hall, em 1988, ao analisar a mudança na política cultural negra na Inglaterra, conforme o autor informa.[34] O conceito foi incorporado à análise da relação mídia e política, pela percepção de que a mídia passara a ser responsável não apenas por representar a realidade, mas por forjá-la, por conseguir definir e derrubar opiniões, construir e desconstruir personagens, ideais e o que quer mais que seja preciso, de acordo com interesses preestabelecidos e contratados.

De acordo com Lima, nos cenários de representação criados pela mídia “decide-se se certas instituições, fatos e/ou pessoas, serão (ou não) pautadas ou se terão qualquer referência a seu respeito, tratadas de forma positiva ou negativadas, enfatizadas ou esvaziadas”.[35]

No período do Regime Civil-Militar, o discurso político torna-se mais sistemático nos

---

[34] Cf. LIMA, Venâncio A. de. Cenários de Representação Política (CR-P). In. RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Mídia e Política no Brasil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2004, p. 10.

[35] *Ibidem,* p. 18.

momentos em que se buscava legitimação através de campanhas publicitárias, mas também há de se considerar todo o cerceamento feito para que opositores em potencial não usufruíssem dos mesmos espaços. Cabe, assim, uma observação sobre os espaços ocupados e os discursos construídos nos noticiamentos referentes a atuação de Roberto Valadão, atuante emedebista até o fim do bipartidarismo em 1979.

Quanto à análise da figura política de Valadão pós-redemocratização, quando já inserido no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sigla que substituiu o MDB, analisaremos o perfil adotado pelo personagem no novo contexto político, visto que continuou atuante e ocupando cargos importantes da organização do PMDB local, estadual e nacional, bem como chegou a reeleger-se prefeito (2005-2008)e foi eleito deputado federal por dois mandatos (1991-1994/1995-1998).

Tal como já indicado, há uma constatação segundo a qual não é exagero afirmar que, assim como Valadão vem perdendo sua capilaridade política em Cachoeiro de Itapemirim, igualmente o PMDB municipal tem declinado não apenas em resultados, mas também na sua representatividade social, não conseguindo eleger prefeitos e também não mobilizando a sociedade em atividades que demonstrem apoio ao partido.

O desafio, devemos enfatizar, é justamente traçar toda essa trajetória política tendo por base as fontes históricas acessadas. Para tanto, procedemos do seguinte modo: na fase de lida com as documentações que compõe a pesquisa, foi realizada, em primeiro momento, a análise documental e em seguida a análise de conteúdo, uma vez que

> a documentação trabalha com documentos; a análise de conteúdo com mensagens (comunicação). [...] O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem; o da análise de conteúdo é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitem inferir sobre outra realidade que não a da mensagem.[36]

Além disso, aplicou-se o critério temático às análises, bem como a consideração cronológica para fins de contextualização, visto que se trata de uma trajetória política. Para a fase das entrevistas, foram utilizadas perguntas abertas, isto é,

---

[36] Cf. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal. Edições 70, 2009, p. 46.

questões que convidavam ao diálogo, possibilitando conversações.

Após a fase de entrevistas, na análise do conteúdo, será analisada a relação funcional e a relação entre o posicionamento ideológico do entrevistado e o contexto indagado. Isso com a intenção de problematizar de que ângulo seus relatos evidenciam a posição que ele ocupa na narrativa histórica e na memória que se resgata e se busca consolidar.

Sobre o uso da história oral, entendemos que

> esses historiadores orais consideram a fonte oral em si mesma e não só como mero apoio factual ou de ilustração qualitativa. Na prática eles escolhem, ordenam, sistematizam e criticam o processo de produção da fonte. Analisam, interpretam e situam historicamente os depoimentos e as evidências orais. Completam suas fontes orais com as outras fontes documentais tradicionais do trabalho historiográfico. *(LOZANO, 2001, P. 23)*

O produto final será uma *biografia e contexto* que, de acordo com Giovani Levi,[37] trata da reconstituição de uma trajetória pessoal com o intuito de restabelecer um contexto histórico e social. Optamos por essa modalidade pelo interesse em valorizar a descrição e análise dos cenários políticos nos âmbitos nacional, estadual e municipal, entre as décadas estudadas, afinal é o período em que o Brasil viveu um regime de exceção prolongado por vinte e um anos e, apesar da efervescência historiográfica que tal temática vem ganhando, ainda é escassa a produção regional/local. No que se refere à história de Cachoeiro de Itapemirim, há muitas lacunas a serem preenchidas pela pesquisa e pela produção escrita, de modo que uma biografia contexto sobre Valadão contribuirá para o estudo sobre o município, bem como para situá-lo no ambiente do jogo político estadual e nacional entre as décadas de 1970 e 1980.

[37] Cf. LEVI, Giovanni. Usos da biografia... *Op. cit.*, p. 175.

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DO PERSONAGEM

1.1 A criação de cenários de representação na República do Brasil

A análise da construção de um personagem político não está apenas limitada à observância de seus esforços para penetrar nas instituições do Estado. A dinâmica de funcionamento do nicho político no qual o personagem se insere precisa ser compreendida, uma vez que a cultura política de uma sociedade justifica, ou ao menos indicia, sua condição política, econômica e social, bem como suas escolhas.

A trajetória da formação política de Valadão insere-se em um bojo maior, está no cenário de análise da república brasileira. Para tanto, pode-se remontar à proclamação da república, que transcorreu por meio de um movimento elitista e orquestrado para atender aos interesses de poucos em detrimento da inclusão de muitos no cenário político. Críticas ao processo de republicanização foram levantadas por renomados historiadores, a exemplo de Maria Efigênia Lage de Resende e José Murilo de Carvalho,[38] este último chegando a intitular uma obra em que analisa a republicanização do Brasil de "*Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi"*, referenciando-se à observação feita, à época da proclamação, pelo propagandista Aristides Lobo que, em relação ao ato proclamador, afirmou que "o povo assistiu bestializado".

Inconteste é que, ao longo da Primeira República, políticas foram desenvolvidas dentro e fora das instâncias legais para garantir a defesa dos interesses, sobretudo, de uma oligarquia. Durante esse período (1889-1930), os personagens políticos eram forjados e impostos ao eleitorado, havia movimentos de resistência, mas não davam conta de romper com a ordem político-social vigente, conforme é possível

---

[38] Cf. RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. *In*.: FERREIRA, Jorge [*et. al*.]. **O Brasil Republicano:** o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. 2ª ed. V 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 90-120. CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

verificar em Ferreira e Delgado.[39] Para um partido político, nesse período sempre grupos econômicos, eleger um Presidente da República significava garantir envio de verbas para determinados estados e oligarquias. Um bom exemplo da defesa do privado à custa da verba pública talvez seja o Convênio de Taubaté, de1906, acordo que estabelecia a compra do café pelos governos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, de modo à regular o preço do produto no mercado, garantindo os lucros e os interesses das oligarquias cafeeiras desses estados. A República brasileira não nascera com a pretensão de ser pública, estando sob o controle de uma oligarquia, inclusive. Assim analisa Resende:

> É da coexistência de uma Constituição liberal com práticas políticas oligárquicas que deriva a expressão *liberalismo oligárquico,* com que se caracteriza o processo político da República no período compreendido entre 1889 e 1930. Ambígua e contraditória, a expressão revela que o advento da República, cujo pressuposto teórico é o de um governo destinado a servir à coisa pública ou ao interesse coletivo, teve significado extremamente limitado no processo histórico de construção da democracia e de expansão da cidadania no Brasil.[40]

É mister pontuar que, ao longo da Primeira República, a organização política e social do estado do Espírito Santo, incluindo o município de Cachoeiro de Itapemirim, seguiu a mesma dinâmica da preponderante em nível nacional, marcada pelo coronelismo e destaque para o controle político das oligarquias. Como ressalta Santos,[41] Cachoeiro era assinalada pela existência de grandes fazendas e pelo destaque político de seus proprietários, como a influente família Souza Monteiro[42],

---

[39] Cf. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org.) **O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo oligárquico.** 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

[40] RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. *In*.: FERREIRA, Jorge [*et. al*.]. **O Brasil Republicano:** o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. 2ª ed. V 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 91.

[41] SANTOS, Adilson Silva. **Um republicano histórico no Espírito Santo da Primeira República:** A carreira de Bernardo Horta de Araújo (1887 – 1913). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

[42]Francisco de Souza Monteiro, mineiro nascido em 1823, migrou para o município de Cachoeiro de Itapemirim, em 1853, para se apropriar do dote de sua esposa, Henriqueta, que consistia em uma faixa de terra à margem do rio Itapemirim, onde mais tarde foi construída a fazenda Monte Líbano. A riqueza erguida com os negócios do café rendeu prestígio à família Monteiro no vale do Itapemirim. Mas foi a descendência do coronel Francisco que deu notoriedade estadual e nacional aos Monteiro, uma vez que seus filhos Jerônimo e Bernadino, seguidos por seu neto Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, chegaram a governar o Estado do Espírito Santo, além de comporem importantes alianças políticas no cenário regional e nacional, enquanto o filho Fernando, também de grande influência social, ocupou o cargo de bispo diocesano do Estado. A atuação política e o poder econômico dos Souza Monteiro fizeram dessa família uma das mais influentes e atuantes oligarquias no cenário capixaba nos dois últimos séculos.

isso pela proeminente produção de café e por sua localização no Vale do Itapemirim.

Cabe frisar que, a nível nacional, passada a “Revolução de 30” e instaurada a chamada era Vargas, o país conheceu, pela primeira vez, uma legislação trabalhista, o direito ao voto feminino e também foi cenário de uma ditadura, a do Estado Novo, entre 1937 e 1945, fazendo com que as noções de conquista e cerceamento de direitos fossem indissociáveis.

Ao longo da Era Vargas (1930-1945) a compreensão do público se altera, bem como a relação Estado-governo-povo. Nesse contexto, a representação do líder vira regra e não exceção. De acordo com Skidmore,[43] as formas de convencimento das massas ganham novas estratégias que, inclusive, não incluíam o voto, mas que garantiam não apenas a permanência como o retorno de Getúlio Vargas ao poder, mesmo após quinze anos consecutivos de governo, sustentados por manobras, incluindo golpe de Estado e adoção de um governo autoritário. As mudanças efetivadas a partir de 1930 também foram notadas no Espírito Santo, conforme lembra Fernando Achiamé:

> Dos novos protagonismos políticos, sem dúvida o que se distingue é interventoria, instituição nunca presente antes no cenário político estadual, pelo menos não da forma como se verificou nos anos de 1930. Não só pela instituição em si, mas pela circunstância de surgir no Espírito Santo um interventor “de fora”, de extração militar e com um projeto reformista.[44]

Após 1945, o Brasil foi cenário do denominado período populista. A relação entre este fenômeno político e a democracia acabou inaugurando uma nova forma de fazer e perceber a política brasileira. A figura do político se torna o centro das atenções, há grande investimento na construção da imagem emblemática. O político que fala para o povo e investe profundamente na construção de sua imagem perante as massas, ganha destaque. Nesse sentido as massas passam a ser apreendidas como parte do processo, *para quem se fala* e *para quem se faz*.

Diante dessa complexificação da sociedade brasileira, movimentos sociais foram crescendo e se avolumando. Nos momentos em que o ambiente político abria espaço ao debate, grupos de diferentes identificações e categorias engajavam-se.

---

[43] Cf. SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo**; tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
[44] ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937).** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 21.

Um bom exemplo é a organização estudantil, que possuía indícios desde 1901, ainda na República oligárquica, que se destacou em episódios de notoriedade, em circunstâncias emblemáticas da história brasileira, como, por exemplo, no posicionamento aberto contrário ao nazismo, em 1942, situação que acabou por fortalecer a União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1937.

Com a redemocratização pós Estado Novo (1937-1945) o primeiro governador eleito foi Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (PSD), cachoeirense, sobrinho de Jerônimo de Sousa Monteiro e Bernadino de Sousa Monteiro, ambos ex-presidentes do estado do Espírito Santo durante a Primeira República (1889-1930), mandatários da oligarquia Monteiro. Lindenberg foi um apoiador do governo Vargas, chegou a participar da Reação Republicana que contribuiu para o golpe de 1930, a ocupar e presidir a Secretaria de Fazenda do Estado durante o governo do interventor João Plunaro Bley e, a partir de 1965, com a imposição do bipartidarismo, optou pela Arena. Tanto nesse mandato, quanto no que veio a assumir posteriormente (1958-1962) priorizou uma administração mais organizadora que desenvolvimentista, como podemos observar neste excerto da Fundação Getúlio Vargas:

> Em outubro de 1958, voltou a se eleger governador de seu estado na legenda do PSD, sendo empossado em 31 de janeiro de 1959, quando deixou o Senado. Nessa segunda gestão, manteve a política de recuperação financeira que adotara na anterior. Voltou-se igualmente para os problemas do campo, da saúde pública e da ampliação da rede escolar do estado. Cuidou do asfaltamento das estradas e da eletrificação das sedes de vários municípios. Deu prosseguimento às campanhas de seleção e incremento da criação de gado bovino e de adubação da lavoura cafeeira. Respondeu pelo Executivo estadual até 6 de julho de 1962, quando afastou-se para disputar a eleição ao Senado, em outubro desse ano, ainda na legenda pessedista. Contudo, não conseguiu se eleger, sendo derrotado por Eurico Resende e Raul Guiberti.[45]

Na sequência, o Estado foi governado pelo também pessedista Jones dos Santos Neves (1950-1954), ex-interventor de Vargas (1943-1945). Esse período foi assinalado pelo alinhamento do Espírito Santo ao projeto desenvolvimentista pelo qual o país passava. Houve significativo investimento no setor de energia, transporte, habitação e educação, tendo inclusive sido inaugurada a Universidade do Espírito Santo (UES) em 1954.

Na sequência foi a vez de um também ex-interventor de Vargas no município de

---

[45] Para saber mais sobre Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, acesse http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-fernando-monteiro-lindenberg.

Guaçuí, Francisco Lacerda de Aguiar (PSP), o *Chiquinho*, tornar-se governador. O político foi eleito para dois mandatos, sendo o primeiro de 1954 a 1958 e o segundo já no contexto do Regime Civil-Militar, de 1962 a 1966. Durante o primeiro mandato, o Espírito Santo inseriu-se no Programa Nacional de Erradicação de Cafezais Improdutivos, o porto de Tubarão foi construído e a Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) criada, em 1958,quando passou a representar politicamente a proposta de desenvolvimento para o estado.

Ao retornar ao poder após o segundo governo de Carlos Lindenberg (1958-1962), Chiquinho acompanhou o golpe civil-militar. De acordo com (OLIVEIRA, 2014, p.92), "assim que o golpe se abateu sobre o país, no dia 1º de abril de 1964, não encontrou, no Espírito Santo, grande resistência por parte daqueles poucos que defendiam o presidente João Goulart e as Reformas de Base".[46] Ainda segundo Oliveira,[47] Chiquinho decidiu por apoiar o golpe, tendo como principal motivo o receio das cassações de mandatos coordenadas pelo novo regime, bem como a intenção de preservar-se no poder. Ainda assim, em 1966, sofreu um golpe mascarado de renúncia.

Seguindo o enredo do Regime Civil-Militar, vieram os governadores biônicos, Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971); Arthur Carlos Gerhardt dos Santos (1971-1974); Élcio Álvares (1975-1978); e Eurico de Rezende (1978-1982). O estado foi cenário de repressão, perseguições políticas, e dos grandes projetos dos governos militares, os quais contrastavam com a realidade social da maior parcela da sociedade brasileira.

Foi nesse ambiente de repressão e inversão da ordem democrática que Roberto Valadão emergiu como liderança política. A construção de sua personalidade política foi forjada na luta pelo retorno da ordem democrática e, posteriormente, por sua manutenção. Em um país com instituições democráticas tão vacilantes, conforme pudemos observar no breve histórico republicano apresentado anteriormente, e não compondo ele nenhuma velha ou tradicional oligarquia, pode-se dizer que foram os tempos difíceis que fizeram de Valadão um homem político.

---

[46] OLIVEIRA, Ueber José. A fórmula para o caos: o golpe de 64 e a conspiração contra o governador Francisco Lacerda de Aguiar, no Espírito Santo (1964-1966). **Revista Crítica Histórica**, Vitória, n. 10, p. 92, 2014.
[47] *Ibidem.*

1.2 De líder estudantil à liderança do MDB – A formação da identidade do personagem político Roberto Valadão

Em um bate papo, em 2016, ainda durante o governo da petista Dilma Roussef, estabelecemos com Roberto Valadão um diálogo bastante interessante, que pode perfeitamente servir como ponto de partida acerca da sua trajetória política, especialmente quando nos propomos a examinar a construção e desconstrução de sua imagem. Na ocasião, indagamos ao Sr. Valadão qual seria a sua avaliação sobre o cenário político brasileiro da época. Prontamente, foi nos dada a resposta de que "seguramente a solução para o Brasil é o comunismo". Meses após esse diálogo, logo depois do impeachment da presidente Dilma, portanto, durante o governo de Michel Temer, Valadão avaliou que, em pouco tempo, o Brasil descobriria que "o Michel Temer foi o melhor presidente que o país já teve desde a redemocratização".[48] Esses comentários que, para o entrevistador, podem parecer contraditórios, nada mais são que uma das principais características de Valadão, sua fidelidade ao partido, nesse caso, ao PMDB. Em tempos em que fidelidade partidária e identidade ideológica não são mais tão comuns na política brasileira, pode-se afirmar que "Valadão é um político à moda antiga".

Para conhecer um pouco nosso personagem, ainda que em dados superficiais, temos que: Roberto Valadão Almokdice é natural de Colatina, tem 78 anos de idade, está aposentado, é casado, pai de seis filhos, residente na tradicional Rua 25 de março, no centro de Cachoeiro de Itapemirim-ES. Sendo, aparentemente, um cidadão comum, sua opinião poderia ser apenas mais uma, aleatória, na multidão, não fosse ele ex-prefeito (1983-1988/2005-2008), ex-vereador (1972-1979), ex-deputado estadual (1979-1982), ex-deputado federal (1991-1994/1995-1998), e ainda integrante e liderança regional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que desde 19 de dezembro 2018 retomou a sigla MDB, após convenção do partido.[49] Valadão foi um dos fundadores dessa agremiação, em

---

[48] ALMOKDICE, Roberto Valadão. **A construção e a desconstrução de um personagem político: A trajetória de Roberto Valadão Almokdice de 1970 a 2017**. Entrevista concedida a Aline de Freitas Dias, Cachoeiro de Itapemirim, 2016.

[49] Ao final do Regime Civil-Militar, o MDB foi obrigado a ter a sigla alterada pela nova legislação dos partidos, que passou a determinar a palavra *partido* como prefixo de todos os partidos A retomada da sigla MDB está relacionada a uma tentativa de resgatar o imaginário de um movimento popular e combativo, defensor da democracia, ao passo que desvincularia os políticos pemedebistas, no imaginário popular, dos escândalos protagonizados por grandes nomes do PMDB. Desse modo, o

Cachoeiro de Itapemirim, e ainda é figura representativa na política do município.

A partir desse currículo, não se imagina que basta chegar à porta de Valadão, a qualquer hora, e tocar a campainha dizendo que se precisa falar com ele para ser atendido com cordialidade e, na maioria das vezes, recebido. Valadão está sempre disposto a acolher e a narrar pacientemente suas memórias. Por outro lado, se rapidamente se prontifica a falar, o mesmo não ocorre quando o assunto é o acesso ao seu excelente arquivo pessoal, o qual passou a compor o acervo do presente trabalho somente após quase um ano de insistências, as quais recebiam respostas esquivas, frutos do muito zelo e cuidado de Valadão com seus documentos. Depois de termos tido acesso ao, reiteramos, excelente acervo documental, ficamos com a sensação de que foi preciso primeiro conquistar a confiança do experiente e habilidoso político!

A vida pessoal de Roberto Valadão confunde-se com sua ascensão no cenário político capixaba do período pós-64. Só a caráter de exemplo, podemos citar que seus seis filhos foram concebidos entre os anos de 1971 e 1982, espaço de tempo em que Valadão tornou-se vice-prefeito (1971-1972) de Hélio Carlos Manhães,[50] pelo MDB, depois se elegeu como vereador por duas vezes, nos pleitos de 1972 e 1976, sendo neste último o mais votado, chegando a atingir 10% do eleitorado, com 2791 votos, mas interrompeu o mandato para candidatar-se a deputado estadual em 1978, tendo sido o mais bem votado pelo MDB no Espírito Santo, com 14.150 votos. Em 1982, elegeu-se prefeito da cidade de Cachoeiro.

Neste último pleito, Valadão concorreu, conforme seu próprio relato, com “o pessoal do Ferraço”,[51] personagem sobre o qual discorreremos mais à frente por ser relevante à compreensão da figura política de Valadão. Posteriormente, tornou-se deputado federal, por duas vezes (1991-1994/1995-1998), e cumpriu mais um

---

partido aproveitou o prestígio da antiga sigla para tentar ofuscar a participação do PMDB na formação da crise instalada no país.

[50] Hélio Carlos Manhães (1934-2006), além de advogado, foi um influente político capixaba. Filiado ao Partido Social Progressista (PSP) elegeu-se vereador, em Cachoeiro de Itapemirim (1959-1962).Em seguida, foi eleito deputado estadual. Posteriormente, foi um dos principais nomes do Movimento Democrático Brasileiro em Cachoeiro. Sob essa legenda foi o mais votado por três vezes para prefeito, porém assumiu apenas dois mandatos. Ainda pelo MDB, reelegeu-se deputado estadual e, já no PMDB, em 1982, tornou-se deputado estadual pelo Estado do Espírito Santo. Na década de 1990, migrou para o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e exerceu cargos na prefeitura de Vitória e em diferentes governos do Estado do Espírito Santo.

[51] ALMOKDICE, Roberto Valadão. **A construção e a desconstrução de um personagem político**... *Op. cit.*

mandato como prefeito entre os anos de2005-2008. Em toda a sua trajetória política, compôs apenas o MDB e o PMDB.

Cabe aqui, consideramos, retomar aspectos da biografia de nosso personagem, para conseguirmos um fio de compreensão no que tange a suas escolhas políticas. Roberto Valadão Almokdice é filho de Helena Almokdice Valadão e Altivo Valadão de Andrade. Foi um dos sete filhos do segundo casamento do senhor Altivo, tendo um total de treze irmãos, dos quais conviveu com os de ligação materna. Destes, todos se formaram em curso superior e apenas três estão vivos: Marlene e as professoras Jane e Maria Gertrudes. O caçula, Arildo Valadão,[52] nascido em 1948, foi morto na guerrilha do Araguaia, duramente reprimida em 1974. Ele era estudante de Física, no Rio de Janeiro, e membro do Partido Comunista do Brasil. O próprio Valadão espera poder contar a história do irmão. Diz estar juntando documentos e aguardando para quando estiver mais perto de morrer.[53] Essa relação entre a proximidade com a morte e poder denunciar os algozes do seu irmão deve ter uma lógica pertinente, visto que o medo de represália ainda é uma realidade para as famílias de vítimas do Regime Civil-Militar.

O senhor Altivo foi proprietário de um pequeno hotel em Colatina, porém, por ocasião de haver se tornado escrivão do registro civil, acabou tendo que migrar com sua família. Trabalhou em diversos municípios do interior e, na década de 1940, após residir no município de Muniz Freire, se mudou com a família para Cachoeiro de Itapemirim, mais precisamente para o bairro Aquidabã. Segundo Valadão,[54] a casa em que viviam media aproximadamente 47 metros quadrados, porém era própria. Quanto a isso, conta que o terreno fora vendido em parcelas por um de seus tios, com a ajuda de sua tia madrinha Edith, personagem pela qual diz nutrir grande carinho e admiração. Após o falecimento da mãe, em 1973, acabou comprando as partes dos irmãos e ficando com a casa, onde viveu com sua esposa e filhos durante

---

[52] Arildo Aírton Valadão (1948-1973) é um dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia. Em 1970, residia no Rio de Janeiro, era estudante de Física e integrante das atividades do Movimento Estudantil na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possuía ligação com o PC do B. Ao passar a ser perseguido, resolveu compor o movimento de Guerrilha no Araguaia, a partir de 1970. Foi morto por forças da repressão do governo, em novembro 1973. Para mais informações, acessar o site https://www.documentosrevelados.com.br

[53] ALMOKDICE, Roberto Valadão. **A construção e a desconstrução de um personagem político**... *Op. cit.*

[54] ALMOKDICE, Roberto Valadão. **A Construção e a desconstrução de um personagem político: A trajetória de Roberto Valadão Almokdice**. Entrevista concedida a Aline de Freitas Dias, Cachoeiro de Itapemirim, 10 de fevereiro de 2017.

muitos anos.

Pouco tempo depois que a família estava residindo em Cachoeiro, o senhor Altivo ficou muito doente e foi para o Rio de Janeiro para se tratar, com a ajuda de um filho do primeiro casamento. Com seu falecimento, a senhora Helena, na ocasião desempregada, ficou viúva, com sete filhos para criar. Valadão faz questão de sempre enfatizar que eram muito humildes, mas que sua mãe era uma mulher muito trabalhadora. Segundo ele, com o tempo, a mãe passou a exercer a função de professora.

Ainda de acordo com Valadão,[55] Helena costurava à noite, era mulher religiosa, estudiosa. Já Altivo é lembrado como homem rude, que tinha garantido o respeito das pessoas e que sempre andava armado. Em contrapartida, é importante ressaltar que, ao mudar-se para Cachoeiro, Valadão foi posto a concluir o ginásio no Colégio Ateneu, uma seleta e hoje extinta, instituição de ensino de Cachoeiro, onde estudou em regime de internato. Observa-se que, certamente, a referida instituição de ensino não era acessível à maioria da população, àquela realmente pobre da cidade.

Após terminar o ginásio, Valadão ingressou na Escola Técnica de Comércio de Cachoeiro de Itapemirim, outra antiga instituição de ensino privado da cidade, onde se formou como contador, em 1967. Valadão justifica que a opção pelo curso de Contabilidade era comum aos mais pobres, pois era um curso que gerava uma profissão mais rapidamente. Além disso, conta ter recebido bastante ajuda de amigos para concluir a formação, inclusive dos próprios Herkenhoff, donos da escola. Contudo, é importante destacar que essa era uma época em que os mais pobres sequer chegavam próximos de cursar o equivalente à graduação. De acordo com ele, os mais ricos estudavam no Liceu, onde faziam o curso científico. Apesar da formação como contador, Valadão não chegou a exercer a profissão, pois, antes de adentrar no cenário político, trabalhou como vendedor em algumas lojas, dentre as quais uma de calçados, *A Preferida*, onde gostava apenas de vender sapatos para mulheres. Isso porque, segundo Valadão,[56] ao adentrarem na loja, as moças já o procuravam por ser um vendedor atento à moda e sempre com boas dicas. Valadão trabalhou no referido estabelecimento por seis anos.

---

[55] *Ibidem.*
[56] ALMOKDICE, Roberto Valadão. **A Construção e a desconstrução de um personagem político**... *Op. cit.,* 2017.

Em 1972, tornou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim, onde foi presidente do Diretório Acadêmico Abel Santana. Na ocasião, já era Presidente Casa do Estudante (CECI),[57] isso já nos anos finais da década de 1960, quando o país vivia o Regime Civil-Militar. De acordo com Valadão, a maioria dos professores da Escola Técnica de Comércio era a favor do regime, mas os alunos eram, em sua maioria, contrários.

A inserção de Valadão na Casa do Estudante de Cachoeiro de Itapemirim marca o início de sua trajetória política, visto que foi sua ligação e militância junto ao Movimento Estudantil que atraiu a atenção de importantes lideranças políticas do município, o que levou ao convite para se filiar ao MDB, no final da década de 1960. Em 1968, a CECI estava desativada, quando Valadão e alguns colegas da Faculdade de Direito organizavam sua festa de formatura e cogitaram utilizar as instalações da Casa do Estudante para a realização do evento. A partir disso, iniciou-se uma mobilização para a reativação da CECI, eleições foram marcadas e três chapas concorreram à sua direção: a *IMPACTO*, da qual fazia parte Roberto Valadão; uma organizada por Policiais Federais; e a *MORENA* (Movimento de Renovação Nacional), associada à Arena. A vitória da chapa *IMPACTO* levou Valadão à presidência da casa, e a uma nova fase da CECI. Suas pretensões à frente da casa ficaram registradas em seu discurso de posse:[58]

> Os componentes do grupo IMPACTO, que doravante dirigirão os destinos desta casa, pretendem inaugurar um tempo novo na política estudantil de Cachoeiro. [...]
> Aos colegas –
> Ao ser empossado no cargo de presidente da Casa do Estudante de Cachoeiro de Itapemirim, devo esclarecimentos quanto aos motivos pelos quais me encontro aqui.
> O estudante cachoeirense tem demonstrado desinterêsse pelas atividades dos seus órgãos de classe, a ponto de ocasionar uma como que falência do entusiasmo geral, tão próprio da vida estudantil da cidade, em outros tempos. A conservação apenas material desta casa não causa efeito se os estudantes ficam ausentes, em flagrante descrença nos destinos que possam causar os seus líderes.

---

[57] A Casa do estudante de Cachoeiro de Itapemirim (CECI) foi fundada em 1947 por um grupo de treze jovens que objetivavam a criação de um espaço que acolhesse os estudantes do próprio município e aqueles que vinham de localidades próximas estudar e fazer estadia no município. Seu primeiro presidente foi Pedro Estellita Herkenhoff. Em 1971, Roberto Valadão ocupou esse cargo.
Em 2009, os professores Paulo Roberto Fabris e Pedro Ernesto Fagundes, em parceria com a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim e com o curso de História do Centro Universitário São Camilo-ES, desenvolveram um trabalho de resgate da Memória da CECI.Os materiais gerados pela pesquisa estão disponíveis no site do Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciários (NEI/UFES).

[58] Discurso de posse de Roberto Valadão à presidência da Casa do Estudante de Cachoeiro de Itapemirim em 28 de abril de 1968.

> Como todos percebem, a luta a que nos propomos é árdua. Quando dizíamos que uma vez vencêssemos no pleito deste ano, não haveria derrotados, repetimos e mantemos a palavra. Há muito que fazer. Precisamos de braços e idéias.

Havia, entre os integrantes dessa nova gestão, uma preocupação com as questões ideológicas e com a situação política do país, conforme relato de Roberto Valadão, em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Fabris, em 2009:

> A minha gestão se vinculou a um partido político ideológico, que era o PC do B, que deu uma ajuda inclusive intelectual. Havia muitos intelectuais que eram dessa corrente e que ajudaram muito nas formulações da política da Casa do Estudante. O que nós fizemos de interessante foi transformar a CECI, que era uma entidade assistencialista, como foi na época do Michel e do Luis Carlos Santana, em uma entidade representativa. Passou na verdade a ser as duas coisas, tinha o assistencialismo, como o funcionamento do restaurante e de um dormitório, que abrigava quem precisasse de um apoio, mas ela virou uma entidade mais representativa do que assistencialista.[59]

Uma das estratégias adotadas pelos estudantes naquele cenário de repressão era a produção independente e circulação clandestina de jornais e folhetins que, na CECI, recebiam o nome de *formigas*, devido ao tamanho, ¼ de folha de papel ofício.

Cabe destacarmos que as memórias sobre a representatividade política e social da CECI divergem, conforme podemos verificar ainda nos valendo das entrevistas levantadas por Paulo Fabris, em pesquisa desenvolvida em parceria com o professor Pedro Ernesto Fagundes, em 2009. A entrevista com Roberto Valadão evidencia o seguinte:

> O expressivo para mim foi a atuação política da CECI contra a ditadura, sem dúvida foi a atuação mais importante e vigorosa. Nós achamos que influímos muito nessa época para que mais pessoas passassem a lutar contra a ditadura. Os discursos eram muito repetidos nessa questão dos direitos individuais e dos direitos políticos perdidos, em defesa das liberdades democráticas. A nossa maior luta era pelas liberdades e pela democracia. A gente tinha consciência de que muitas pessoas, nos quatro cantos do país, faziam a mesma coisa, e nós fizemos muito bem a nossa parte. Houve muita preocupação, muito desgaste, muita gente foi presa, torturada. Havia opressão de todo tipo, por parte do exército, da Polícia Federal, a CECI foi vasculhada várias vezes, fizeram muita covardia. Houve uma vez que chegou um grupo do exército com metralhadoras na mão, e uma das cenas que deve ser guardada para a eternidade foi a de Deusdetinho, franzino, uma pessoa boa, generosa, encostado na parede com um bico de metralhadora no umbigo dele. Esta é uma cena que

---

[59] ALMOKDICE, Roberto Valadão. **Memória do Movimento Estudantil Cachoeirense:** a Casa do Estudante (década de 1950-1960)**.** Entrevista concedida a Paulo Fabris, Cachoeiro de Itapemirim. 05 jun. 2009.

> qualquer um que vê fica revoltado.[60]

Já Ronald Mansur, em entrevista sobre o mesmo assunto, relata o seguinte:

> A Casa do Estudante tinha um jornalzinho, mas era uma grande dificuldade de imprimir, pois tinha que ser impresso em Jerônimo Monteiro, e não tinha mais peso junto à massa estudantil. É faltar com a verdade falar que tinha alguma penetração entre os estudantes, não tinha, tinha peso na cabeça das pessoas que faziam o jornal, mas na prática não.
>
> Era uma trincheira de pessoas inconformadas, um local de encontro para analisar o que estava acontecendo, como foi a casa do Dr. João Madureira por muitos anos, aonde a gente ia para conversar sobre as coisas que não eram publicadas na imprensa, onde fazíamos as nossas interpretações sobre a conjuntura do país. A casa do Dr. João Madureira também foi uma grande trincheira onde a gente atravessava a madrugada conversando. Sempre que chegavam a Cachoeiro pessoas do Rio ou de Vitória que tinham visão política, a casa do Dr. João era o ponto de encontro. Tem uma passagem de quando vim trabalhar no jornal A Tribuna em Vitória, o Eustáquio Palhares um dia foi na casa do João Madureira, e na volta ele falou: "Mansur, agora eu sei de que fonte você bebe". Era realmente uma fonte de sabedoria.[61]

Apesar dos entrevistados estarem respondendo a perguntas distintas, é notório que há certo desencontro de percepções, uma vez que, ainda que Ronald Mansur não desmereça as atividades da CECI, das quais também era parte integrante, atesta que as mesmas eram representativas para aqueles diretamente ligados à Casa do Estudante, não havendo uma força de mobilização social ou estudantil que atingisse, de forma mais abrangente, a comunidade. Já Valadão, atribui à CECI uma força expressiva no município, considerando suas atividades relevantes às lutas sociais e à militância contra o Regime Civil-Militar (1964-1985).

Além das questões concernentes à representatividade política, na CECI eram promovidos eventos musicais, teatro e reuniões que contavam com a presença de professores do município. Quanto ao seu caráter assistencialista, a Casa do Estudante chegou a contar com restaurante próprio, alojamento, e a ser responsável pela conquista de meio valor da passagem de ônibus para os estudantes. Em 1968, sob a presidência de Valadão, foi instituído o Dia do Estudante Nº1 Ausente, a exemplo do título de *Cachoeirense Ausente* existente no município desde a década de 1930, quando foi idealizado pelo escritor e poeta cachoeirense Newton Braga.

Em 1969, Valadão filiou-se ao MDB, decisão consequente de um convite feito por

---

[60] ALMOKDICE, Roberto Valadão. **Memória do Movimento Estudantil Cachoeirense**... *Op. cit.*
[61] *Ibidem.*

lideranças municipais do partido, como Helio Carlos Manhães e Gilson Carone. Já nas eleições municipais do ano seguinte, concorreu como candidato a vice-prefeito de Hélio Carlos Manhães. Em 1971, tomaram posse no poder executivo, na prefeitura. A história de Roberto Valadão com o MDB estava apenas começando.

Ao fincar suas raízes nesse contexto como líder da Casa do Estudante e do Diretório Estudantil da Escola Técnica de Comércio, Valadão opta pela oposição. Aliás, a afirmação e constante reafirmação de suas origens humildes, de uma vida de muita luta e de convicções sempre alinhadas ao povo e à democracia mostram-se claramente como uma preocupação com a produção de si. É um desejo de que essa imagem seja a que norteie sua representação social.

Outra preocupação de Valadão em nossas conversas é a de referenciar a família, afinal são seis filhos: Glaucia, nascida em 1971; Vinícius, nascido e falecido em 1973; Glauber, de 1975, e Roberta, a Bebeta, nascida em 1976; Juliana, de 1979 e Helena (1982), além de oito netos, todos frutos de sua união com Eloísa Borges, desde 1970.

Roberta nasceu em situação adversa, quando seu pai estava internado por ocasião de um atentado sofrido em 1976, após um conturbado pleito eleitoral disputado pelos emedebistas Hélio Carlos Manhães e Gilson Carone contra os arenistas Theodorico de Assis Ferraço e Abel Santana. Nesse pleito, Valadão se tornou o vereador mais bem votado, com 2791 votos, em um cenário com aproximadamente 28 mil eleitores, o que se aproximou de 10% dos votos válidos, conforme já comentamos neste trabalho.

O resultado das eleições municipais chamou a atenção do MDB e de Valadão, pois a quantidade de votos que obteve como vereador demonstrou que havia um eleitorado capaz de elegê-lo como deputado estadual. Diante dessa percepção, candidatou-se e foi eleito para esse cargo. Iniciou ali uma nova fase, as reflexões a serem feitas agora teriam abrangência estadual. Assim, Valadão deixava de ser um filho de dono de um pequeno hotel em Colatina para tornar-se líder estudantil em Cachoeiro de Itapemirim e, na sequência, personagem notório da política estadual.

A atuação de Roberto Valadão Almokdice no cenário político, segundo sua própria avaliação, foi mais intensa entre as décadas de 1960 e 1980, período em que a

República brasileira vivia um *estado de exceção*. Durante uma das entrevistas realizadas no decorrer da presente pesquisa, Valadão narra sua desconfiança por compor uma agremiação que, ainda que fosse, em certa medida, tida como oposição, foi cria do próprio Regime Civil-Militar, ao qual afirma ter sido avesso. Quanto a isso, Valadão recorda:

> Nós relutávamos um pouco, os estudantes. Relutamos algum tempo, pensando que, se entrássemos no partido, estávamos entrando num partido feito pela ditadura. Depois, mais pra frente, a gente entendeu que tinha que entrar no partido para continuar lutando [...]. Nós tínhamos também que eleger vereador, deputados para poder lutar no parlamento.[62]

As desconfianças em relação ao MDB estavam por várias partes. Segundo Ferreira,

> A opinião expressada por Fernando Henrique Cardoso, então um intelectual influente nas esquerdas, em entrevista publicada em 1973, representava o pensamento de muita gente: [...] tanto o MDB quanto a Arena, criados pelo Estado brasileiro, não existem na prática, pois ambos são frágeis e aceitaram o jogo da castração política.[63]

Ao traçar sua identidade política no MDB, Valadão, ao contrário de vários outros políticos capixabas, jamais migrou de partido. Além disso, sua entrada no Movimento Democrático Brasileiro certamente está associada a várias intenções, menos a de se remanejar para garantir sua sobrevivência no cenário político, visto que não compunha o quadro político-partidário pré bipartidarização.

Não seria prudente falar do MDB sem considerar a abordagem do clássico e pioneiro *Oposição e Autoritarismo – gênese e trajetória do MDB*, de Maria D'Alva Kinzo. A obra trata o MDB como uma organização política, uma legítima oposição, que, acima de tudo, lutou para o restabelecimento da democracia. O partido, segundo a autora, mesmo configurando uma oposição, nasceu sob a tutela do regime militar-autoritário –nomenclatura adotada para designar o período de 1964 a 1985–visto que, em 1965, foi extinto o pluripartidarismo e, logo em seguida, determinou-se a organização de novos partidos. O bipartidarismo foi a solução encontrada por um governo que ascendera ao poder por meio de uma ação golpista, liderada por militares e alguns setores da sociedade brasileira que, insatisfeitos com os rumos do país, criaram uma esfera de defesa dos interesses da nação, sobretudo contra o comunismo. Para isso, buscaram legitimidade, apoiados na suposta defesa

---

[62] ALMOKDICE, Roberto Valadão. **Memória do Movimento Estudantil Cachoeirense**... *Op. cit*
[63] FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (org.). **Nacionalismos e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 286.

e manutenção da ordem democrática.[64]

Dentre as tentativas do regime para sugerir essa manutenção da ordem democrática estavam critérios como: não eliminação de eleições periódicas, embora as tenha mantido sob controle; manutenção da constituição de 1946 até 1967, embora com as alterações por meio dos atos institucionais. A ideia propagada era que a tomada do poder pelos militares consistia apenas em mais uma intervenção militar, afinal o protocolo até foi cumprido e o presidente da Câmara dos Deputados assumiu, provisoriamente, a presidência da República. Com a virada do jogo e a subida de um militar ao poder, as aparências mantinham-se as mesmas, o que alimentava as esperanças de que em breve haveria o restabelecimento da ordem democrática. Ao discursar na sua posse, Castelo Branco falou em defesa da restauração da legalidade e da democracia, falava em eleições livres para a sua sucessão, em 1966, mas não foi o que acabou ocorrendo. Aliás, a cada sucessão presidencial, a esperança ressurgia juntamente às crises que se instalavam, tanto nos *novos partidos* do regime (ARENA e MDB) quanto em setores da sociedade que começaram a perceber que a normalidade democrática tornava-se algo cada vez mais distante.

Kinzo afirma que o regime instaurado em 1964apresentou-se híbrido, fato para o qual existem algumas explicações: em primeiro lugar, era preciso preservar a imagem brasileira no exterior; outra explicação era a *necessidade* de inserção dos civis que participaram do golpe, pois havia uma espécie de *estado de compromisso* com eles; ainda havia a problemática envolvendo as próprias facções das forças armadas, que divergiam entre si e faziam o governo oscilar entre as expectativas dos *moderados* e as da *linha dura*.[65] Contudo, a manutenção de eleições e a permissão para o estabelecimento de uma oposição, ainda que no plano das pretensões, consentida, foi o único caminho legal, embora arriscado, para o protesto. Esse foi o posicionamento de Roberto Valadão quando iniciou sua carreira política, ao contrário do que havia sido tomado por seu irmão, Arildo Valadão, que se enveredou pela clandestinidade do Partido Comunista do Brasil e pela guerrilha, tendo sido por isso morto na Guerrilha do Araguaia, conforme já informado aqui.

---

[64] Cf. KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**... *Op. cit.*
[65] Cf. KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**... *Op. cit.*

Apesar do protagonismo de qualquer emedebista, a atuação do MDB estava, antes de tudo, sujeita às regras impostas pelo governo. Afinal de contas, na condição de única oposição que atuava dentro da legalidade, os cerceamentos não eram poucos, as dificuldades de atuação apareciam, desde os empecilhos postos pelo regime, até as constantes dissensões ocorridas dentro do próprio partido.

Ao longo de todo o período de sua atuação, o MDB abrigou distintas facções, como a dos moderados, o grupo dos imaturos – assim denominados por seu radicalismo–, grupo dos autênticos, neoautênticos e adesistas. Apesar disso, o partido manteve-se vivo e sob a sigla que carregava a bandeira oficial da oposição. Em seu programa de governo, desde o princípio, o MDB manteve alguns pontos, tais como: luta pelo restabelecimento da democracia, direitos civis e liberdade de organizações sociais; defesa de um caminho efetivo para o desenvolvimento econômico. A esse programa, à medida que o regime enrijecia, outros elementos juntavam-se, como a luta pelos direitos humanos, o restabelecimento de eleições diretas, fim da excessiva participação do capital externo no país, etc.

Na edição do jornal *Posição*, um jornal declaradamente de oposição ao Regime Civil-Militar, anúncios da campanha eleitoral do MDB para o pleito de 1978 buscavam incitar os eleitores a se aliarem aos seus candidatos como arma possível contra a situação do país. Em um dos anúncios, questionava-se:

> Você está satisfeito com o Regime? Se não está, vote na oposição democrática. Em seguida, vinham as opções, para Senador: Berredo de Menezes; para deputado federal: Max Mauro; para deputado estadual: Salvador Bonomo, Roberto Valadão, Carlos Dorsch, Everasto de Aquino, Nyder Barbosa e Luís Moulin.[66]

Todavia, o fato de ser oposição não era o suficiente para conquistar o eleitorado contrário ao Regime Civil-Militar. Por isso, outros esforços eram feitos por aqueles que pretendiam ganhar representatividade ideológica como uma força combativa capaz de contribuir para o restabelecimento da democracia no país. Quanto a isso, um aspecto curioso é que a rivalidade Valadão X Ferraço enquadrou-se dentro da oposição MDB – ARENA. Valadão relata episódios em que se levantou contra o arenista por ter aversão ao seu apoio aos militares.

O repúdio de Valadão aos apoiadores do Regime Civil-Militar alterou-se com o

[66] Você está satisfeito com o Regime? **Posição**. p. 10, 23 de setembro de 1978.

tempo, na medida em que transcorria a redemocratização e alguns ex-arenistas passaram a compor a oposição. Inclusive, consta em seu arquivo pessoal um ofício de apoio à candidatura do ex- arenista Gerson Camata, nas eleições para governo do estado em 1982, agora que este era filiado ao PMDB. Nesse contexto, Valadão e Camata realizaram o maior comício até então registrado em Cachoeiro de Itapemirim. Em novembro daquele ano, o jornal *O TEMPO* trazia a seguinte manchete: “Valadão e Camata fazem maior comício da história”. Segundo o jornal, o estádio do Sumaré recebeu cerca de 20 mil pessoas, o que teria sido a maior manifestação pública já assistida na cidade, mesmo sendo aquele um dia chuvoso. No fim do comício, os dois candidatos foram carregados nos ombros por eleitores empolgados.

Inclusive, essa eleição, a primeira a seguir a dinâmica da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (1979), foi cara ao PMDB. Além das estratégias alçadas para impedir o retorno do pluripartidarismo e enfraquecer o MDB/PMDB, o próprio partido viveu uma crise interna, decidindo lançar a candidatura de um ex-arenista, que, inclusive, obteve a maioria dos votos dos capixabas, Gerson Camata. Aliás, em relação à Lei Orgânica de 1979, o exemplar do jornal *A TRIBUNA*, de 23 de novembro do mesmo ano, notificou que a única manifestação na Assembleia Legislativa do estado do Espírito Santo foi do deputado Roberto Valadão. Em outros momentos, ele acusou a Arena de tentar acabar com o MDB.

Ainda em 1982, Roberto Valadão elegeu-se prefeito de Cachoeiro de Itapemirim para um mandato de seis anos. Havia muito trabalho a ser feito, a prefeitura não tinha sequer uma sede fixa. Em nossa entrevista, Valadão foi perguntado sobre qual foi o maior acerto de sua vida. Prontamente respondeu que foi ser prefeito em 1982. Segundo ele, foi possível organizar o município administrativamente. Uma análise dos anais da Câmara dos Vereadores desse período poderá validar ou contrariar sua autoavaliação, o que será realizado em capítulo posterior deste trabalho.

O trecho de um dos discursos feitos por Valadão, em 1982, resume bem a imagem que sempre buscou passar, a de um homem envolvido emocionalmente e organizado administrativamente: "A emoção absorve todo o meu ser neste momento histórico da vida política de Cachoeiro. Tracei um plano de governo para Cachoeiro.

Uma preliminar para a discussão, para debate permanente com meu povo".[67]

No acervo pessoal de Valadão, é possível observar a importância em preservar a memória de sua atuação, reconhecida nos recortes de jornais, na sua maioria no que tange àquelas circunstâncias que o colocam em situação de proatividade e de total interação com o seu partido. Há muitos materiais do PMDB, principalmente de quando foi deputado federal. Uma pasta especial reserva recortes de jornal sobre Theodorico Ferraço, com notícias desfavoráveis à sua atuação pública.

Acreditamos que o dito até aqui já leva a uma noção da identidade de Roberto Valadão e do cenário em que este se constituiu como personagem político, o processo que levou à construção do homem político.

[67] Valadão e Camata fazem maior comício da História. **O Tempo**. Edição extra, 13 de novembro de 1982.

CAPÍTULO 2

VALADÃO X FERRAÇO – A FORMAÇÃO DE UM CENÁRIO DE REPRESENTAÇÃO DE RIVALIDADES POLÍTICAS

É tarefa difícil traçar uma representação da trajetória de Roberto Valadão Almokdice, sem mencionar seu principal opositor e rival no cenário político cachoeirense, Theodorico de Assis Ferraço. Aliás, justiça seja feita, a figura de Ferraço compõe, por si, uma página à parte na política capixaba, pois, aos oitenta anos de idade, o atual deputado estadual do Espírito Santo possui um amplo currículo, a saber, em alguns aspectos, conforme citado em Santos:

> Em 1962, Ferraço ingressou na vida política, tornando-se suplente de deputado estadual. Quatro anos depois, foi o deputado mais votado do Espírito Santo, o que veio a ocorrer novamente em 1970. Logo depois, conquistou a prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim pela primeira vez, para o mandato de 1973 a 1977 [...]. É considerado o administrador das "grandes obras".[68]

Ademais, um breve resumo biográfico traz que: Theodorico de Assis Ferraço nasceu em 1937, no então distrito de Jaciguá, Município de Cachoeiro de Itapemirim. Em 1963, formou-se bacharel em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo. É pai do senador Ricardo Ferraço e marido da deputada federal Norma Ayub. Essa relação da família com o poder público já é um aspecto de grande distinção entre Ferraço e Valadão, visto que na família do emedebista somente ele seguiu a vida política.

Diferentemente de Valadão, que emergiu no cenário político no contexto do Regime Civil-Militar, Ferraço possuía uma trajetória política anterior ao golpe de 1964, uma vez que, em 1962, apresentou candidatura a deputado estadual pelo Partido da Representação Popular (PRP),[69] ocasião na qual ficou como suplente. No pleito seguinte, 1966, doravante na Arena, se elegeu pela primeira vez deputado estadual, cargo que ocuparia outras quatro vezes (1971-1972, 2007-2011, 2011-2015, e para

---

[68] SANTOS, Francisco José dos. **Da campanha da legalidade ao golpe de Estado de 1964:** o estado do Espírito Santo durante o governo de João Goulart. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2002.

[69] Partido político de âmbito nacional fundado em 26 de setembro de 1945 por Plínio Salgado e registrado definitivamente em 10 de novembro do mesmo ano. Assim como os demais partidos ativos na época, foi extinto em 27 de outubro de 1965 pelo Ato Institucional nº 2.

o mandato de 2015-2018).

Nas eleições municipais de 1972, as histórias de Ferraço e Valadão se entrelaçaram na gestão do município de Cachoeiro de Itapemirim, pois o primeiro tornou-se prefeito, enquanto o segundo elegeu-se o vereador mais votado do pleito. Esse foi um período marcado por muitos embates entre os dois personagens. Em entrevista ao jornal *A Gazeta*, em 1985, Valadão chegou a afirmar que era perseguido por Ferraço desde 1973,[70] ano em que o arenista assumiu a prefeitura e ele, a oposição no município. Na mesma edição de *A Gazeta*, Roberto Valadão também afirmou que:

> é interessante lembrar de outra feita a que o atual deputado articulou a cassação do meu legítimo mandato de vereador à câmara municipal deste município, pelo motivo simples de que lhe fazia oposição. Para atingir esse objetivo, colocou, da Polícia Federal, cinco agentes armados à minhas costas.[71]

É muito comum se deparar com acusações de Roberto Valadão à Ferraço. Aliás, ainda hoje, em outro contexto político nacional, o peemedebista faz questão de associar a figura de seu rival à *ditadura* (1964-1985), conforme fez na edição de A *Gazeta* mencionada acima. Na referida situação, ocorrida em 1985, Valadão expressava sua reação a mais uma ação judicial movida contra ele por Ferraço. A ação de Ferraço também foi noticiada por *A Gazeta*, conforme segue:

> O deputado federal do Partido da Frente Liberal (PFL), Theodorico de Assis Ferraço, entrou na 3ª vara criminal de Vitória com queixa-crime contra o prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, Roberto Valadão que, em entrevista no dia 04 de abril, reproduzida no dia 24 do mesmo mês por uma emissora de televisão, considerou o parlamentar "uma pessoa cínica", conhecida como "o maior mentiroso que existe aqui". Alegou ainda, nessa entrevista, que sempre enfrentou "esses mentirosos, esses ladrões, como o Ferraço Filho, com as armas próprias, com a dignidade de um homem públicoe não como dinheiro fácil, da vida fácil que ele sempre levou", referindo-se ao deputado.[72]

Em recente entrevista,[73] por ocasião da presente pesquisa, Valadão reafirmou sua rivalidade com Ferraço e recordou com riqueza de detalhes os embaraços vivenciados por ocasião das eleições municipais disputadas em 1976. Na ocasião, Valadão era candidato a vereador e uma das principais lideranças do MDB no

---

[70] Valadão diz que Ferraço ainda pensa no arbítrio. ***A Gazeta***, p.3, 04 de maio de 1985.
[71] *Ibidem.*
[72] Ferraço processa prefeito de Cachoeiro. ***A Gazeta***, p.3, 08 de maio de 1985.
[73] ALMOKDICE, Roberto Valadão. **A Construção e a desconstrução de um personagem político**... *Op. cit.,* 2017.

município, juntamente com Hélio Carlos Manhães e Gilson Carone, que vieram como candidatos a prefeito e vice-prefeito, respectivamente. A disputa foi contra os arenistas Theodorico Ferraço e Abel Santana.

Valadão relata que ninguém acreditava que eles, os emedebistas, poderiam ganhar aquela disputa contra o "pessoal do Ferraço", afinal eram vistos como "pangarés[74]".

> Nós ganhamos por 242 votos, com um detalhe, eu fui o único que acreditou no dia da eleição que nós tínhamos ganhado a eleição, por que também eu era o cara que participava de tudo, eu não ia em casa, ia em casa tomava um banho, um café e saía outra vez, passei muitas noites sem dormir. Aí, no dia da eleição trabalhamos muito e resolveram fazer a apuração no mesmo dia, lá no Ita, com uma turma só de apuração, aí já deu pra desconfiar. Aí eu falei assim: quem vai fiscalizar comigo lá? Tem que ir alguém. Disseram: Não! Vai dar encrenca (...). Vai dar encrenca, nós resolvemos a encrenca. Aí eu fui e ficaram em três ou quatro (...) arrumamos uns cinco do partido pra ficar, mas só podia entrar um, entrei eu e eles ficaram lá na grade olhando. Alguém fez um sinal pra mim que nós estávamos ganhando (...). O montinho do Hélio Carlos tava crescendo (...). E aí teve uma hora que um falou: Valadão, negócio tá estranho, rapaz. Vai lá ver o que tá acontecendo, o montinho do Hélio Carlos diminuiu e o outro subiu. Aí eu fui lá, fiquei um tempão olhando, raciocinei pra lá e pra cá, meti a mão e joguei tudo no chão! (...) Aí deu um fresno danado[75].

Além da vitória de Manhães e Gilson Carone, o pleito de 1976 fez de Valadão, conforme já mencionado neste trabalho, o vereador mais bem votado na história eleitoral da cidade, até aquela ocasião, quando obteve 2791 votos.

Também como desdobramento de querelas políticas, ainda em 1976, ocorreu o episódio conhecido como atentado do bar Alaska. Esse bar funcionava onde hoje está localizada uma agência da Caixa Econômica Federal, no centro da cidade. Em um dia chuvoso, Valadão levou de carona um amigo, que iria ao bar apenas para comprar cigarros. Mas a saída acabou sendo esticada, quando os homens que bebiam no bar avistaram o emedebista que há pouco havia se tornado o vereador tão bem votado na cidade, e o convidaram para tomar uma cerveja. Como não recusava uma boa conversa, ainda mais tendo razões para comemorar, resolveu aceitar o convite.

---

[74] Pangaré é uma denominação atribuída a cavalos velhos, cansados ou até mesmo sem raça definida. Na referida situação, Valadão menciona que os emedebistas eram considerados pangarés pelos arenistas, pois, de acordo com sua análise, pelo fato de a oposição ser carente de verbas para campanha e apresentar recursos escassos, não havia muita expectativa de que conseguissem unir forças para vencer o pleito, sendo comparados a cavalos velhos e sem condições de uma vitória em disputa.

[75] ALMOKDICE, Roberto Valadão. **A Construção e a desconstrução de um personagem político**... *Op. cit.,* 2017.

No Alaska, também estava Oséas Nascimento, que já havia sido deputado estadual pelo MDB. Subitamente, houve disparos de arma de fogo, disparados por Oséias, que atingiram Valadão e Glicério Manhães, irmão de Hélio Carlos Manhães, que veio a falecer por esse motivo. Valadão foi socorrido e tem até hoje uma bala alojada no corpo. Dois dias após o atentado, Oséas foi encontrado morto, misteriosamente, com dois tiros no ouvido, em uma casa abandonada no município de Marataízes. As motivações que levaram Oséas a vitimar Valadão e Glicério nunca foram elucidadas, mas muitos acreditam que os fatos possuem relação com Ferraço, a quem, por esse motivo, Valadão fez questão de afrontar na cerimônia de posse do seu primeiro mandato de vereador.

A culpa lançada à Ferraço nunca foi comprovada, mas representa um emblemático episódio da história da rivalidade travada entre os dois. É perceptível, nas entrevistas, a exaltação de Valadão ao recordar o evento, principalmente ao falar de Ferraço. Em muitos momentos, evita até pronunciar o nome de seu rival, substituindo por pronomes como, “outro” e “ele”. Reforça-se, assim, o cenário de embate com aquele que se tornou o seu principal oponente político e ideológico. Em Cachoeiro de Itapemirim, é comum encontrar aqueles que se posicionem simpatizantes de um ou de outro, cientes do peso dessa escolha. Isso por essas personagens serem guardadas no imaginário social como figuras antagônicas.

O episódio do *atentado do bar Alaska* realmente ganhou repercussão na mídia. Em dezembro de 1976, o Jornal *Posição* publicou a seguinte matéria: *A Tragédia de Cachoeiro*. A chamada para a matéria trazia uma foto do cortejo fúnebre de Gicélio Manhães, irmão de Hélio Carlos Manhães, uma das vítimas. Já no início da matéria, sob o título *O atentado*, o jornal apresenta o que seria o conteúdo do tal telefonema feito por Ferraço à Oséas no bar Alaska:

> “O porco está aqui”. Com essa frase, o ex-deputado Oséas Nascimento comunicou, por telefone, o prefeito de Cachoeiro de Itapemirim na noite de domingo, 21 de novembro, que o vereador e líder do MDB naquele município, Roberto Valadão, se encontrava no bar “Alaska”, no centro da cidade. Minutos mais tarde, consumando o atentado com o que planejava tirar a vida de Valadão, Oséas matava, com um tiro de revólver INA, calibre 32, Gicélio Manhães, irmão do prefeito eleito, Hélio Carlos Manhães. Disparando mais três vezes, o ex-deputado acertaria dois tiros em Roberto Valadão e um em Roberto Januário Arcanjo, deixando ambos entre a vida e

a morte, e retirando-se para sua residência.[76]

Mas o que teria Oséas com Ferraço? Quais seriam as motivações de um ex-deputado emedebista ao atentar contra os seus, outrora, companheiros de partido? Pois bem, essa história possui uma página somente sobre o próprio Oséas, de forma que ele não pode ser visto meramente como um suposto subordinado aos interesses de Ferraço. O desgaste de Oséas com o diretório do MDB de Cachoeiro já se delineava desde1972, ano das eleições municipais. Nesse contexto, foi até mesmo acusado de articular a derrota de Gilson Carone à Prefeitura, em benefício da vitória de Ferraço. Isso por enfraquecer o sistema de sublegendas do MDB, na medida em que apresentava e retirava sua candidatura, uma estratégia para fazer migrar votos para o candidato arenista. De acordo com o relatório do Tribunal Regional Eleitoral[77], referente ao pleito de 1972, o MDB apresentou três sublegendas contra duas da Arena. O candidato emedebista Gilson Carone foi o mais votado, porém perdeu na somatória da sublegenda, que foi vencida pela Arena, tendo sido eleito o candidato Theodorico de Assis Ferraço.

Além dos indicados conflitos dentro do MDB cachoeirense, o resultado desfavorável ao partido deve ser creditado, também, a fatores mais complexos, de abrangência nacional, pois o caso de Cachoeiro foi replicado em vários outros municípios em que a oposição conseguiu concorrer, conforme revelam os escritos de Kinzo:

> Quanto às eleições municipais de 1972, seria muito injusto atribuir às deficiências do partido a causa principal de sua derrota, como alegaram comentaristas políticos e alguns grupos dentro do próprio partido. Na verdade, naquelas eleições, o MDB realmente tentou estruturar uma campanha eleitoral com maior apelo. Procurando dar uma orientação nacional à campanha eleitoral, o Diretório Nacional fez um manual para os candidatos, que não apenas discorria sobre os principais problemas dos Municípios brasileiros, como também tratava de vinculá-los à política nacional do governo e suas implicações sociais. Não obstante, os magros resultados obtidos pelo MDB naquelas eleições demonstraram que sua tentativa tivera pouco efeito em termos de carrear votos para o partido. Uma das principais razões certamente reside na própria natureza daquelas eleições: a escolha de prefeitos e vereadores – uma disputa dominada pela política local – pouco tem a ver com temas de âmbito nacional. A situação de dependência dos governos municipais em relação aos estaduais – arraigada há tanto tempo no sistema político brasileiro e agravada após 1964 – dificultava ainda mais a política local. Esta situação tornava-se ainda

[76] O atentado. **Posição**, p. 3, 03 de dezembro de 1976.
[77] Eleicões. **Resultados eleitorais anteriores a 2006. Eleições de 1972.** Disponível em: http://www.tre-es.jus.br/. Acessado em 10 de junho de 2017.

mais delicada para o MDB em razão de sua frágil organização.[78]

Além da situação envolvendo as eleições municipais de 1972, também na Assembleia Legislativa Oséas teria adotado uma postura pró-arenistas, o que gerou muita discussão entre seus companheiros emedebistas. No ano seguinte, teve que responder a um processo judicial aberto por Hélio Carlos Manhães, que o acusou pelo crime de injúria e difamação. Finalmente,em 1976, Oséas filiou-se à Arena, e a partir desse momento suas críticas aos líderes do MDB em Cachoeiro não precisavam mais ser veladas ou desmentidas. Na ocasião da vitória eleitoral de Hélio Carlos Manhães, em 1976, "Oséas declara, na frente de várias testemunhas, que vai matar Hélio e/ou Roberto Valadão".[79]

Como se pode observar, Oséas possuía um capítulo à parte com Valadão e como outras lideranças de Cachoeiro e do MDB, uma história bem conturbada por sinal. Em sua cobertura sobre o atentado do bar Alaska, publicada em 03 de dezembro de 1976, o jornal Posição em nenhum momento faz menção a qualquer relação de Ferraço com o ocorrido. Ainda assim, há uma publicação de uma fala de lamento de Hélio Carlos, por ocasião da morte de seu irmão, Gicélio, no episódio do atentado do bar Alaska, que ratifica toda a esfera de motivações políticas em torno do crime:"minha vitória política representou o atestado de óbito de meu irmão".[80]

Retomando a trajetória de Valadão, passados seus dois mandatos como vereador (1973-1978), enquanto tornava-se deputado estadual (1978), o emedebista mais bem votado no estado, Ferraço foi o arenista com mais votos para deputado federal, com quase quarenta e cinco mil votos, de acordo com os registros disponíveis no site do Tribunal Regional Eleitoral.[81] O sucesso de votos de Ferraço foi superado apenas pelo do emedebista Max Mauro, que obteve quase dez mil votos a mais, sendo o mais bem votado do estado do Espírito Santo, conforme se verifica na tabela a seguir:

---

[78] KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**... *Op. cit.,* p. 144-145.
[79] Valadão e Camata fazem maior comício da História... *Op. cit.*
[80] A cidade estava em festa, a cidade está de luto. **Posição**, p. 4, 03 de dezembro de 1976.
[81]Eleicões. Resultados eleitorais anteriores a 2006. Eleições de 1978. Disponível em: http://www.tre-es.jus.br/. Acesso: 10 de junho de 2017.

TABELA 1: Resultado das eleições para deputado federal (1978).

Candidatos	Partido de Origem	Partido	N° de votos	Votos Válidos (%)
Max Freitas Mauro	n.i.	MDB	54.412	11,55
Theodorico de Assis Ferraço	PRP	ARENA	44.942	9,54
Gerson Camata	n.i.	ARENA	39.637	8,41
Luiz Baptista	PTB	MDB	39.399	8,36
Antônio José Miguel Feu Rosa	UDN	ARENA	37.208	7,90
Belmiro Teixeira Pimenta	n.i.	ARENA	35.448	7,52
Mário Alves Moreira	n.i.	MDB	26.342	5,59
Walter de Prá	n.i.	ARENA	23.542	4,99
Candidatos Eleitos			**300.930**	63,90
Candidatos não eleitos			**169.962**	36,09
Votos Brancos			93.377	-
Votos Nulos			48.471	-
Total de Votos Válidos			**470.892**	**100**
Total de Votos			**612.740**	-

Fonte: OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar:** um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982). Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

Ainda que atuando em esferas diferentes, Valadão e Ferraço continuaram a protagonizar diversos conflitos. Em sessão da Assembleia Legislativa, em 1979, temos um desses embates:

> O senhor Roberto Valadão, 2º orador, discorre sobre a administração do Sr. Gilson Carone, frente à prefeitura municipal de Cachoeiro de Itapemirim, onde vem realizando obras públicas, exclusivamente, com recursos próprios. Concluindo, S. Exa. Faz críticas ao ex-prefeitoTheodorico Ferraço, por ter este realizado obras sem o devido planejamento, citando a Avenida Beira Rio, cuja conclusão está a cargo do atual prefeito.[82]

Valadão não perdia a chance de lançar apontamentos negativos sobre a atuação política de Ferraço, ao passo que também buscava posicionar o MDB como uma oposição legítima e de administração planejada. Vale ressaltar que o alvo da crítica citada acima, a construção da Avenida Beira Rio, sempre foi o *orgulho* de Ferraço. Inclusive, ainda hoje, ele é muito associado a essa obra.

A década de 1980 foi, sem dúvida, uma fase muito intensa, não somente para o cenário político brasileiro, mas também para a vida política de Valadão e Ferraço, sobretudo no cenário cachoeirense, ambos como prefeitos, o primeiro eleito em 1982, o segundo, no pleito de 1988.

Quando perguntado sobre qual teria sido o maior acerto de sua vida, Valadão afirma que “foi ganhar em 82, o mandato era de seis anos, deu para fazer muita coisa,

[82] **Ata da Assembleia Legislativa** – sessão de 19 de junho de 1979.

pudemos arrumar a casa”.[83]

Inclusive, durante a vigência desse mandato, no dia 23 de junho de 1985,[84] o jornal *A Gazeta*, em suplemento especial, lançou uma edição somente sobre Roberto Valadão. Na referida edição, além da foto do próprio Valadão, a capa afirmava: *Valadão: A força da mudança em Cachoeiro*. A edição foi toda dedicada a uma representação positiva da gestão em curso. Destacava a administração do município, que foi organizado por uma equipe constituída por indivíduos da própria prefeitura, ao invés de técnicos contratados.

Além disso, havia elogios sobre a criação de hortão público; investimento na preservação da Memória da cidade a partir da criação da Secretaria de Cultura, esporte e turismo; projetos científicos; propostas de obras como parque de exposições, mercado municipal e o Centro de Manutenção e Complexo Industrial Presidente Tancredo Neves, tendo esse último projeto recebido elogios públicos do então governador do estado, Gerson Camata:

> O governador Gerson Camata, numa de suas visitas oficiais a Cachoeiro, foi visitar o Centro de Manutenção e Complexo Industrial. Olhar rápido e panorâmico, o governador não se conteve: “Valadão, você está realizando a obra mais importante do Estado. Você vai ter a prefeitura mais organizada do Espírito Santo. É uma obra para a próxima geração”.[85]

A referida edição especial de *A Gazeta* é de extrema parcialidade em relação à primeira gestão de Valadão como prefeito. As matérias são apresentadas de forma extremamente elogiosas, algumas chegam a ser poéticas. Isso nos levou a buscar compreender como esse suplemento foi produzido, se a referida edição foi possível por meio da compra de espaço publicitário ou algo dessa natureza, como se faz com anúncios, ou até mesmo se havia alguma ligação de sua produção com o próprio Valadão. Mas, infelizmente, não obtivemos sucesso em obter tais informações. Apenas nos foi respondido por responsáveis pelo arquivo do jornal, por e-mail devidamente registrado que “por se tratar de *publicação antiga* não há como saber quem produziu e escreveu a referida edição”. Dessa forma, ficamos com a informação do próprio Valadão, de que o caderno especial foi viabilizado pela compra do espaço. Ele diz ter recebido auxílio financeiro de empresários de

---

[83] ALMOKDICE, Roberto Valadão. **A construção e a desconstrução de um personagem político**... *Op. cit.,* 2017.
[84] Valadão: A força da mudança em Cachoeiro, suplemento especial. **A Gazeta**, 23 de junho de 1985.
[85] *Ibidem,* p. 2.

Cachoeiro para que tal publicação fosse possível. É interessante notar que, em seus relatos, Valadão também enaltece muito essa sua primeira gestão, pois, como já foi mencionado anteriormente, considera que ter sido prefeito de 1983 a 1988 foi seu maior acerto.

Acabado o mandato de Valadão, agora já no cenário político do Brasil redemocratizado pela Constituição de 1988, um novo pleito eleitoral de nível municipal ocorreria. Concorreram à prefeitura de Cachoeiro três coligações, sendo elas: *Unidade Popular*, da qual fazia parte o Partido da Frente Liberal, então partido de Ferraço e que o lançou como candidato; a *Frente Cachoeiro*, que tinha à frente o PMDB e lançou a candidatura de Gilson Carone; e a *Unidade Popular*, cujo candidato era Eliezer Rabello, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). A essa altura, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) enfrentava uma fragmentação, consequente de querelas entres suas principais lideranças, os *pais fundadores* do ainda MDB à época. Esse assunto também foi abordado no Jornal *A Gazeta.*[86]

Em setembro de 1986, torna-se público o rompimento entre Hélio Carlo Manhães e Valadão. Em entrevista para A GAZETA, Manhães rebateu críticas feitas por Valadão:

> Manhães considerou “injustas e emocionais” as acusações de Valadão, segundo as quais o deputado seria um “político profissional”, demagogo, promesseiro, que volta a cada eleição com o mesmo discurso, as mesmas promessas.[87]

O enfraquecimento do Diretório do PMDB, em Cachoeiro, marcado pela cisão entre suas principais lideranças, foi um dos aspectos do gradativo declínio do partido no município, que, a partir de então, desde a década de 1980 até2017, conseguiu eleger apenas mais uma vez um prefeito na cidade, tendo sido o próprio Roberto Valadão, em 2004. As eleições de 1988 trazem, pela segunda vez, Ferraço à frente da prefeitura, cargo que votou a ocupar mais duas vezes, em 1996 e 2000.

Apesar de Ferraço ter sido prefeito quatro vezes e Valadão duas, os dois se enfrentaram diretamente pela gestão de Cachoeiro em apenas duas ocasiões, nas eleições de 2000 e 2008. Na primeira, Ferraço levou a melhor; na segunda, em

---

[86] Valadão chama oposição de desonesta. **A Gazeta,** p. 3, 15 de março de 1986.
[87] Manhães diz que críticas são injustas. **A Gazeta**, p. 3, 07 de setembro de 1986.

2008, ambos perderam para o candidato petista, Carlos Casteglione. Desde então, não concorreram mais à prefeitura, mas apoiaram candidatos sem obterem sucesso.

Valadão continua atuante no PMDB. Fora isso, se considera aposentado. Ferraço, por sua vez, continua atuante no cenário político capixaba, uma vez que, até janeiro de 2017, ocupava o cargo de presidente da Assembleia Legislativa, quando decidiu não mais concorrer ao que seria sua quarta presidência da Casa.

Apesar dos quase oitenta anos de idade, Ferraço ainda vem causando polêmicas. Em relação ao seu afastamento da presidência da Assembleia, disse em entrevista, referindo-se ao atual governador do estado, Paulo Hartung:

> Os imperadores não gostam realmente de serem passados para trás, e que se faça alguma coisa sem falar com eles, infelizmente o estilo dele é esse. [...] Ele gosta de lidar com pessoas que engraxem o sapato dele, que limpem seu rosto, que joguem um perfume nele.[88]

Como podemos ver se, para Valadão, as lembranças de Ferraço trazem à tona sua maior inimizade durante sua trajetória política, ao que tudo indica Ferraço tem se esforçado para fazer novos e poderosos inimigos. Ainda que os embates tenham virado Memória, o gradativo desenvolvimento de um cenário de representação de oposição entre Valadão e Ferraço acabou se estabilizando no imaginário social do eleitorado de Cachoeiro.

---

[88] Ele lá e eu cá. Estou até mais aliviado, com melhor saúde em ficar livre do imperador. **Século diário online**, 25 de julho de 2017.

CAPÍTULO 3

A ATUAÇÃO POLÍTICA: DA DITADURA À REDEMOCRATIZAÇÃO

3.1 Um autêntico na prefeitura municipal de Cachoeiro de Itapemirim

As eleições de 1969/1970 transcorreram no período de vigência do AI5, ato institucional que inibiu amplamente a ação das oposições aos governos militares, uma vez que delegou poderes ilimitados ao governo, promovendo mais cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos. O recrudescimento das arbitrariedades do governo fora, em certa medida, uma resposta à intensificação, em 1968, dos movimentos e ações contrários à continuidade do regime de exceção. Inclusive, o ano1968 foi tão intenso que ficou alcunhado de "o ano que não terminou", conforme título do livro publicado pelo jornalista Zuenir Ventura.[89]

A geração de 1968 marcou a história mundial, com as manifestações do maio de 1968 na França, as mobilizações nos EUA e, no Brasil, com a Passeata dos Cem Mil. Em vista das agitações verificadas naqueles anos, durante o Regime autoritário, foram decretados, no ano de 1969, os atos institucionais nº 13 e nº 14, que estabeleciam o banimento de qualquer cidadão considerado uma ameaça à segurança nacional, além de prever pena de morte para "guerra subversiva ou revolucionária". De acordo com AI-14, a guerra psicológica também implicaria penalidade de morte, considerando a grande subjetividade da análise que poderia definir tal transgressão. Diante desse cenário, torna-se compreensível o recuo do MDB, que passou a atuar de forma mais moderada após 1968. Sobre essa postura, salienta Maria Dalva Kinzo:

> o partido de oposição defrontava-se com o problema de definir uma estratégia de ação que se interpusesse entre a moderação e a radicalização. As mudanças de comportamento do MDB para uma direção ou para a outra seriam não apenas em decorrência dos caminhos tomados pelo regime, mas também produto da eficácia de diferentes facções do partido em tornar a sua orientação política específica numa linha oficial do partido. Vimos que, até o final de 1968, a atuação do MDB tendeu à radicalização. Veremos agora que o partido caminhou na direção oposta,

[89] O mineiro Zuenir Ventura é jornalista desde 1956, além de ser formado em Letras. Trabalhou em importantes jornais como o Jornal do Brasil e o Correio da Manhã. Inspirado pela intensidade dos fatos que marcaram o ano de 1968, como o assassinato de Marthin Luther King, John Kennedy e, no Brasil, pelas arbitrariedades políticas do Ato Institucional nº5, publicou, em 1988, o livro "1968 – o ano que não terminou".

> entre 1969 e 1970, inclinando-se à moderação.[90]

Essa moderação está relacionada às experiências vividas pelo MDB, que foi bastante afetado e passou até mesmo pela possibilidade de não conseguir manter sua condição de partido, já que o fechamento do Congresso imposto pelo AI-5 e as cassações de quase cem parlamentares atingiram e imobilizaram, em certa medida, os emedebistas que, em reposta a isso, e temendo mais repressão e perda de mandatos, optou por uma postura mais moderada. Quando, em 1969, após dez meses de fechamento do Congresso, o governo estipulou prazos para a reorganização da Arena e do MDB para que o poder legislativo pudesse retomar às suas atividades, o presidente do MDB optou por uma reativação, sob uma liderança mais moderada, elegendo o ex- udenista Adolfo de Oliveira, conforme informa Kinzo (1988):

> Essa nova linha tornar-se-ia explícita com as declarações da cúpula defendendo que o MDB não deveria opor-se à revolução, e sim aceitar as regras do jogo a fim de se tornar um partido confiável capaz de concorrer ao poder.[91]

Colocar um ex-udenista à frente da secretaria geral do partido era mesmo uma medida que soava como uma descaracterização de uma oposição combativa, basta lembrar que a UDN foi um dos braços a apoiar os “revolucionários” de 1964.[92]Ainda que os tempos fossem outros, as orientações de Adolfo de Oliveira dispensam quaisquer interpretações subjetivas, pois explicitam uma postura de conformidade com a ordem dos fatos. Além disso, a linha adotada pelo novo secretário geral do MDB era a de atuar de acordo com as regras do Regime, utilizando apenas as armas permitidas, que, naquele caso, seriam as próximas eleições. Assim, o partido deveria se organizar, ganhar confiança e então se aproximar dos governos militares, constituindo uma opção política para quando fosse conveniente.[93]

Desde outubro de 1969, o Brasil passara a ser governado pelo “linha dura”

---

[90] KINZO, Maria D’Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**... *Op. cit.,* p. 129.
[91] *Ibidem,* p. 132.
[92] Partido extinto, assim como os demais em atividade em 1965, pelo Ato Institucional nº 5. Um de seus principais líderes foi Carlos Lacerda, jornalista que fez grande oposição a Getúlio Vargas e aos governos populistas. Em 1964, a UDN apoiou a deposição do presidente João Goulart, porém mais tarde demonstrou arrependimento ao unir-se a antigos inimigos na busca pelo restabelecimento da ordem democrática interrompida pelo golpe civil-militar.
[93] Cf. KINZO, Maria D’Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**... *Op. cit.*

Garrastazu Médici (1969-1974),[94]presidente militar que fez bastante uso do Ato Institucional nº5, além de ter protagonizado o denominado “milagre brasileiro”, marcado pelo aumento do produto interno bruto, do investimento em obras grandiosas e até mesmo pela euforia da vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo (1970).Tudo isso ocorreu em contraste com o aumento das disparidades socioeconômicas, da pobreza e intensificação do discurso ufanista, bem como a ampliação das perseguições políticas.

Ademais, havia uma elaborada pedagogia do governo para transmitir a ideia de que o país estava no rumo certo. Um dos *slogans* mais conhecidos era “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Dessa forma, utilizada como propaganda do governo Médici, essa máxima vinha acompanhada de informações parciais sobre o desenvolvimento econômico do país, além de conter uma boa dose de ameaça, perceptível a qualquer bom entendedor de tudo que se passava.

Além disso, deve-se enfatizar o papel da mídia, que contribuía na propagação da ideia de normalidade e progresso. Não podemos deixar de lembrar que uma das maiores emissoras de televisão do mundo cresceu concomitantemente ao Regime Civil-Militar: nascida em 1965, a Rede Globo de televisão acompanhou a postura adotada pelo jornal O Globo, já um grande jornal à época e que apoiou o golpe de 1964. É fato que todas as mídias que atuavam legalmente durante o regime estavam cerceadas pela censura imposta aos meios de comunicação, mas no caso dos negócios da família Marinho, o crescimento e consolidação no mercado estiveram atrelados à conivência com os interesses dos governos militares.

Recentemente, em sua edição de 31 de agosto de 2013, o jornal *O Globo* trouxe a seguinte manchete: *Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro.* A matéria veio como uma resposta às manifestações que tomaram conta do país em 2013. Em um dos jargões gritados, os manifestantes diziam: “*A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura”*. Por isso, temendo pagar o preço por um dos erros do passado, as organizações Globo decidiram assumir o erro e buscar se retratar com a opinião

[94] Durante o regime civil-militar os militares estiveram divididos em dois principais grupos, a chamada “linha branda” ou da “Sorbonne”, que tinha como principal representante Castelo Branco, por isso reconhecida também como Castelistas, e a “linha dura”, favorável a um governo mais centralista e autoritário, que, no governo brasileiro, teve como grande representante o general Garrastazu Médici.

pública.[95]No texto, o jornal fez questão de lembrar que a postura adotada em 1964 não foi uma decisão solitária, pois outros grandes jornais como *O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, também o fizeram. No dia 02 de setembro de 2013, foi a vez do apresentador âncora do Jornal Nacional, Willian Bonner, justificar os ideais que conduziram as organizações Globo, que seriam convergentes com a defesa da democracia nacional. O jornalista esclareceu que a História foi revista e o erro admitido.

O grande problema é que reconhecimento e pedido de desculpas das organizações Globo não são suficientes para reaver a deturpação da realidade, tampouco as alienações dos cidadãos que, ao lerem jornais, ouvirem programações de rádio, e assistirem à televisão, acabam por constituírem sua versão da realidade, tomam como verdade aquilo que apreendem como informação e formam a sua opinião.

Talvez, uma das consequências da formação desse cenário de representação positiva do autoritarismo tenha sido o bom desempenho da Arena na maioria dos pleitos eleitorais, bem como, a longo prazo, a existência, ainda nos dias atuais, de pessoas nas ruas pedindo intervenção militar no Brasil, mesmo após ter em sua história um dia que durou vinte e um anos.

Voltando ao contexto da época, tínhamos, de um lado, o endurecimento do regime; do outro, uma mídia legalizada parcial e tendenciosa. Logo, tornava-se cada vez mais importante e urgente uma atuação bem orquestrada das oposições, sobretudo do MDB, a única oposição capaz de se posicionar publicamente e conseguir mobilizar mudanças no âmbito da legalidade, ainda que com ponderações, pois

> havia a possibilidade de que uma organização como o MDB, que atuava sob um sistema político cujas regras do jogo não estavam bem definidas, pudesse ter seu espaço aumentado de acordo com a capacidade do partido de exercer pressão, sem, no entanto ameaçar o regime como um todo.[96]

Nesse contexto, o Espírito Santo se engajou nas metas do desenvolvimentismo, sob o governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos, governador biônico escolhido pessoalmente pelo presidente Médici (1971-1975), o “pai do milagre econômico”. De acordo com Oliveira (2013), o governo técnico do jovem engenheiro Arthur Carlos Gerhardt alinhava o Espírito Santo ao projeto desenvolvimentista do governo federal,

---

[95] Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**, 31 de agosto de 2013.
[96] KINZO, Maria D’Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**... *Op. cit.,* p. 129.

pois seu currículo o creditava como capaz de levar a cabo até mesmo projetos inacabados em gestões anteriores. Era de competência dessa gestão, alinhada ao "milagre econômico" de Médici, colocar o Espírito Santo na rota da industrialização e da modernização econômica.

A década de 1970 parece ter sido mais longa que outras, considerando o cabedal de acontecimentos em curso, inclusive no Espírito Santo e na trajetória de Roberto Valadão que, nesse período, adentra na política capixaba já na condição de vice-prefeito de Hélio Carlos Manhães, pelo MDB. Em entrevista concedida por ocasião da presente pesquisa, Roberto Valadão recorda que, enquanto líder do Movimento Estudantil em Cachoeiro de Itapemirim, ele e outras lideranças sentiram que precisavam de algo para fazer frente ao Regime, mas que tinham certa resistência à filiação partidária ao MDB, pois entendiam o partido como parte do governo. Porém, depois, entenderam que era preciso entrar no MDB e tomar o partido, compor o MDB para fazer do partido uma oposição organizada em Cachoeiro.

Valadão entrou no MDB, identificando-se com uma ala emergente no partido, um grupo disposto ao embate e que ficou alcunhado como "os autênticos". Após colher os frutos de sua postura mais moderada nas eleições de 1970, suprimidos por um legislativo majoritariamente arenista, alguns emedebistas acharam por bem mudar a postura do partido. Em 1970, se notava que:

> De modo surpreendente entre a minguada bancada de deputados eleitos pela sigla, em 1970, surgiu um grupo jovem disposto a levantar novamente a chama da oposição, e sua atuação deu sobrevida ao MDB quando ele parecia morto. Sua audácia e coragem cívica (e também física, dado o contexto) ajudaram a melhorar a imagem pública da oposição.[97]

Além disso, Valadão, assim como outros autênticos, não tinha atividade pregressa no cenário político. Apesar de estar mais alinhado às esquerdas – como ele próprio faz questão de ratificar –, ele era mais um insatisfeito como autoritarismo em curso, e que decidiu tomar partido frente à ordem dos fatos, vendo no ingresso no MDB uma forma de combate.

Apesar de sua pouca experiência político-partidária, Valadão foi iniciado com o convite e sob as orientações do experiente Hélio Carlos Manhães, que era filiado ao

---

[97] MOTTA**,** Rodrigo Patto Sá**.** O MDB e as Esquerdas*. In*.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Revolução e democracia (1964...)**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 290.

MDB desde 1965, devido ao advento do bipartidarismo. Antes disso, já havia sido vereador de Cachoeiro (1959-1962) pelo Partido Social Progressista (PSP) e deputado estadual. Em 1966, foi candidato à prefeitura de Cachoeiro, recebeu 7.686 dos 19.316 votos válidos. Porém, devido ao subterfúgio do sistema de sublegendas, instituído pelo governo dos militares para oportunizar mais chances de vitórias eleitorais em pleitos majoritários à Arena, não assumiu o cargo. A vitória eleitoral foi dada ao candidato arenista Nello Vola Borelli que, com os votos da sublegenda da Arena, conseguiu o montante de mais de nove mil votos, sendo que havia recebido apenas pouco mais de cinco mil votos, menos que o candidato emedebista. Na ata de resultados eleitorais, verifica-se que os candidatos a prefeito receberam votos na seguinte ordem: Hélio Carlos Manhães - 7.686, Nello Vola Borelli - 5.184, João Brahim Depes - 3.847, Alfredo José Duarte Abreu – 385. Na ata de resultados dessa eleição está explicado que,

> tendo em vista a votação obtida pelos partidos, constatou-se que a Arena recebeu nove mil e trezentos votos, e o MDB recebeu oito mil quinhentos e trinta e um. Assim, de conformidade com o disposto na Resolução 7965 de 10 de outubro de 1966, do Supremo Tribunal Eleitoral, é proclamado eleito Nello Borelli, para o cargo de prefeito de Cachoeiro de Itapemirim.[98]

É válido destacar que o sistema de sublegenda permitia aos partidos concorrerem com mais de um candidato nos pleitos para prefeitos e para o legislativo. Dessa forma, nas eleições de 1966 a 1978, concorreu mais de um candidato de cada partido para o mesmo cargo. Devido à sublegenda, os partidos se apresentavam como, por exemplo, Arena 1, Arena 2, Arena 3. Na condição de partido apoiado pelo governo, a Arena levava vantagem, pois não tinha problemas em encontrar políticos aptos a comporem o quadro do partido, o que não se dava como MDB, uma vez que assumir uma oposição ao regime era sempre algo a ser refletido e temido, considerando a constante possibilidade de represália. A desvantagem do MDB, imposta pelo sistema de sublegenda, foi salientada pelo professor Ueber José de Oliveira em seus estudos sobre a configuração partidária do Espírito Santo no contexto do regime militar, enfatizando que

> Ainda sobre a manutenção das rivalidades em âmbito municipal, bem como acerca da supremacia da Arena, é importante destacar, de passagem, que por ocasião das articulações em torno das candidaturas majoritárias que concorreriam ao pleito de 1972 entrarem na reta final, a Arena já tinha

[98] **Ata de resultados eleitorais de 1966**, pasta 95ª, folha 12. Disponível no TRE-ES.

> garantida a vitória em 31 dos 52 municípios capixabas. Isso porque, neles, só concorriam candidatos do partido, ou seja, em mais da metade dos municípios a competição seria intra-Arena. Dos 31 municípios nos quais a Arena concorreu sozinha, em 12 teve um único candidato. Em 16, a disputa se deu contra os chamados Zumbis, outra denominação dada à Arena dissidente, e nos 21 municípios restantes, a Arena concorreu com candidatos do MDB.[99]

Dito isso, fica evidente que a imposição do sistema de sublegendas foi uma estratégia para a manutenção da vantagem eleitoral da Arena, mesmo diante das dissidências dentro do partido, pois havia muita divergência entre as frentes que compuseram a sigla a partir da dissolução de seus antigos partidos. A possibilidade de mais de uma frente dentro de um mesmo partido favorecia algumas disparidades identitárias dentro do partido que apoiava o regime.

Mediante as regras eleitorais vigentes, nas eleições de 1966, a prefeitura e a câmara dos vereadores de Cachoeiro seguiram a seguinte configuração:

TABELA 2: Prefeito eleito em Cachoeiro (1966).

PREFEITO ELEITO	PARTIDO
NelloVola Borelli	Arena
Vice – José Caetano G. Sobrinho	Arena

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TRE-ES

TABELA 3 – Vereadores eleitos em Cachoeiro de Itapemirim em 1966.

VEREADORESELEITOS	
ARENISTAS	**EMEDEBISTAS**
David Cruz	Juracy Magalhães Gomes
Dercilio Gomes de Albuquerque	Jurandir Adverci
Luiz Gonzaga Borges	Mario Miranda de Oliveira
Paulo Mattos	Miguel Barreto Silva
Alberto Ferraço	
Aylton Coellho Costa	
Melchisedeck Sandoval	
Clovis de Barros	
Sebastião Ferreira de Paiva	
Elias Moisés	
Deolindo A. T. Costa	

[99]OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar:** um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982) Tese (Doutorado em Ciências Políticas). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013, p. 230.

Astor Dilen dos Santos		
José Gava		
TOTAL =	13	4

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TRE-ES.

Após ter sido derrotado pelo sistema de sublegenda, Hélio Carlos Manhães terminou o mandato de deputado estadual que exercia e, em seguida, dedicou-se à advocacia, até 1970, quando decidiu concorrer mais uma vez à prefeitura. Com esse fim, convidou o jovem e sem histórico político-partidário, Roberto Valadão, para ser seu vice-prefeito. Valadão já era conhecido entre os jovens devido a sua militância frente à Casa do estudante.

Em 15 de novembro de 1970, ocorreram eleições para o Senado, Câmara Federal, Assembleias legislativas, prefeituras e câmaras municipais. De acordo com os dados disponíveis no site do Tribunal Regional Eleitoral, na grande maioria dos municípios, além da capital onde a eleição ocorreu de forma indireta, a Arena predominou. Dessa forma, a vitória de Hélio Carlos Manhães e Roberto Valadão, indica o prestígio que a chapa emedebista conseguiu angariar junto ao eleitorado cachoeirense.

Somente para se ter uma noção da prevalência pró-governo federal do eleitorado espírito-santense, logo, da constituição desse eleitorado alinhado ao regime autoritário, os resultados eleitorais no plano estadual foram amplamente favoráveis à Arena, conforma quadro a seguir:

TABELA 4 - Resultado das eleições diretas para prefeito no ES - 1970.

Prefeitos emedebistas eleitos	9
Prefeitos arenistas eleitos	35

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do TRE-ES

O insucesso do MDB também ocorreu nas eleições para o legislativo federal nos pleitos de 1966 e 1970. Além das dificuldades encontradas por ser uma oposição ao regime, desde 1966, a quantidade de votos nulos e brancos tornara-se um segundo obstáculo ao MDB, inclusive

> no pleito de 1966, para a Câmara dos Deputados, os votos nulos e brancos somaram 21% dos votos, um índice já bastante, mas que chegaria ao patamar de 30% nas eleições de 1970, o que revelava o grau de descrédito alcançado pelo sistema bipartidário. No pleito de 1970, o MDB sofreu um

> forte declínio em sua votação, tendo obtido apenas 21% dos votos para deputados federais, contra 28% colhidos em 1966. Como se vê, em 1970, o MDB perdeu não só para a Arena, mas também para os votos nulos e brancos, e parte expressiva deles vinha de eleitores influenciados pelo pensamento de esquerda.[100]

Seguindo na contramão do fracasso do MDB, Hélio Carlos Manhães e Roberto Valadão venceram as eleições em 1970 e cumpriram uma gestão de apenas dois anos (1970-1972). Apesar de curto, o trabalho desenvolvido contribuiu para a consolidação de Hélio Carlos e de Valadão junto à a população cachoeirense, contribuindo para base de futuras disputas eleitorais pelo governo de Cachoeiro de Itapemirim. Aliás, no transcorrer do Regime Civil-Militar, as eleições para a prefeitura de Cachoeiro tiveram os seguintes resultados:

TABELA 5 – Prefeitos eleitos em Cachoeiro de 1966 a 1982.

Ano eleitoral	Candidato	Partido	Votos
1966	Nelo Vola Borelli	ARENA	5.184
1970	Hélio Carlos Manhães	MDB	10.895
1972	Theodorico de Assis Ferraço	ARENA	9.443
1976	Hélio Carlos Manhães	MDB	17.405
1982	Roberto Valadão	PMDB	25.743

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TRE-ES. * As eleições de 1982 ocorreram de forma pluripartidária.

Excetuando o mandato de 1966, quando Valadão ainda atuava apenas na Casa do Estudante de Cachoeiro de Itapemirim, em todos os outros pleitos e mandatos participou de forma direta e ativa no governo do município. Em 1970, como já dito anteriormente, foi vice-prefeito, em 1972, foi o vereador, façanha repetida em 1976, e, em 1982, ao candidatar-se como prefeito pela primeira vez, foi eleito para um mandato de seis anos. Esse mandato (1983-1988) será abordado no próximo capítulo.

Encerrado o mandato, em 1972, Valadão lançou candidatura a vereador pelo MDB, venceu como o mais bem votado na história do município. Na câmara dos vereadores atuou como forte oposição àquele que acabou por firmar-se como seu arquirrival, o então arenista, Theodorico de Assis Ferraço, eleito prefeito naquele ano. Ferraço e seu vice, Alicio Franco, governaram o município com a seguinte

[100] MOTTA**,** Rodrigo Patto Sá**. O MDB e as Esquerdas**... *Op. cit.,* p. 287.

composição na câmara dos vereadores

TABELA 6 - Vereadores eleitos para a câmara municipal em 1972.

Vereador	Partido	Número de Votos
Roberto Valadão	MDB	1.777
Adalgiso Simão	ARENA	1.708
Juracy Magalhães Gomes	MDB	935
Aylton Coelho	ARENA	877
Laurindo Sasso	ARENA	859
Astor Dillen dos Santos	ARENA	768
José Antônio Dardengo	ARENA	734
Laurito Campos	MDB	732
Adhair Raymundo de Oliveira	MDB	*ilegível
Sebastião Louzada	MDB	641
José Gabadini	MDB	610

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Regional Eleitoral. *Não foi possível identificar a quantidade de votos recebidos pelo vereador Adhair Raymundo. O registro aparece com a tinta borrada.

No dia 31 de janeiro de 1973, a Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim abriu sessão para encerrar a 7ª legislatura do Município e empossar os novos eleitos. Na ocasião, o prefeito eleito Theodorico Ferraço estava em viagem aos Estados Unidos da América, contudo endereçou previamente uma carta à câmara justificando sua ausência e transferindo ao seu vice, Alicio Franco, a incumbência de tomar posse como prefeito interino. Na referida carta, Ferraço destacou qual seria a linha adotada em seu governo, anunciando seu desejo de buscar parcerias para o desenvolvimento econômico do município. Segundo ele, aproveitaria a própria viagem para atrair investidores japoneses, norte-americanos e alemães para a exploração de calcário em Cachoeiro, desenvolvimento do potencial agrícola do então distrito de Vargem Alta, além de uma parceria com a Fundação Rockfeller para abertura de um curso de medicina em Cachoeiro.[101] Outro ponto destacado,

[101] As origens da fundação remontam a 1896 nos EUA, quando o bem sucedido empresário John D. Rockefeller começou a dedicar-se a ações filantrópicas. Desde então, passadas de geração a geração, as ações da família Rockefeller dedicaram-se a promover a saúde pública, o ensino e atividades para o desenvolvimento social e econômico. No Brasil a fundação contribuiu para o desenvolvimento da vacina contra a febre amarela, além do combate a outras doenças endêmicas. Ainda em 2017, Cachoeiro de Itapemirim não conta com curso de medicina, apesar de duas instituições de Ensino Superior já terem anunciado a breve chegada do curso ao município, sendo

mas no discurso de Alicio Franco, era a responsabilidade que o governo assumiria no combate ao analfabetismo. Disse Franco que “essa é uma das causas do subdesenvolvimento”. No discurso, foi também dito que o município mobilizaria a sociedade em proveito do MOBRAL.[102]

A atuação do Valadão opositor destacou-se desde a primeira sessão, quando o vereador enviou à mesa da Câmara, em nome da bancada do MDB, o pedido de impedimento da elegibilidade de Ferraço como prefeito, uma vez que esse ainda estava cumprindo atribuições do seu mandato de deputado federal. Valadão assim justificou:

> Conforme se vê nos diário oficiais do Estado, em anexo, o prefeito eleito do município [...] senhor Theodorico de Assis Ferraço, está em pleno exercício de seu mandato de deputado estadual e, nessa qualidade, em legislatura pelo exterior, apesar de diplomado desde dezembro findo como prefeito do município.[103]

Respaldando-se em discurso legalista, uma vez que apresentou artigos da legislação eleitoral vigente desde 1947 para caracterizar a desconformidade da elegibilidade de Ferraço, Valadão demonstrou-se esperançoso quanto ao prosseguimento de sua solicitação e reforçou junto à presidência da Casa a importância do encaminhamento de seu pedido ao Tribunal Regional Eleitoral para que os procedimentos cabíveis fossem tomados. Além disso, solicitou aos demais vereadores que começassem a pensar em quem seria o próximo prefeito da cidade. O vereador Adalgizo Simão acatou o pedido do MDB e encaminhou o pedido ao Tribunal Eleitoral Regional, o que foi alvo de duras críticas da bancada Arenista.

Apesar dos esforços do vereador Roberto Valadão, em 19 de fevereiro de 1973 foi convocada a primeira sessão extraordinária da Câmara dos Vereadores, na qual Ferraço foi empossado prefeito. Em seu breve discurso ao legislativo, o arenista enfatizou o caráter democrático de sua candidatura, justificando ter sido eleito pelo povo. Não satisfeito com a posse de Ferraço, Valadão entrou com outras medidas

---

uma o Centro Universitário São Camilo ES, que tem a área da saúde como referência em sua matriz em São Paulo; e a outra a Multivix, instituição que já conta com o curso de medicina na capital do Estado do Espírito Santo- Vitória.

[102] Movimento Brasileiro de Alfabetização: criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, tinha o objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil. A meta era atingir primeiro a população urbana, em especial os adultos fora da idade escolar regular. O movimento idealizado pelo governo militar não atingiu seus objetivos.

[103] **Ata da sessão da câmara municipal de Cachoeiro de Itapemirim**, em 31 de janeiro de 1973.

na Justiça contra o mandato de Ferraço. Dentre suas justificativas estava à alegação de que o prefeito teria assumido o cargo após o prazo estabelecido para a posse.

Ferraço herdou uma prefeitura com as contas ajustadas e contando até com verba disponível remanescente da gestão anterior. O governo do emedebista Hélio Carlos Manhães chegou a deixar CR$ 800.000,0 de crédito de verba federal. Logo no início da legislatura que tomou posse em 1973, foi dito em sessão da Câmara que a não utilização da verba foi consequência de ato de politicagem do governador do Estado.

Embora Hélio Carlos Manhães tenha realizado um governo que fora bem avaliado, o que era reconhecido até mesmo por arenistas, Cachoeiro ainda necessitava amplamente de serviços básicos em muitos bairros. De forma recorrente, os vereadores recebiam solicitações da população para a limpeza das ruas, instalação de telefones públicos, obras de saneamento básico, rede elétrica e tantos outros serviços básicos à vida urbana. O legado da gestão de Manhães (1970-1972) foi muito evocado por Valadão. Parecia que, para cada crítica direcionada à corrente gestão de Ferraço, havia um elogio ao período anterior, no qual atuou como vice-prefeito.

Apesar de ser comum a lembrança da gestão em que atuou como vice, Valadão dispensava o autoelogio. Em seus discursos, sempre falava em favor do MDB e da atuação do ex-prefeito, o que não se tratava de falsa modéstia, submissão ou alienação, uma vez que esse tipo de postura era uma constante nos discursos que proferiu em diferentes níveis políticos ao longo de sua trajetória. É muito comum identificar o uso do pronome *nós em suas* falas, o que acabava sendo mais um ingrediente na construção de sua imagem como um homem simples, militante e de aspirações de interesse coletivo.

Na Câmara dos Vereadores, as reclamações de Valadão em relação à Ferraço eram sempre abertas e diretas, conforme os conselhos que direcionou ao prefeito em sessão ordinária em abril de 1973:

> PARA O PREFEITO LER E MEDITAR – À guisa de colaboração, achamos por bem enviar aos nosso jovem e intranqüilo chefe do Executivo, os seguintes e possivelmente oportunos conselhos: 1- limitar o entusiasmo e promessas aos limites do bom senso e da lógica. 2- Admitir que a administração pública tem por mesmo a continuidade de serviços e obras. Que os períodos se interligam de serviços e obras. [...] 9- Considerar que acima da reforma administrativa o problema do governo municipal é mais

humano do que tudo.[104]

Ferraço possuía um plano de governo ousado e modernizante. Dentre suas promessas, estava, por exemplo, remodelar a Praça Jerônimo Monteiro. Eram justamente esses tipos de propostas que mais ganhavam as críticas de Valadão. Uma de suas maiores críticas foi em relação ao projeto que previa a construção da Avenida Beira Rio, conforme o projeto de lei 44/73, aprovado na sessão da câmara no dia 29 de junho de 1973, mas sem o aval de Valadão. O vereador defendia que obras básicas precisavam ser prioritárias. Repetidas vezes chegou a afirmar que o prefeito não sabia o que se passava nos bairros e que era seu dever, na condição de membro do legislativo, criticar o governo no sentido de impulsionar o poder executivo ao bom desenvolvimento de suas atribuições, que seriam atender as necessidades da população.

Todavia, a oposição ao prefeito não era utilizada no sentido de obstruir o poder executivo, inclusive o MDB possuía maioria na Câmara. Na condição de líder do partido, Valadão poderia mobilizar forças para dificultar um pouco a gestão de Ferraço, o que não aconteceu, uma vez que o emedebista entendia a importância de alguns projetos, mesmo que de autoria do Executivo, para o desenvolvimento do município. Ferraço chegava a conseguir com unanimidade a aprovação de alguns projetos, o que evidencia que Valadão também aprovou iniciativas de autoria de seu desafeto. Aliás, é essa a postura esperada de um vereador, afinal sua função não poderia ser deturpada por querelas pessoais. Apesar disso, em outras situações, a Câmara não funcionou seguindo os mesmos princípios conciliatórios em favor do povo. Foi comum nos mandatos emedebistas os arenistas obstruírem a aprovação de projetos apenas para minar o governo da oposição.

As críticas de Valadão não se direcionavam somente ao prefeito. O vereador também estava atento às ações da mídia local, sobretudo ao jornal “O Momento”, folhetim oficial que deveria circular com caráter de utilidade pública, sendo fornecido a todos os vereadores. Porém, o jornal foi acusado de parcialidade e de estar a serviço político do prefeito, fazendo abordagens inconvenientes, principalmente em relação a emedebistas. Inclusive, o periódico acabou sendo fechado posteriormente, após mobilização de vereadores do MDB, que reclamavam do fato de o folhetim ser

[104] **Ata da câmara dos vereadores de Cachoeiro de Itapemirim**, 26 de abril de 1973

mantido com dinheiro público para servir de instrumento eleitoreiro, bem como meio de perseguição política, por Ferraço.

As perseguições políticas a Valadão não se restringiram às notas de jornais. Em novembro de 1976, após sua reeleição como vereador e da vitória do MDB sobre a Arena por pouco mais de duzentos votos na disputa pelo executivo municipal, Valadão foi vítima do atentado que ficou conhecido como a Tragédia do bar Alaska, já apresentada anteriormente nesse trabalho, e que acabou vitimando fatalmente o irmão de Hélio Carlos Manhães. O evento repercutiu em todo o Estado, sendo considerado, pelos emedebistas, uma vingança arenista, uma resposta ao resultado do pleito municipal daquele ano. O fato foi destacadamente noticiado no jornal *Posição,* de 03 de dezembro de 1976, como podemos conferir na imagem que abria a reportagem sobre o trágico evento:

posição

3

TUBARÃO

CRI$TIANO DIA$ LOPE$

A TRAGÉDIA DE CACHOEIRO

FIGURA 1: Jornal Posição. Capa. Noticiando o Cortejo fúnebre de Gicélio Manhães.

Além das desconfianças sobre motivações políticas para o atentado do bar Alaska, a sucessão de Ferraço por Manhães também tumultuou a câmara dos vereadores. O então prefeito parecia preparar algumas ciladas para a próxima gestão, como uma proposta de aumento salarial de 100% para os funcionários municipais efetivos,

inativos e pensionistas. A questão é que o prefeito teve quatro anos para beneficiar os funcionários públicos municipais, mas deixou para fazê-lo ao final, deixando o desafio de ter que pagar uma folha de pagamento duplicada para o futuro gestor. No final de 1976, o prefeito arenista também achou por bem trocar os automóveis da prefeitura, além de doar alguns usados para entidades solidárias. Os automóveis beneficiariam a próxima gestão municipal, assim como caberia a Manhães administrar a quitação dos novos patrimônios.

Mediante as pretensões de Ferraço, os vereadores emedebistas fizeram o possível para frear o que entendiam ser um boicote a uma possível bem sucedida futura gestão. Todavia, não seguiram a mesma lógica, ao proporem e aprovarem o aumento salarial de 60% para o cargo de prefeito, a partir de 1977, quando tomaria posse o emedebista eleito. O reajuste, depois, passaria a ser anual, tendo como base um percentual de 20%, logo, atingiria um aumento de 100% ainda na vigência do próximo mandato. Todas as discussões em torno de aumentos salariais, interesses e contradições perante a situação das contas da prefeitura geraram uma verdadeira “lavação de roupa suja”, envolvendo, inclusive, os assessores do prefeito, que chegaram a gozar de um aumento salarial de 500% entre 1973 e 1976.

À medida que o mandato de Ferraço esgotava-se, os debates na Câmara ficavam mais acalorados. Os emedebistas acusavam o então prefeito de estar sucateando a prefeitura, isto é, deixando dívidas e depredando propositalmente o patrimônio municipal, a fim de dificultar o trabalho da próxima gestão. Essa postura consolidou-se após o resultado do pleito, em novembro de 1976, quando foi anunciada a vitória de Manhães e Gilson Carone. Em relação à dívida, chegou-se a falar em algo em torno de trinta mil cruzeiros, o que foi desmentido por Ferraço, que alegava estar deixando um saldo negativo de no máximo três mil cruzeiros.

Essas discussões causavam desconforto entre os arenistas. A caráter de exemplo, podemos citar o ocorrido em sessão da Câmara, realizada em 03 de janeiro de 1977, quando o vereador Moisés Mattos Robes solicitou a leitura, no plenário, de um requerimento, de sua autoria, ao prefeito. Robes queria uma prestação de contas da gestão de Ferraço quanto aos direitos dos funcionários da prefeitura; solicitava valores sobre os depósitos de PASEP, FGTS, INPS e outros. Mas sua iniciativa desagradou o arenista Astor Dillem, que chegou a insistir, na mesma sessão,

reiteradas vezes, para que o requerimento não fosse lido em voz alta. O Impasse foi resolvido após uma consulta ao regimento da Câmara, o qual respaldou a leitura aberta do documento, que pôde colocar em dúvida as contas da gestão de Ferraço.[105]

Episódios como esse demonstram a preocupação dos vereadores em protegerem seus respectivos partidos e tentar preservar apenas os pontos positivos de suas atuações. Naquele momento em que fora reeleito vereador, ainda que estivesse prestes a ser governado por um emedebista, Astor Dillem não poderia deixar de defender a Arena, ainda que para isso tivesse que omitir informações que eram de direito dos munícipes. O fato é que, mesmo aqueles que porventura não tivessem fidelidade ideológica, seguiam a lógica do seu partido, colocando essa máxima, às vezes, acima dos interesses da população.

Apesar das ações tomadas em benefício ou prejuízo da população cachoeirense, em detrimento dos interesses desse ou daquele grupo, o legado da gestão 1973-1976 repercutiu no resultado eleitoral de 76, bem como no governo estabelecido por Manhães e Gilson Carone na sequência.

Mais uma vez, a vitória do MDB para o governo da prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, em novembro de 1976, destoava do desempenho da agremiação no restante do Estado, uma vez que, dos cinquenta e dois municípios em que as eleições ocorreram de forma direta, apenas em seis os candidatos emedebistas foram eleitos, sendo em Attilio Vivácqua, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Linhares, São Mateus e Vila Velha. O município de Vitória, por se tratar da capital do Estado, seguindo a dinâmica eleitoral do Regime, teve o arenista Setembrino Idwaldo Netto Pelissari como prefeito nomeado pelo governo dos militares. O quadro de governos municipais do Estado ficou na seguinte composição:

TABELA 7 – Configuração partidária das prefeituras do ES em 1976.

Prefeitos emedebistas	6
Prefeitos arenistas	47

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TRE-ES

Mais uma vez, a Arena obteve superioridade no percentual de candidatos eleitos

[105]Ata da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, 03 de janeiro de 1977.

para as prefeituras, conforme já havia ocorrido nas eleições de 1968 e 1972, e essa não foi uma realidade apenas no Espírito Santo. De acordo com Kinzo, em 1968, 1972 e 1976 a Arena conseguiu lançar maior número de candidatos. Neste último ano, enquanto os arenistas conseguiam candidatos em 100% dos municípios, os emedebistas concorreram em apenas 71,3%.[106] Dessa forma, além de receberem o apoio declarado do governo federal e de suas estratégias para garantir resultados esperados, em alguns municípios, a Arena não tinha oposição, o que garantia o controle no Executivo. É importante destacar que essa dinâmica repetia-se no legislativo municipal. Seguindo esses dados, é possível inferir que ser eleito na condição de emedebista, sobretudo um autêntico, era quase que um grande feito, isso porque era necessário ganhar o eleitorado e vencer todos os empecilhos e dificuldades impostos pelos governos militares. Nesse sentido, ser oposição demandava um desempenho acima das expectativas.

Outra característica cuja compreensão é indispensável à visualização das eleições de 1976, foi a vigência da Lei Falcão, Lei Nº3339/76, que alterou o código eleitoral, sob a condução do então ministro da Justiça Armando Falcão. Na teoria, a lei era uma medida que garantiria a isonomia entre os candidatos, impedindo que alguns tivessem a oportunidade de fazer propagandas de campanha atingindo um grande público, enquanto outros poderiam não usufruir da mesma condição, sendo, portanto, prejudicados na disputa. Mas, na prática, a Lei Falcão, que proibiu os discursos de campanha em meios de mídia eletrônica, isso é, em canais de televisão e rádios, foi uma estratégia governista para cercear a campanha do MDB. A medida buscava calar a oposição e tentar impedir que o partido de oposição conquistasse tantos votos pela mídia, tal como ocorrera nas eleições de 1974.[107]

A Lei Falcão determinava que, durante as campanhas, os candidatos pudessem exibir apenas fotos, números e currículos. Isso, somado à maioria de candidatos arenistas concorrendo às eleições era, sem dúvida, um prejuízo à campanha emedebista, além de consistir em uma medida contrária à expectativa geral de um processo de reabertura à democracia, pois, no fim, não era o MDB o maior prejudicado, e sim o eleitorado e a sociedade brasileira, que tinha mais uma vez seu poder de escolha violado. Kinzo (1988, p. 173) registra que o MDB se opôs à Lei

[106] KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**... *Op. cit.,* p. 45.
[107] *Ibidem,* p. 172.

Falcão. Já entre os arenistas, somente o senador Teotônio Villela reclamou da medida do governo. Na ocasião, afirmou:

> Nada mais desolador para o político do que votar contra o cerceamento dos seus próprios direitos sob a alegação, para a ARENA, de que deve fazê-lo tranquilamente, pois se trata de algo em seu benefício. Seria a mesma coisa que declarar publicamente que a ARENA prefere o arrocho à liberdade de falar, o silêncio à comunicação, a imagem parada e numerada à linguagem que identifica a idéia. Se o pleito é um julgamento dos atos que acompanham o homem, é também uma esperança que se cria através da palavra.[108]

O fato é que, por esses e outros motivos já mencionados, a Arena levou a melhor nas eleições municipais em todo o país. Após tantos episódios acumulados desde 1964, o partido de apoio dos militares manteve-se à frente, mesmo durante a vigência de um governo federal que prometia a reabertura.

Outra questão acerca da qual refletir é que era comum aos emedebistas, tal como Roberto Valadão, apropriarem-se do discurso de que o MDB era o partido do povo, que a agremiação era representante legal das massas e que defendia a democracia pretendida pela sociedade brasileira. Contudo, esse “mesmo povo” vinha elegendo a Arena repetidamente, em várias situações, em ocasiões em que o MDB conseguia se organizar e lançar candidatos capazes de competir com a Arena. Destacamos essa informação para dar ao povo o protagonismo merecido na manutenção do regime de exceção, afinal os militares e demais golpistas não conseguiram suporte apenas em abril de 1964.

É pertinente registrar que as eleições de 1976 transcorreram em uma nova fase do Regime Civil-Militar. Em 1974, o general Ernesto Geisel tornou-se presidente da República brasileira em sucessão a Emílio Garrastazu Médici. O país deixava a fase do milagre brasileiro para ingressar na promessa de início de distensão do Regime. Geisel prometia uma reabertura “lenta, gradual e segura”, a redemocratização seria conduzida pelos próprios militares. De acordo com Reis, "tratava-se de institucionalizar e superar o estado de exceção, o regime ditatorial vigente".[109]O novo presidente assumia em período adverso, tanto do ponto de vista econômico, quanto político. Além das dívidas deixadas pelo governo Médici e da necessidade de sustentar o ideal progressista, o cenário internacional era crítico: o ano de 1973 foi

---

[108] KINZO, Maria D’Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**... *Op. cit.,* p. 173.
[109] REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil:** do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 98.

marcado pela crise mundial do petróleo, encerrando uma fase da economia mundial denominada pelo historiador Eric Hobsbawm de a *Era de ouro do capitalismo.*[110]

Do ponto de vista político, a eleição de Geisel contou com uma mobilização paralela do MDB que,em 1973, sob a liderança dos autênticos, decidiu lançar uma candidatura à presidência da República nas eleições de 1974. Após muitos debates entre as diferentes alas emedebistas, houve um consenso quanto ao lançamento da candidatura de Ulysses Guimarães, presidente nacional do partido, e também do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, para presidente e vice, respectivamente. A candidatura não foi impedida pelo Regime, contudo a eleição para presidente era um jogo de cartas marcadas, uma vez que, desde o golpe de 64, que o cargo do Executivo Federal era votado indiretamente por um Colégio eleitoral orquestrado pelos militares.

A permissão da candidatura emedebista foi um dos episódios que demonstraram a perspicácia dos militares em empreenderem medidas e aceitarem, em alguns momentos, iniciativas de contrapartida que permitiam ao cenário político ares democráticos. A lógica era: Por que impedir a candidatura emedebista se não havia possibilidade de serem eleitos? Para o eleitorado, a mensagem principal seria a que as eleições presidenciais seguiam um rito democrático.

Se, por um lado, o governo militar conseguiu ver vantagem na candidatura emedebista, estes estavam igualmente planejados, já que

> o objetivo da participação do MDB no jogo eleitoral seria aproveitar a oportunidade para desenvolver uma campanha oposicionista, em âmbito nacional, que serviria não só para denunciar a falsidade da “eleição” do Presidente da República, mas também para sensibilizar o eleitorado, lançando assim sementes que poderiam frutificar na campanha para as eleições legislativas no ano seguinte.[111]

Dessa forma, a eleição à presidência, em 1974, contou com a candidatura, já com posse garantida, de Geisel, e com a ousada iniciativa do MDB de lançar um candidato, o que, na verdade, ficou reconhecido como o lançamento de uma

---

[110] Período do pós Segunda Guerra Mundial ao início da década de 1970, assim alcunhado pelo historiador Eric Hobsbawm por ter sido uma fase de grande expansão do capital econômico para diferentes partes do mundo, tendo sido marcado pelo crescimento de empresas e negócios. Essa fase foi interrompida pelas crises desencadeadas na década de 1970, sobretudo a crise mundial do petróleo, em 1973, o que pôs fim ao Estado de Bem Estar Social e iniciou uma nova fase do capitalismo.

[111] KINZO, Maria D’Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**... *Op. cit.,* p. 146.

anticandidatura. O MDB, uma vez em campanha, dentro das limitações impostas à oposição, fez uso de todos os meios possíveis para fazer dessa campanha uma ponte para as próximas eleições legislativas, bem como para criticar a continuidade do regime de exceção. De acordo com Kinzo (1988, p. 146), a anticandidatura emedebista foi reconhecida pela mídia como a "principal manifestação política de oposição desde 1968".[112]

Em 1976, apesar da vitória do MDB em Cachoeiro, a disputa foi bem acirrada, o resultado foi 18.015 votos para Manhães e Gilson Carone, contra 17.773 votos para os arenistas, uma diferença de apenas 242 votos em um montante de 42.901 eleitores, quantitativo bem inferior ao número de votos brancos (421) e nulos (915). A pouca diferença de votação demonstrada pelo eleitorado cachoeirense em relação à Arena e ao MDB refletiu-se também no resultado para o legislativo. Das doze cadeiras que compunham a Câmara Municipal, seis foram ocupadas por arenistas e seis por emedebistas. Para o legislativo, o eleitorado de 42.901 votou da seguinte forma:

TABELA 8 – Número de votos recebidos em Cachoeiro nas eleições de 1976.

Vereadores emedebistas	16.622
Vereadores arenistas	18.857

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TRE-ES

O que chamou a atenção no resultado para vereador foi, sem dúvidas, a disparidade no número de votos recebidos por Roberto Valadão em relação aos demais candidatos, visto que, como já mencionado, o emedebista foi reeleito com 2.791 votos, ficando com mais que o dobro de votos do segundo colocado, conforme podemos observar na tabela a seguir:

TABELA 9 – Vereadores eleitos em Cachoeiro nas eleições de 1976.

Candidato	Partido	Número de votos
Roberto Valadão	MDB	2.791
Laurindo Sasso	Arena	1.119
Juarez Tavares Matta	Arena	1.094
Jarbas Matielo	MDB	1.007
Ito Coelho	MDB	993

[112] KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**... *Op. cit.,* p. 146.

Astor Dillem dos Santos	Arena	920
Nicolau Depes	Arena	835
Maurílio Meireles Prates	Arena	797
José Américo Mignone	Arena	789
Valter SthelCock	MDB	770
Laurito Campos	MDB	640
Ilo Coelho	MDB	618

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TRE-ES

A gestão de Manhães (1977-1978) seguiu a mesma linha da anterior: não se dedicou a grandes obras, optando por um caminho alternativo àquele escolhido por seu antecessor, Ferraço. Preferiu atuar nos bairros, com pequenas obras que atendessem às demandas mais urgentes das comunidades. Havia todo o tipo de problema a ser resolvido, como: ampliação da capacidade da empresa responsável por abastecer o município com água (SAAE), retirada de lixo das ruas, contratação de professores, ampliação de escolas, melhorias na saúde pública, construção de pracinhas e tantos outros problemas.

A atuação de Valadão também manteve a coerência do desempenho do mandato anterior, o líder emedebista na câmara manteve-se firme em criticar a gestão de seu desafeto, Ferraço, sobretudo após o já comentado episódio do bar Alaska, além de manter seu discurso em defesa da redemocratização e de oposição à ditadura ainda vigente no país. Valadão entendia os riscos de ser oposição, sabia que aos emedebistas as conquistas eram mais caras e que a qualquer momento poderia ser preso devido a sua postura de intolerância ao Regime.

Alinhado às perspectivas do MDB nacional, após ser o vereador mais bem votado por duas eleições consecutivas (1972 e 1976), Valadão e o MDB de Cachoeiro perceberam que sua atuação poderia ir além. Assim, concorreu ao legislativo estadual nas eleições de 1978. Elegeu-se deputado estadual com 14.150 votos, sendo o emedebista mais bem votado. Nessa mesma eleição, Ferraço elegeu-se deputado federal com mais de 44 mil votos. Informamos os números somente para demonstrar o capital político que ambos conseguiram conquistar. A disparidade entre os quantitativos se deve à esfera eleitoral em que cada um concorreu, uma vez que a disputa pela Assembleia Legislativa se dá entre um quantitativo maior de candidatos, há mais concorrência. Naquele mesmo ano, Hélio Carlos Manhães

concorreu ao Senado e obteve mais de 99 mil votos. Votação expressiva, mas que não foi suficiente para elegê-lo.

3.2 As eleições de 1978: Rumo à Assembleia Legislativa do ES

Em 1978, o país amargava a decepção com os aparentes antagonismos da política de distensão prometida por Geisel, isto porque, entre uma medida liberalizante e outra, o general-presidente resguardava o controle do processo de reabertura, criando estratégias que beneficiavam a consolidação da Arena e preservavam o ideal deque o regime de exceção deixaria o legado de ter sido necessário e favorável à sociedade brasileira. Se, ao assumir o governo em 1974, Geisel suscitou a esperança na oposição, que ansiava por medidas de fato redemocratizantes, aos poucos as oposições puderam ver que ainda teriam muito trabalho pela frente.

O fato é que, em 1974, Geisel assumiu o poder, seguindo uma linha moderada e que muito lembrava as pretensões de Castello Branco, mas logo tomou as rédeas da situação e agiu conforme julgou necessário para impedir que o declarado lento processo de distensão levasse as oposições ao poder. Afinal, a reabertura pretendida pela ala militar, representada por Geisel, falava em aperfeiçoamento democrático, uma vez que, na sua perspectiva, o Brasil continuou seguindo uma ordem democrática desde 1964 e a questão agora seria a devolução do poder aos civis,mediante a conclusão da “arrumação da casa”. Mas não a quaisquer civis! Para os opositores ao regime, a reabertura parecia um flerte, cada passo do governo era assistido com muitas desconfianças.

As desconfianças e decepções dos opositores ao Regime não eram gratuitas, uma vez que o governo da distensão acumulava um amplo histórico de medidas arbitrárias durante sua vigência, como a dissolução do Congresso por duas semanas, em 1977; a lei Falcão; o Pacote de Abril e suas reformas política e judiciária, que tinham o objetivo principal de obstruir a atuação do MDB e de qualquer outra oposição; cassações de mandatos de deputados; perseguições e mortes de comunistas; tortura e assassinatos, a exemplo do ocorrido com o jornalista Vladimir Herzog, morto nas dependências do II Exército em São Paulo. Ademais, Geisel contou, durante todo o seu mandato, com o suporte irrestrito do general Golbery do Couto e Silva que, em seu governo, foi chefe da Casa Civil,

tendo sido um dos criadores do Serviço Nacional de Informações, anos antes.

O Pacote de Abril, denominação dada ao conjunto de medidas empreendidas por Geisel,em abril de 1977, teve, em sua emenda nº8, uma reforma política que estabeleceu a ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos, o retorno do sistema de sublegendas, limite máximo de 420 deputados, que seriam distribuídos proporcionalmente por Estado, e a eleição indireta de 1/3 do senado. Todas essas medidas buscavam, claramente, impedir que o MDB fosse bem sucedido nas eleições do ano seguinte (1978), ao mesmo tempo em que beneficiavam a Arena e a colocavam ainda mais em situação de vantagem. Enquanto o governo federal empreendia tais medidas,

> às oposições restavam apenas a denúncia e a ironia, como a de apelidar os senadores eleitos indiretamente de "biônicos" uma alusão a um super-herói, cyborg, o homem biônico, que estrelava a série televisiva de sucesso O homem de seis milhões de dólares.[113]

A redução do quórum para a aprovação de reformas constitucionais, de dois terços para a maioria absoluta, e a extensão da Lei Falcão às eleições estaduais e federais compuseram as medidas para a formação do espectro político projetado por Geisel a partir do Pacote de Abril. Porém, para acenar ao povo e sugerir a boa intencionalidade de suas reformas, o governo federal incluiu, em seu pacote, medidas que beneficiaram o povo, como a ampliação das férias anuais, de vinte para trinta dias, para os trabalhadores das empresas privadas.

A cartada final no sentido de sustentar o projeto de uma reabertura lenta, gradual e segura, nos resultados eleitorais de 1978, foi a articulação do governo para garantir a aprovação do restabelecimento do *habeas corpus*, o fim da censura aos meios de comunicação e a permissão de retorno de alguns exilados ao país. Essa medida eleitoreira, contudo, liberalizante, foi complementada em dezembro do mesmo ano, quando,antes de ser sucedido por Figueiredo, Geisel decretou a extinção do AI-5. Assim, ainda que assinalado por desconfianças da oposição e controvérsias do governo, delineava-se o processo de reabertura para o fim do Regime Civil-Militar no Brasil.

Em 1978, a eleição à presidência da República seguiu o rito do regime. O próprio

---

[113] REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**... *Op. cit.,* p. 114.

Geisel anunciou sua sucessão pelo general João Baptista de Oliveira Figueiredo, indicação essa que deveria ser consagrada por eleições indiretas no Colégio Eleitoral formado pelos parlamentares. Apesar de, mais uma vez, ser um jogo de cartas marcadas,

> o candidato de Geisel, porém, como ele próprio em 1974, teve que se haver com outra candidatura alternativa do MDB, encabeçada pelo general Euler Bentes Monteiro, tendo como vice o senador liberal Paulo Brossard, ambos ex-apoiadores do regime. A chapa de oposição era expressiva da decantação das bases de sustentação da ditadura. Em certa medida, simbolizava, mais uma vez, a migração de forças conservadoras e de direita para posições favoráveis ao restabelecimento de um estado de direito e, no limite, para a restauração da democracia.[114]

A candidatura do general Euler Bentes Monteiro foi resultado de uma cisão entre os militares, devido a impasses sobre a escolha do sucessor de Geisel. Seu grande articulador foi o general Hugo de Abreu, ex-chefe da Casa Civil do governo Geisel e, declaradamente, contrário à escolha de Figueiredo para a presidência da República. A dissidência da situação acabou por colocar a oposição emedebista em seus planos, o que levou o MDB a ter que decidir entre lançar um candidato civil para fazer frente à candidatura de Figueiredo ou aderir à candidatura do general Euler Bentes. A situação gerou embaraço entre as frentes emedebistas, uma vez que

> esta estratégia e o nome de Euler Bentes eram defendidos particularmente por alguns parlamentares do grupo autêntico, que viam nesta candidatura a possibilidade de atrair para a oposição o setor democrático e nacionalista das Forças Armadas. Alem disso, seria uma forma de "fracionar o Exército".[115]

O apoio do MDB à candidatura do general Euler Bentes Monteiro originou o que se convencionou denominar de Frente Nacional de Redemocratização. Por sua vez, a situação, além das várias estratégias para garantir uma sucessão presidencial tranquila aos interesses do governo, chegou ao ponto de deter o general Monteiro, no dia 02 de outubro de 1978, mantendo-o detido por vinte dias, até passar, portanto, a eleição no Colégio Eleitoral, que ocorreu no dia 15 no mesmo mês.[116]

Apesar de o resultado eleitoral ter sido o único possível, a vitória de Figueiredo, a oposição conseguiu uma quantidade muito expressiva de votos no colégio eleitoral. Foram 266, contra os 355 que elegeram o militar e seu vice, o civil Aureliano

---

[114] REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**... *Op. cit.,* p. 115-116.
[115] KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**... *Op. cit.,* p. 199.
[116] KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**... *Op. cit.,* p. 200.

Chaves. O que esse resultado, ainda que com a derrota do MDB, indicia? Indicia que a reabertura contava com apoio daqueles que outrora apoiavam o regime, que a oposição estava crescendo e, mesmo com todos os empecilhos, se fortalecendo. Durante a política de distensão, o MDB tendeu a ganhar mais apoio daquelas oposições que, por outros meios, não conseguiram interromper o Regime e que, anteriormente, recusavam-se a dar crédito a uma oposição consentida pelo governo golpista. Assim, a abertura propiciou ao MDB a aproximação com diferentes setores sociais que, por distintas razões, adotavam posições contrárias à ditadura militar e buscaram atuar no partido de oposição.[117]

No Espírito Santo, a sucessão responsável por causar tumultos ocorreu antes do dia 15 de outubro de 1978, ocasião da eleição presidencial. Às vésperas do fim do mandato de Elcio Álvares (1974-1979), o governo articulava-se para mais uma sucessão engajada aos seus propósitos. Havia um cenário favorável ao senador Eurico Rezende, porém outros nomes se entenderam no direito de pleitearem o maior cargo do executivo estadual, o que causou certo imbróglio, ocasionando um racha entre importantes lideranças da Arena na Grande Vitória. As complicações dessa sucessão foram analisadas pelo professor Ueber de Oliveira:

> Em relação aos pleitos, realizados para a escolha dos governadores desde 1966, no Espírito Santo, o de 1978 tinha, inicialmente, todos os ingredientes para ser o mais tranquilo, mas no final acabou sendo tumultuado, tal como os processos sucessórios anteriores. Nesse pleito, o nome que mais apareceu, desde o início das movimentações, foi do senador Eurico Rezende, especialmente por conta dos acordos firmados para resolver o impasse criado entre o seu nome e o de José Carlos da Fonseca, em 1974, quando se deu a escolha de Élcio Álvares para governador biônico, como o nome de consenso no interior do partido.[118]

O impasse em decorrência da candidatura de Eurico Rezende gerou um racha na Arena estadual: havia o grupo satisfeito com a sucessão, liderado por Élcio Álvares e outro conduzido pelo ex-governador Christiano Dias Lopes. Esse clima desfavorável à Arena estadual resultou na visita de João Batista Figueiredo, em pessoa. O anfitrião principal foi Theodorico de Assis Ferraço, então candidato à Câmara Federal.

---

[117] CARVALHO, Alessandra. Elites políticas durante o Regime militar: Um estudo sobre o parlamentarismo da Arena e do MDB. 2008.

[118] OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar**... *Op. cit.,* p. 282.

O grande momento da visita foi em Cachoeiro de Itapemirim, onde empresários do município custearam um almoço, arcando com 10 mil cruzeiros cada. O empresário Camilo Cola também marcou presença, não apenas disponibilizando um avião da viação Itapemirim para transportar o presidenciável, como também recepcionando os convidados na porta do clube Jaraguá, onde o almoço aconteceu quase que de improviso, uma vez que a primeira opção era o tradicional clube Ita, cuja direção cancelou a recepção às vésperas da vinda do presidenciável. Orquestrado para ser um banquete de elite,

> o encontro foi pródigo em gafes –a maior, sem dúvida, cometida pelo candidato que, no seu discurso, chamou o governador de Élcio Tavares; advertido cortesmente pelo senador Eurico Rezende, emendou para Élcio Álvares Tavares, causando grande mal estar.[119]

Como se pôde aferir, a visita de Figueiredo foi muito mais uma demonstração de poder por parte de Ferraço e daqueles que articularam sua vinda, que um recurso bem intencionado para minimizar os impasses dentro do partido. Apesar disso, uma coisa ficou bem esclarecida: Rezende era de fato o candidato escolhido, ou melhor, seria o próximo governador biônico do Estado do Espírito Santo.

Superada a crise sucessória, Eurico Rezende tornou-se o novo governador do Estado, com a responsabilidade de manter o Espírito Santo alinhado à redemocratização lenta, gradual e segura corrente em plano federal, tal como equilibrar suas finanças, haja vista que a crise econômica desafiava a continuidade do projeto de modernização. Contudo, dando pistas de como seria o seu governo, ainda quando candidato, as atitudes de Rezende sugestionavam que os desafios vindouros não o perturbavam. Inclusive, não chegou a desenvolver um plano econômico específico para apresentar em campanha, deixando sempre a impressão de que se valeria de práticas clientelistas para a resolução daquilo que se propusesse. Desse modo, o futuro governador mostrava-se preparado e disposto a “dançar conforme a música”, como se diz popularmente.

Experiente e seguro de que se tornaria governador, o Senador sabia que o prosseguimento de seu mandato dependeria mais das ordens que receberia que de seus desejos, e tinha clareza de que, no mínimo, seria preciso, em um primeiro

---

[119] Cf. Muita abelha pra pouco mel. **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, Ano VI, n. 27, p. 12-14, 1978.

momento, observar a dinâmica da esfera federal para, assim, em um segundo momento, fazer um planejamento alinhado.

Se, por um lado, as eleições para a presidência da República e para o governo do Estado já tinham resultados programados, por outro, a competição para o legislativo ainda causava agitação e certa expectativa, uma vez que o MDB tinha a possibilidade de eleger alguns de seus membros, mesmo com as dificuldades trazidas pelo Pacote de Abril.

Além da bionicidade de 1/3 dos senadores, as eleições para a Câmara Alta ocorreram de forma majoritária e sob o sistema distrital, permitindo que estados com larga diferença no quantitativo de eleitores pudessem conter a mesma quantidade de eleitos. Para a Câmara Federal, no pleito de 1978, adotou-se o critério da proporcionalidade, estabelecendo-seque a quantidade de representantes na Câmara fosse de acordo com o quantitativo de habitantes de cada Estado, não mais sendo pelo número de eleitores. Além disso, se firmou um teto máximo de parlamentares eleitos.

Ambas as manobras abafavam o potencial representativo dos grandes centros, onde havia uma atuação mais efetiva das oposições, logo, uma maior quantidade de eleitores emedebistas. Dessa forma, as áreas mais interioranas, de maior influência da Arena, devido à compatibilidade com seus ideais conservadores, tiveram seus votos potencializados, podendo eleger mais representantes. Ficava assim garantida a maioria de arenistas eleitos e uma base governista sem grandes problemas com a oposição.

A disputa pelos cargos legislativos foi assinalada por muitas fraudes eleitorais e esforços para driblar a Lei Falcão. Os candidatos precisavam aparecer ao eleitorado. Contudo, após as regras que restringiram a campanha eleitoral, persuadir o público ficou mais trabalhoso, por isso velhas práticas muito bem conhecidas dos processos eleitorais do Brasil foram desengavetadas. Tais práticas, apesar de nunca terem sido abandonadas, remontavam a períodos anteriores à República brasileira. Mesmo com restrições na mídia, atividades como comícios, visitas de porta em porta, compra de votos e contratação de cabos eleitorais voltaram a ser estratégias

principais nas campanhas eleitorais.[120]

No estado do Espírito Santo, ao longo do ano de 1978, o jornal Posição publicou várias matérias denunciando práticas de corrupção eleitoral tanto por parte dos candidatos arenistas, quanto de emedebistas.[121] Dentre os candidatos apontados, estava o maior desafeto de Valadão, o deputado federal eleito em 1978, Theodorico de Assis Ferraço. De acordo com o jornal,

> Theodorico de Assis Ferraço ganhou, disparado, o título de "candidato" mais corrupto do partido do governo. Escorado numa verba de cerca de 10 milhões que desviou da Secretaria da Indústria e do Comércio para "fazer estradas" (cadê as estradas?), "Ferracinho" comprou mais de uma dezena de prefeituras do interior.[122]

O clima gerado pelas imposições do Pacote de Abril, bem como pelas restrições da Lei Falcão foi de "cada um por si e Deus por todos". Nesse sentido, os candidatos precisaram transpirar mais e utilizar a criatividade para atingir a maior parcela possível do eleitorado. Toda essa movimentação gerava custos. Quanto maior o investimento, maiores as chances de elegibilidade.

Nesse aspecto, mais uma vez havia certo prejuízo aos emedebistas, já que, desde o início do bipartidarismo, a agremiação de oposição sempre se deparou com maior dificuldade em encontrar apoio financeiro, até porque o alto empresariado era constituído, em sua maioria, por correligionários do golpe e, além disso, havia o receio daqueles que temiam retaliações por apoiar a oposição. Não bastassem as dificuldades financeiras, a partir de 1974, o MDB passou a contar com a entrada de uma nova geração de políticos, mais novos em idade e com diferentes perspectivas políticas. Essa geração trazia renovação, mas também a incerteza de conseguirem a penetração necessária junto ao eleitorado. Dessa forma, fatores externos e internos deixavam o MDB em posição difícil em vários momentos de sua atuação, inclusive ao longo do período de reabertura política.

---

[120] A vitória da corrupção. **Posição**, p. 03, Vitória, 01/12/1978. A referida matéria afirmava em tom de denúncia: "Os votos conseguidos pela Arena no Espírito Santo foram assim: 48 horas antes das eleições nenhum banco de Vitória tinha nota de 50".

[121] Ainda na edição de 01/12/1978, na página 04, o jornal **Posição** lançou nota, criticando alguns candidatos emedebistas, sob o título *Para os "arenosos" uma solução: rua*. Dessa forma, o jornal denunciou práticas escusas de Luiz Baptista (deputado eleito); Aloísio Santos (candidato a deputado federal que não conseguiu a reeleição); Clério Falcão (deputado federal reeleito); Antônio Pelaes e José Casagrande (candidatos à Assembleia Estadual, não reeleitos, que atuaram em favor da Arena durante a campanha).

[122] A vitória da corrupção. **Posição**, Vitória, p. 03, 01/12/1978.

A insegurança com a renovação dava-se muito porque grande parcela dos políticos, tanto arenistas, quanto emedebistas que atuaram na configuração político-partidária do Regime de exceção (1964-1985) compunham a velha e tradicional elite política brasileira, eram homens de notoriedade pública e que, muitas vezes, conseguiam votos, independentemente do partido em que atuassem. Basta lembrar que os dois partidos do regime nasceram de políticos que migraram das siglas extintas pelo Ato Institucional nº 2. Nesse sentido, a renovação em curso no MDB era boa do ponto de vista ideológico, mas arriscada no quesito competitividade, afinal seria preciso novas e eficazes estratégias para fazer frente aos históricos políticos arenistas.

Nesse cenário desafiador ao MDB, somente os indivíduos com força política e eleitoral consolidada tiveram condições de se eleger,[123] mas não todos, conforme se evidenciou nos resultados dos candidatos do Estado do Espírito Santo, em que velhas raposas ficaram de fora do governo após o pleito de 1978.[124]

Apesar das vantagens conferidas pelas medidas do governo federal à base governista, não foram todos os arenistas que aprovaram as condições em que transcorreram as eleições de 1978, a exemplo de Gerson Camata que, em entrevista concedida ao jornal Posição, em dezembro de 1978, após ser eleito deputado federal, reclamou:

> Se nas próximas eleições não tiver sido abolida a Lei Falcão, eu não disputo mais. Abandono a vida pública, pois, em matéria de corrupção, nunca vi tanta sujeira e uma eleição tão degradante quanto esta.[125]

Ao contrário de Camata, o candidato ao senado Moacir Dalla, apelidado durante a campanha de 1978 de *Moacir Dóllar,*[126] além de contar com fato de ser cunhado de

---

[123] *Ibidem.*

[124] Em sua tese de doutoramento, o professor Ueber José Oliveira (2013) observa que nomes consagrados na política capixaba perderam as eleições. Dentre os arenistas, destacam-se o ex-governador e deputado estadual por três vezes Christiano Dias Lopes, e o ex-governador Arthur Carlos G. Santos. O professor conclui que a derrota de algumas lideranças arenistas foi consequência das manobras conduzidas por Eurico Rezende, que conduziria o governo do Estado nos próximos anos e que, portanto, fez o possível para boicotar a candidatura de seus desafetos e garantir a elegibilidade de homens de sua confiança, como um de seus preferidos, Theodorico de Assis Ferraço. No MDB, nomes fortes do partido também não conseguiram vitória no pleito de 1978, a exemplo do presidente regional do partido e deputado mais bem votado em 1974, Argilano Dario. No caso emedebista, a derrota de candidatos históricos está relacionada à renovação do partido, conforme já registrado no texto.

[125] A vitória da corrupção. **Posição**, Vitória, 01/12/1978, p. 03.

[126] O apelido veio após averiguações da atuação de Moacir Dalla, sobretudo, no interior do Estado. No caso de Dalla, os recursos financeiros foram mais convincentes e eficazes que a boa oratória de candidatos experientes, como Berredo de Menezes.

Eurico Rezende, também explorou o quanto julgou necessário os seus recursos financeiros. Utilizando a compra de votos e de apoio, Moacir deixou para trás candidatos mais experientes e que contavam com a vitória nas urnas, como o emedebista Hélio Carlos Manhães, que não conseguiu eleger-se.

Uma enquete realizada pela Revista Espírito Santo Agora, em outubro de 1978, pretendeu averiguar os critérios considerados pelos eleitores na escolha de seus candidatos. Após a análise das respostas de cem entrevistados, a enquete concluiu que a maioria dos eleitores votava com o coração, isto é, considerando critérios subjetivos. Após o levantamento, em matéria intitulada: *O CORAÇÃO tem o voto que a razão desconhece,* a revista afirmou que:

> Os votos arenistas são mais francos, menos racionais, de gente que foi fisgada pela propaganda transmitida pelos meios de comunicação. Entre os dois pseudo-partidos, inegavelmente a Arena, na Grande Vitória, é o mais popular para um contingente maior de eleitores. Isso é natural, se levarmos em consideração o baixo nível de conscientização política da população [...]. O MDB vence na Ufes, mas perde em Santa Rita, o bairro mais miserável de Vila Velha, por paradoxal que possa parecer. E Santa Rita tem dez vezes o número de eleitores da Ufes.[127]

Se, por um lado, o MDB contava com votos, prioritariamente, de eleitores considerados mais esclarecidos, no sentido de esboçarem um posicionamento sobre a situação de exceção vivida pelo país, por outro fica claro que a oposição e toda a sua bagagem ideológica não chegava à periferia e, quando chegava,não conseguia competir com o pagamento de talões de água e luz e outros favores que não melhoravam a situação socioeconômica de ninguém, mas que garantiam benefícios momentâneos e pessoais, a preço de voto.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas para fazer frente à Arena, Roberto Valadão recebeu o apoio do partido para lançar candidatura à Assembleia Legislativa, primeiro em 1974, quando acabou sendo traído pelo próprio MDB. Isso porque, nesse ano, o partido havia decidido que Valadão seria o nome para a Assembleia Estadual, enquanto Manhães se candidataria ao Senado. O problema foi que, na última hora, Manhães optou por fazer seu registro como candidato à Assembleia Legislativa. Dessa forma, Valadão e Hélio Carlos concorreram

---

[127]O CORAÇÃO tem o voto que a razão desconhece (Enquete realizada pelos Repórteres Ademir Ramos, Cenira Borges, Marisa Ghidetti, Lino Resende, Edvaldo dos Anjos e Maria Ângela Pollerano. Texto final de Sérgio Escovedo). **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, Ano VI, n. 27, p. 10-13, 1978.

concomitantemente ao cargo de deputado estadual. Valadão não pôde superar o eleitorado do ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, e o resultado foi favorável à Manhães, que obteve 13.009 votos, contra 2.840 recebidos por Valadão. Apesar da derrota, Valadão classifica sua votação como honrosa.

O insucesso de Valadão, em 1974, seguiu o ritmo do MDB no cenário Espírito-santense, uma vez que, naquelas eleições para a Assembleia Legislativa, a Arena obteve 227.596 votos, enquanto o MDB contou com pouco mais de 151.000. Foram eleitos quinze deputados governistas, enquanto a oposição ocupou nove cadeiras, uma dessas, com Hélio Carlos Manhães, cujos votos podem ter sido um dos principais fatores para a derrota de Valadão, uma vez que dividiam o mesmo eleitorado pelo MDB.

Vale ressaltar que os resultados do MDB no Espírito Santo destoaram do bom momento do partido em âmbito nacional, uma vez que

> a vitória do MDB, em novembro de 1974, a partir da qual o partido obteve 16 das 22 cadeiras do Senado, aumentou sua representação na Câmara Federal de 87 para 160 deputados e conseguiu maioria em seis Assembléias estaduais, não causou espanto somente à Arena. Mesmo o MDB supreendeu-se com sua vitória, descrita pelo presidente do partido, Ulysses Guimarães, como: “mais do que uma enchente, uma tromba d’água, que nos pegou de surpresa: elegemos 16 senadores, uma vitória extraordinária”.[128]

Para o Congresso Nacional, entre os eleitores do Espírito Santo, somente nos votos para o Senado o MDB superou os arenistas: foram 213.038 contra 168.366. Já para a Câmara Federal, elegeram-se cinco arenistas e três emedebistas. Esse último resultado foi alterado de acordo com o código eleitoral vigente e o sistema de distribuição de sobras, desse modo, tanto a Arena quanto o MDB puderam ocupar uma cadeira a mais na câmara baixa.

Outra questão é que, ainda de acordo com Kinzo,[129] a mídia em nada contribuía com o MDB. Pelo contrário, grandes formadores de opinião, como o jornal *O Estado de São Paulo* e a revista *Veja*, noticiavam como se a Arena estivesse com os resultados eleitorais de 1974 garantidos, criando um clima favorável aos situacionistas e contribuindo para a difusão do pessimismo entre os próprios emedebistas. Considerando a criação de um cenário eleitoral, os resultados acabam

---

[128] KINZO, Maria D’Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**... *Op. cit.,* p. 157.
[129] Cf. KINZO, Maria D’Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**... *Op. cit.*

sendo muito influenciados por expectativas e pareceres da mídia. Às vezes, parece que muitos decidem votar em quem está ganhando, isto é, em quem está melhor na mídia. Dessa forma, nas situações em que o MDB conseguiu a maioria dos votos, havia muito que se comemorar, pois além de ter rompido empecilhos e expectativas contrárias, a oposição passou a ter mais estímulo para se preparar para os próximos pleitos.

Se, em 1974, Valadão não emplacou como deputado estadual, em 1978, as coisas transcorreram de modo diferente. Após o repetido sucesso de votos como vereador no pleito de 1976 e na prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, o MDB decidiu que Valadão tinha votos e força o suficiente para seguir rumo à Assembleia Legislativa. Agora, resolveu fazer dele o principal nome para concorrer ao cargo no legislativo estadual. Dessa forma, em meio às várias estratégias empreendidas pelo governo com o intuito de desarticular a oposição e impedir resultados favoráveis ao MDB, em 15 de novembro de 1978, Valadão foi eleito deputado estadual. A campanha emedebista possuía dupla missão, pois, além de trabalhar no sentido de eleger seus candidatos, a comunicação com o eleitor era sempre uma oportunidade para denunciar as arbitrariedades do sistema político do Regime Civil-Militar, a exemplo deste folheto de campanha:

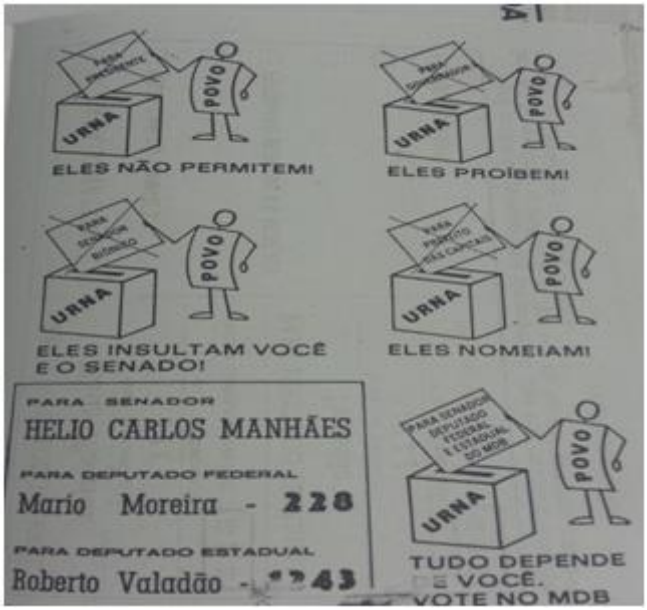


FIGURA 2: Folheto de campanha. **Fonte:** Arquivo pessoal de Roberto Valadão Almokdice

Na ocasião, assim como em 1974, não era necessário o afastamento do cargo de vereador para pleitear a Assembleia, mas o desafio financeiro ainda era uma

barreira, fazer campanha demandava apoio e disponibilização de recursos. O MDB regional não contava com muito capital. Valadão, igualmente, não dispunha de verbas próprias, uma vez que sua principal fonte de renda era o seu salário como empregado de um cartório na cidade de Cachoeiro. Assim, a principal estratégia adotada era a visita aos diretórios, o encontro pessoal com os eleitores. Valadão relata, em entrevista a nós concedida, que foi indispensável o apoio do pecuarista Gerson Moura, com quem pôde contar financeiramente na divulgação de sua imagem. O pecuarista era filiado ao MDB e fazia questão de percorrer os diretórios como seu candidato, inclusive, era dele o dinheiro que garantia a gasolina das viagens.

Na entrevista que fizemos, Valadão disse que aprendeu que o leitor de Cachoeiro gosta muito de ser prestigiado, isto é, o eleitor gosta do contato pessoal, do velho contato “corpo a corpo”. Por isso, mesmo com todas as dificuldades, preferia ir até o eleitor. Todavia, na campanha de 1978, não pôde ir a muitos diretórios, sobretudo àqueles no norte do Estado, onde era longe e oneroso chegar.

Na sua primeira experiência como deputado estadual, Valadão compôs uma Assembleia com a seguinte configuração partidária:

TABELA 10 – Eleições para a Assembleia Legislativa do ES em 1978.

DEPUTADOS ELEITOS POR PARTIDO	
ARENA	**MDB**
Alicio Franco	Roberto Valadão Almokdice
Emir Macedo Gomes	Sebastião Batista
Pedro Leal	Vicente SantórioFantini
Alcino Santos	Clóvis José de Siqueira
Edson Machado	Wilson Haese
Aldary Nunes	Clério Vieira Falcão
João Manoel Meneguelli	Nelson Alves de Aguiar
Otto Vieira de Rezende	Nider Barbosa
Lucio Merçon	Dilton Lyrio Netto
Paulo Barros	Darcy Castelo Mendonça
Arabelo do Rosário	
Dylio Penedo	
Juarez Martins Leite	
Vicente Silveira	

Total de arenistas =	14	Total de emedebistas =	10

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TRE-ES

Valadão obteve 14.150 votos, tendo sido o deputado com mais votos pelo MDB, ocupando a quarta colocação no resultado geral. O arenista e também cachoeirense Alicio Franco, destacou-se com mais de 16 mil votos. Além de outros fatores e sem desconsiderar as especificidades do pleito de 1978, não dá para negar que o fato de não ter que concorrer com um grande nome dentro do próprio partido, como ocorreu em 1974, foi muito significativo para os números alcançados por Valadão.

O jornal Posição não deixou o resultado da nova configuração da Assembleia passar despercebido. Em matéria intitulada *A nova oposição, Um salto qualitativo*, afirmou que:

> O número de deputados eleitos pelo MDB - para a Assembleia e para a câmara – foi realmente o mesmo. Mas a qualidade mudou. Um Valadão ou um Max Mauro incomodam muito mais do que cinco adesistas ou cinco omissos convictos.[130]

Em relação ao reconhecimento dos autênticos Valadão e Max Mauro como oposições legítimas, uma ironia do destino seria o futuro preterimento do primeiro em relação ao segundo, nas eleições governamentais de 1982, para apoiar o ex-arenista Gerson Camata. Uma das justificativas de Valadão para a sua atitude foi justamente a intransigência de Max em relação às suas convicções políticas. De acordo com Valadão, “Max brigava com tudo, com todos e havia brigado, principalmente, com Deus”.

Ainda sobre os resultados de 1978, a edição de novembro da revista Espírito Santo Agora concluiu que

> a vitória da Arena, no caso da Assembléia, não pode ser computada como uma vitória do partido. Foi sim, uma vitória de nomes. Deputados como Emir de Macedo Gomes, Pedro Leal, Lúcio Merçon, Alício Franco teriam a mesma votação obtida se pertencessem a outros partidos. Os eleitores não votavam na Arena, mas nos nomes. Em relação à oposição pode-se dizer que o eleitor votou numa filosofia. Tanto é assim que a nova bancada do partido tem maioria de autênticos.[131]

A explicação apresentada ela revista segue a mesma linha interpretativa da

[130] A nova oposição. Um salto qualitativo. **Posição**, Vitória, p. 04, 01/12/1978.
[131] Eleições: Eurico ganhou. **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, Ano VI, n. 29, p. 10, nov. 1978.

pesquisa realizada antes das eleições, em relação à qual ficou concluído que os eleitores emedebistas eram mais racionais, enquanto os votos arenistas eram sustentados por relações de pessoalidade. O fato é que, no final de tudo, a Arena continuou à frente na Assembleia Legislativa, o que daria ao novo governador mais tranquilidade. Apesar disso, a presença de emedebistas autênticos como Valadão, Wilson Aguiar e Nyder Barbosa de Menezes era a garantia, para aqueles que ansiavam pela redemocratização, deque haveria engajamento da oposição em prol desse ideal.

Conforme já descrito neste capítulo, o contexto em que se desenrolou o mandato 1978-1982 foi assinalado pelas expectativas de redemocratização e desenvolvimento de mecanismos, pelo governo, para garantir um processo de reabertura que enfraquecesse as oposições. Nesse cenário, a atuação do legislativo acabava sendo muito mais no sentido de pressionar a reabertura que de poder efetivamente apresentar projetos inovadores e que atendessem às várias demandas sociais. Nas atas dos anais da Assembleia Legislativa, o que se verifica são muito mais notas de pesar por falecimentos e reclamações pontuais direcionadas ao governador, que discussões de problemas relacionados à saúde, educação, transporte público e outras necessidades latentes em vários municípios do Estado.

O fato é que, desde 1964, o legislativo perdeu muitas atribuições, em detrimento de uma maior concentração de poder nas mãos do Executivo. Durante o Regime e ao longo do período de reabertura política, o poder legislativo ficou com sua atuação cerceada, não podendo legislar sobre assuntos de importância financeira, econômica e administrativa.

Nesse contexto, a atuação de Valadão na Assembleia deu-se no sentido de fazer oposição aberta ao Regime de exceção. O deputado buscava sempre criticar o governo do Estado e a atuação do governo federal, na medida em que esse retardava a reabertura política. Mesmo na Assembleia, não deixava de alfinetar a atuação do arenista Theodorico Ferraço que, nesse contexto, atuava como deputado federal.[132]

---

[132] Assomando à tribuna, o Sr. Roberto Valadão, líder do PMDB, tece críticas ao deputado federal Theodorico Ferraço, pelo tráfico de influência no Geres. S.Exª denuncia irregularidades em empréstimos concedidos à empresada qual aquele deputado é superintendente. Fonte: Ata da

A luta da oposição autêntica pela redemocratização se viu obrigada a aceitar e sobreviver à reabertura conduzida pelo governo, e essa tinha objetivos mais para garantir a ordem vigente que para promover profundas e necessárias mudanças. Em 1979, foi levado a cabo o fim do bipartidarismo: o sistema partidário vigente desde 1965 foi alterado e, no rearranjo político, surgiram novos partidos, sendo as siglas: PDS, PMDB, PDT, PTB e PT.

O Partido Democrático Social (PDS) foi o herdeiro da Arena; já em relação à oposição, ocorreu exatamente o pretendido pelo Regime Civil-Militar, se fragmentou ainda mais, o que, na prática, possuía um efeito de desarticulação. Isso porque, mesmo que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) tenha tentado dar continuidade ao extinto MDB, vários emedebistas se uniram a outras alas esquerdistas na formação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido dos Trabalhadores (PT). A intenção de minar a possibilidade de continuidade do Movimento Democrático Brasileiro foi tão escancarada que a reforma do sistema exigia a existência da palavra Partido como prefixo em todas as organizações partidárias. Assim, o governo livrava-se do nome Arena e de sua ligação ao regime que se prometia extinguir, ao mesmo passo que desarticulava o MDB e a força de esquerda que esse representava.

Nesse novo cenário, praticamente todos os novos partidos possuíam uma ligação com alguma tradição do passado, o PTB com sua tradição getulista/trabalhista; o PDT ligado a Leonel Brizola e também com laços orgânicos com o trabalhismo; o PDS e o PMDB, como já mencionado, herdeiros das extintas siglas bipartidárias. O PT destoa nesse quadro, como analisa Motta:

> Quanto ao Partido dos Trabalhadores (PT), trata-se certamente de uma das construções mais originais da política brasileira. Contribuíram para a sua fundação alguns parlamentares eleitos pela legenda do MDB, em 1978, mas as forças principais do PT vieram do universo extraparlamentar. As bases sociais do partido se originaram fundamentalmente de três setores: líderes do sindicalismo em ascensão, com destaque para Luís Inácio "Lula" da Silva; intelectuais e pequenos grupos marxistas; e militantes populares ligados ao trabalho pastoral da Igreja Católica.[133]

Assembleia Legislativa do Espírito Santo, 2ª sessão da 2ª sessão legislativa ordinária da 9ª legislatura, 30 de junho de 1980.

[133] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 107-108.

Como visto, o retorno do pluripartidarismo se deu ainda durante o cumprimento do mandato da legislatura de 1978-1982. Assim, os políticos arenistas e emedebistas eleitos em 1978 migraram de sigla para adequarem-se aos cinco novos partidos.

Na Assembleia Legislativa do estado do Espírito Santo, as migrações se iniciaram em 05 de março de 1980, quando parlamentares emedebistas apresentaram expediente de comunicação à secretaria, informando sua integração ao bloco parlamentar do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).[134] Já na sessão seguinte, no dia 06 de março, alguns deputados da casa apresentaram um abaixo-assinado, comunicando sua adesão ao Partido Democrático Social (PDS).Na mesma ata, há a manifestação do deputado e ex-emedebista, Clério Falcão, constando como único filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido esse que não conseguiu constituir bancada na Assembleia para a vigente legislatura. A primeira manifestação de presença do Partido dos Trabalhadores (PT) foi do deputado Nelson Alves de Aguiar, em 12 de março de 1980 que, para tanto, se desfiliou do PMDB.

Nas eleições de 1982, que sucederam com base na reforma partidária, conforme Reis,

> mesmo com a multiplicação das legendas, a polarização básica manteve-se entre os sucedâneos dos partidos mais conhecidos, o PDS, a Arena reconvertida, e o PMDB, sucessor do MDB. O primeiro elegeu doze governadores, todo o Nordeste, da Bahia para o norte, e outro grande estado, o Rio Grande do Sul. Fez ainda a maior bancada da Câmara e do Senado e a maioria dos vereadores e prefeitos.[135]

A partir das adequações, a configuração político-partidária da Assembleia Legislativa ficou da seguinte forma:

---

[134] **Ata da Assembleia Legislativa do Espírito Santo**, 05 de março de 1980.

[135] REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**... *Op. cit.,* p. 140.

TABELA 11 - Configuração político-partidária da ALES.

Nome/Deputado	Partido de origem	Partido Regime Militar	Novo Partido
Alício Franco	-	ARENA	PDS
Emir de Macedo Gomes	PSP	ARENA	PDS
Pedro Leal	PSD	ARENA	PDS
Roberto Valadão Almockdice	-	MDB	PMDB
Alcino Santos	PSD	ARENA	PDS
Edson Machado	PSP	ARENA	PDS
Aldary Nunes	-	ARENA	PDS
Samuel Batista Cruz	-	MDB	PMDB
João Manoel Meneghelli	-	ARENA	PDS
Otto Vieira de Rezende	UDN	ARENA	PDS
Lúcio Merçon	PRP	ARENA	PDS
Paulo Barros	UDN	ARENA	PDS
Arabelo do Rosário	-	ARENA	PDS
Dylio Penedo	PSD	ARENA	PDS
Juarez Martins Leite	PSD	ARENA	PDS
Vicente Silveira	UDN	ARENA	PDS
Vicente Santório Fantini	-	MDB	PMDB
Clovis José Siqueira	-	MDB	PDS
Wilson Haese	-	MDB	PMDB
Clério Vieira Falcão	-	MDB	PMDB
Nelson Alves de Aguiar	-	MDB	PMDB
Nyder Barbosa de Azevedo	-	MDB	PMDB
Dilton Lyrio Netto	-	MDB	PMDB
Darcy Castello de Mendonça	-	MDB	PDS

Fonte: OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar**... *Op. cit.*

Dessa forma, após a reforma partidária, os deputados migraram basicamente para o PDS e para o PMDB, dando continuidade à dinâmica em vigência na Assembleia Legislativa desde o início da legislatura, conforme é possível verificar na tabela:

TABELA 12 - Configuração partidária na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

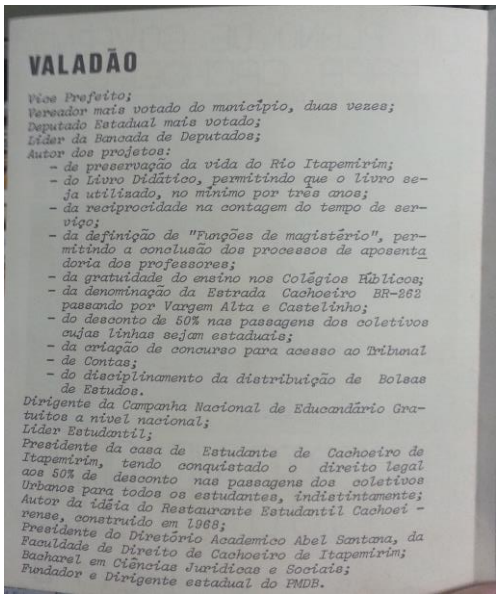
Partidos de Origem	PDS		PMDB		Total
	Nº	%	Nº	%	
Arena	14	58,3	0	0	14
MDB	2	8,3	8	33,3	10
Total	16	66,7	8	33,3	24

Fonte: OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar**... *Op. cit.*

Nessa nova configuração, além de continuar até o início do ano de 1981 como líder

do seu partido na Assembleia,[136] Valadão tornou-se membro permanente da Comissão de Constituição de Justiça, Serviço Público e Redação, ao lado de Lúcio Merçon, Vicente Silveira, Alício Franco, Antônio Jaques, Pedro Leal, Clóvis Siqueira, Nyder Barbosa e Samuel Batista.

Outrossim, o deputado seguiu sua atuação de embate com o regime de exceção e em defesa da redemocratização. Em 1982, foi o escolhido pelo PMDB cachoeirense para concorrer ao cargo de prefeito, pela primeira vez. Em sua campanha rumo à prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, Valadão buscou fazer bom proveito de seu currículo político, conforme apresentado no folhetim a seguir:



VALADÃO

Vice Prefeito;
Vereador mais votado do município, duas vezes;
Deputado Estadual mais votado;
Líder da Bancada de Deputados;
Autor dos projetos:
- de preservação da vida do Rio Itapemirim;
- do Livro Didático, permitindo que o livro seja utilizado, no mínimo por três anos;
- da reciprocidade na contagem do tempo de serviço;
- da definição de "Funções de magistério", permitindo a conclusão dos processos de aposentadoria dos professores;
- da gratuidade do ensino nos Colégios Públicos;
- da denominação da Estrada Cachoeiro BR-262 passando por Vargem Alta e Castelinho;
- do desconto de 50% nas passagens dos coletivos cujas linhas sejam estaduais;
- da criação de concurso para acesso ao Tribunal de Contas;
- do disciplinamento da distribuição de Bolsas de Estudos.

Dirigente da Campanha Nacional de Educandário Gratuitos a nível nacional;
Líder Estudantil;
Presidente da casa de Estudante de Cachoeiro de Itapemirim, tendo conquistado o direito legal aos 50% de desconto nas passagens dos coletivos Urbanos para todos os estudantes, indistintamente;
Autor da idéia do Restaurante Estudantil Cachoeirense, construído em 1968;
Presidente do Diretório Academico Abel Santana, da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim;
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais;
Fundador e Dirigente estadual do PMDB.

FIGURA 3: Currículo Político Roberto Valadão. **Fonte:** arquivo pessoal de Roberto Valadão.

A essas alturas do Regime Civil-Militar, ainda transcorrendo no insistentemente lento, gradual e seguro processo de recuperação, em 1982, Valadão deixou a Assembleia Legislativa e elegeu-se prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, escrevendo um dos principais capítulos de sua trajetória política.

[136]Em 1981, a bancada do PMDB elegeu o deputado Nyder Barbosa, como líder do partido na Assembleia Legislativa para o biênio 1981/1982. Apesar disso, foi a partir de 1981 que se notaram registros de uma atuação mais assertiva de Valadão em relação à proposta de projetos, o que deve ser relacionado ao próprio contexto de redemocratização. Dentre as propostas de projetos, em 1981, podem-se citar os de número 30/81- que defendia a gratuidade de ensino público estadual; o 35/81- que propunha a isenção do pagamento de passagem de ônibus aos agentes de saúde do Estado, tais como os visitadores sanitários; e o 36/81 – que isentava as pessoas com deficiência do pagamento de impostos e taxas estaduais.

3.3 Eleições gerais de 1982 e Roberto Valadão na Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim

Na década de 1980, já era notório o desgaste do Regime Civil-Militar e a crise de legitimidade do governo perante a sociedade brasileira, marcada por uma tribulação conjuntural, com crescente recessão econômica e reincidentes mobilizações político-sociais com reivindicações para o retorno da ordem democrática. Esse contexto é assim analisado por Couto:

> Uma questão preocupava muito no começo do governo Figueiredo, apesar de seus juramentos e promessas. Era a capacidade de seu governo conciliar a continuidade da abertura com as perspectivas sombrias da economia. O contexto era de grave crise mundial, que combinava crise energética, taxas de juros crescentes e declínio do nível de atividade econômica. De fato, a partir de 1979, ocorreram novos aumentos dos preços do petróleo – terceiro importador mundial, o Brasil foi duramente atingido -, as taxas de juros internacionais bateram todos os recordes – maior devedor do Terceiro Mundo, o Brasil foi drasticamente penalizado – e a economia dos países industrializados mergulhou em recessão. No plano da política, a pergunta-chave era se a abertura entraria em colapso, caso a crise econômica piorasse. Havia o mito, principalmente entre radicais de direita, de que o desenvolvimento exige governo forte em país subdesenvolvido. Mas veio a recessão profunda e a liberalização não deixou de prosperar.[137]

Um dos passos mais otimistas da gestão Figueiredo rumo à redemocratização foi a concessão da Anistia política, regulamentada pela lei 6.683, de 28 de agosto de 1979. A lei foi, em parte, uma resposta positiva do governo militar à crescente mobilização popular em prol da anistia. Contudo, contrariando as expectativas da campanha da anistia, o governo não concedeu a pretendida anistia ampla e irrestrita. A restrição foi para aqueles condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal, os denominados crimes de sangue, apesar da concessão de anistia aos militares que cometeram tortura e crimes em nome da manutenção da ordem imposta pelos governos militares.

Dessa maneira, os guerrilheiros, representantes mais radicais da oposição ao estado de exceção, mesmo que tivessem representado uma força desproporcional ao poder de coerção exercida pelas forças militares do governo, foram excluídos do perdão, tendo suas ações perpetuadas como um atentado contra os interesses da sociedade, mesmo na nova conjuntura, ao passo que seus algozes, militares que

---

[137] COUTO, Antonio Albino Canelas Rubim Comunicação e política: conceitos e abordagens... *Op. cit.,* p. 259-260.

promoveram o terror e crimes de sangue em favor da manutenção de uma ordem autoritária, foram isentos de suas ações, pela compreensão de que agiram de acordo com as necessidades daquele contexto.

Considerando os critérios que nortearam a concessão da anistia, fica explícita a absolvição do autoritarismo e arbitrariedades cometidas durante o Regime Civil-Militar, e a regulação da máxima de que, na luta política, somente aqueles que estão ao lado do governo é que podem usar armas e a força, ainda que contra o próprio povo do qual o poder deveria emanar, no híbrido Regime Civil-Militar brasileiro.

Associada a isso, disseminou-se, até os dias atuais, no imaginário social brasileiro, a concepção de que aqueles que pegaram em armas contra os governos militares eram de fato sanguinários terroristas, esquerdistas inimigos da boa moral e semeadores da desordem. Inclusive, esse imaginário foi resgatado e difundido em várias mídias recentemente, sobretudo em redes sociais, na ocasião da eleição presidencial, em 2010, na qual concorreu a petista Dilma Vana Rousseff,[138]ex-integrante do grupo VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária). Quanto ao enquadramento do indivíduo como legalista ou subversivo, vale lembrar que, durante todo o regime de exceção, para alguns fins, o indivíduo precisava solicitar, ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), um atestado de ideologia política, que era expedido somente após minuciosa investigação.

Como já mencionado anteriormente, a lei 6.767, de 20 de dezembro de 1979, foi promulgada pelo governo,[139] extinguindo o sistema de bipartidarismo, causando um clima de otimismo e desconfiança, pois, ao mesmo tempo em que se conduzia o cenário político-partidário à redemocratização, ameaçava-se a oposição, que mais

---

[138] Em 2011, Dilma Rousseff tornou-se a primeira mulher a eleger-se presidente da República no Brasil, apesar dos esforços da oposição em desqualificar sua imagem perante o eleitorado com base no seu histórico de militância política. Em 1967, Dilma se filiou à Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (Polop), posteriormente transformado em Colina, também de inspiração marxista. Com a posterior fusão do Colina, passou a compor o VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária), grupo opositor à ditadura implantada em 1964, e que via na luta armada a solução para a derrocada do regime. Em 1970, Dilma foi presa em São Paulo, onde ficou retida até o final de 1972, sob a acusação de subversão. Em seus relatos, a ex presidente narra as torturas sofridas, como choques, pau de arara e palmatórias. Em 2014, Dilma foi reeleita presidente da República, mas teve esse mandato interrompido por um processo de impeachment, que a retirou definitivamente do cargo em agosto de 2016, sendo sucedida por seu vice, o pemedebista Michel Temer.

[139] Para ler a Lei Orgânica dos Partidos de 1979 na íntegra, acessar: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6767-20-dezembro-1979-357280-publicacaooriginal-1-pl.html

uma vez se fragmentaria. Nesse novo contexto, transcorreu o processo eleitoral de 1982, em que houve voto direto para os governos estaduais, o que não ocorria desde 1965, além do fim da bionicidade de 1/3 dos senadores. Havia grande expectativa popular, visto que os eleitores elegeriam, além dos governadores, senadores, deputados estaduais e federais, prefeitos e vereadores pelo novo sistema pluripartidário. Entretanto, mais uma vez, o governo da reabertura providenciou as manobras que julgou necessárias à garantia de resultados eleitorais favoráveis ao seu projeto de reabertura, como está em Kinzo:

> Assim, com o propósito de aumentar as chances de vitória do PDS, foi editado o chamado "Pacote de Novembro" que proibiu as alianças partidárias, exigiu que todos os partidos lançassem candidatos a todos os cargos em disputa (isto é, governador de Estado, senador, deputados estaduais e federais, vereadores e prefeitos); e estabeleceu o voto vinculado, que obrigava o eleitor a escolher candidatos do mesmo partido para os diversos cargos, do nível local ao nacional. A introdução do voto vinculado visava assegurar que o apoio eleitoral desfrutado por um candidato a, digamos, governador, ajudasse a eleger seus colegas que concorressem a outros postos. Esta medida seria benéfica ao PDS naqueles Estados onde pudesse contar com a superioridade eleitoral de um forte candidato a governador, por exemplo. [...] Com as outras duas medidas – a proibição de alianças eleitorais e a obrigação de os partidos participarem das eleições para todos os cargos – o governo pretendia fragmentar o voto oposicionista entre os diversos partidos, reduzindo assim o impacto de uma possível vitória. Estas medidas eram particularmente danosas para os partidos recém criados, que não haviam tido tempo de se organizar em escala nacional e, consequentemente, eram capazes de apresentar candidatos para todos os cargos, a não ser em uns poucos Estados.[140]

Apesar de todo o zelo do governo para evitar transtornos ao PDS, o partido possuía seus próprios dilemas, questões que só poderiam ser resolvidas internamente. No Espírito Santo, o PDS herdou as querelas e a fragmentação vivenciadas pela Arena desde a década de 1970, consequências de embates entre as principais lideranças arenistas, e agora pessedistas, como o então governador Eurico Rezende e o ex-governador Elcio Álvares. De acordo com (OLIVEIRA, 2013),[141] a sucessão governamental do Estado do Espírito Santo foi toda conduzida por Eurico Rezende, o que agravou ainda mais as tensões intrapartidárias:

> Nas eleições de 1982, portanto, reproduzindo a mesma tendência da antiga Arena, o PDS partiu para a disputa visivelmente dividido, fato que enfraqueceu grandemente o partido. Em convenção bastante questionada, a ala pessedista, capitaneada pelo então governador Eurico Rezende,

---

[140] KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**... *Op. cit.,* p. 210 - 212.

[141] Cf. OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar**... *Op. cit.*

> escolheu Carlos Alberto Lindenberg Von Shilgen (Carlito) e José Maria Feu Rosa para candidatos a governo e vice, respectivamente. Esse grupo ficou sendo conhecido como PDS UM. Entretanto, os deputados estaduais Vicente Silvera – ex-udenista e agora próximo de Élcio - e Juarez Martins Leite, ex-PSD e fortemente ligado a Elcio Álvares, protocolaram, no dia 1º de julho de 1982, junto ao TSE, um pedido de anulação da convenção do PDS. Os dois deputados, sendo o primeiro Presidente da Assembleia Legislativa, faziam parte do grupo dissidente que passou a ser chamado de PDS DOIS, liderado pelo ex-governador Élcio Álvares.[142]

Ainda que em meio a muitas discordâncias e refutações, Carlito firmou-se como o candidato ao governo, embora, no início das discussões, seu nome fosse um entre as[143]oito opções de Eurico Rezende.

As tensões em torno do candidato a ser escolhido também permearam o PMDB, o mais forte partido de oposição, que, agora com chances de eleger um candidato ao governo por ocasião das eleições diretas, contava com três principais nomes: Dirceu Cardoso (ex-PSD), Max Mauro (ex-emedebista autêntico), e uma das novidades do partido, Gerson Camata (ex-arenista – até 1978). Inclusive, como explica Lemos,

> a convenção do PMDB estava marcada para acontecer antes da convenção do PDS. No entanto, Camata conseguiu juntamente com Argilano Dario, então presidente do PMDB, adiar a convenção do partido. De acordo com o próprio Camata ele articulou isso, pois se Elcio tivesse ganhado a convenção do PDS, ele não sairia candidato do PMDB.[144]

A hesitação de Camata em concorrer com Élcio Álvares vem de sua origem arenista. Ele queria evitar a concorrência com um grande aliado, o qual provavelmente apoiaria, mesmo compondo um partido de oposição, em nome dos velhos tempos. A fidelidade de Camata lhe teria rendido o apoio financeiro de Élcio, que ao ser preterido na convenção do PDS, teria doado ao amigo uma quantia de quinze mil cruzeiros para utilizar em sua campanha como candidato ao governo do Estado, pelo PMDB, em 1982.

Embora fosse uma figura nova na oposição, Camata conseguiu a façanha de vencer Max Mauro na convenção peemedebista, em 1982, que escolheu o candidato ao

---

[142] *Ibidem,* p. 301.

[143] De acordo com Oliveira, em convenção do partido, em 1982, com a presença de 88 membros, o governador Eurico Rezende apresentou oito opções à sua sucessão, dos quais tiveram aprovação: Theodorico de Assis Ferraço, Carlos Alberto Lindemberg Von Shilgen, José Maria Feu Rosa e Chrisógono Cruz. Um dos grandes embaraços foi o alijamento de Élcio Álvares, a quem Eurico sucedeu em 1979. *Ibidem*, p. 300.

[144] LEMOS, Amarildo Mendes. **Agora é Max. A trajetória política de Max de Freitas Mauro (1970-1990)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014, p. 182.

governo do Estado. Em entrevista, Valadão afirma que não apenas apoiou Camata, como foi um dos responsáveis por trazê-lo para o PMDB. Segundo ele, o partido precisava de um nome forte no norte do Estado. Além disso, Max já havia brigado com tudo e com todos, o que colocaria em risco a unidade e, consequentemente, a competitividade do partido. Apesar das acusações a Max Mauro, ele não promoveu a fragmentação do PMDB, uma vez que aceitou o resultado da convenção, ratificando a candidatura de Camata e concordando em lançar candidatura como deputado federal ,em 1982,[145] em troca de, em 1986, receber o apoio do partido e do próprio Camata para ser candidato ao governo.[146] No final das contas, Max garantiu a Camata um PMDB unido e pronto a disputar com um PDS dilacerado por conflitos internos.

Considerando a posição central ocupada pelo PDS e pelo PMDB no cenário eleitoral de 1982, verifica-se que esse último somava pontos positivos, pois se, por um lado, concorreria com um partido fragmentado, por outro, tinha em seu candidato, Gerson Camata, um nome que, além de atrair até mesmo o apoio de ex-arenistas, representava uma segurança para aqueles eleitores desconfiados da oposição. Afinal, o discurso democrático proferido pela boca de quem até pouco tempo apoiava o regime de exceção parecia uma garantia de que os interesses daqueles mais identificados com a direita estariam garantidos. De acordo com Valadão, Camata era bom de voto, tinha a psicologia do discurso. Além disso, Camata representou a única opção para os que se identificavam com o extinto MDB. Assim, sua candidatura acabou sendo um bom negócio para ele e para o PMDB, que acabou saindo vitorioso na disputa pelo Executivo estadual. A realidade, segundo Lemos, é que

> o ano de 1982 foi um ano marcante para o PMDB em todo o país. O partido que trazia a marca da oposição ao regime militar, pela primeira vez, conseguiu eleger dez governadores, num total de vinte e duas cadeiras em disputa. Passou, assim, a controlar, em relação à quantidade de partidos que ocuparam postos equivalentes, a maior parte das estruturas governamentais estaduais.[147]

---

[145] Nas eleições legislativas de 1982, Max Mauro foi o deputado federal mais bem votado, atingindo mais de 87 mil votos, sendo seguido por Hélio Carlos Manhãs (PMDB).

[146] Nas eleições de 1986, o racha ensaiado em 1982 se efetivou no PMDB, uma vez que Max Mauro não teve o prometido apoio de Gerson Camata, que apoiou José Ignácio Ferreira, e outros correligionários do partido. Apesar disso, Max elegeu-se governador do Estado pelo PMDB, mas na década de 1990 migrou primeiro para o PDT e posteriormente para o Partido da Mobilização Nacional (PMN).

[147] Lemos, 2014, p. 182

Compondo o cenário pluripartidário, o PDT e o PT também concorreram às eleições governamentais de 1982. A expressão dos jovens partidos frente ao eleitorado do Espírito Santo, ao PMDB e ao PDS pode ser analisada na tabela dos resultados eleitorais, a seguir:

TABELA 13 – Resultado eleitoral para o governo do Estado em 1982.

Candidato	Partido	N° de votos	%	Votos Válidos (%)
Gerson Camata	PMDB	448.164	54,30	60,34
Carlito Von Schilgem	PDS	282.189	34,19	38,02
Perly Cipriano	PT	10.482	1,27	1,41
Oswaldo Mármore	PDT	1.239	0,15	0,17
Votos Brancos	-	63.785	7,73	-
Votos Nulos	-	19.523	2,37	-
Total de Votos Válidos		**742,074**	-	**100**
Total de votos apurados		**825.392**	**100**	-

Fonte: OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar**... *Op. cit.*

Conforme mostram os resultados eleitorais, Gerson Camata (PMDB) ganhou com larga superioridade de votos em relação aos seus oponentes, mesmo o PDS, totalizando a preferência de mais de 60% dos votos válidos. O PT e o PDT tiveram, mesmo isoladamente, uma quantidade de votos pouco expressiva, atraindo menos eleitores que os votos nulos. A situação do PDT e do PT, assim como a de outros partidos, foi se ajustando ao longo dos anos. O primeiro, de tradição getulista, trabalhista e a consequência de uma dissidência do PTB, talvez tenha vivido o seu período de maior expressão nas décadas de 1980 e 1990 com Leonel Brizola, seu principal fundador.

O PT se tornou, mais tarde, a oposição mais emblemática do país, tendo conseguido a façanha de eleger, por quatro vezes, um candidato à presidência da República, tendo por isso, e aliado a outros fatores, ganhado a fúria dos grupos de direita e de grupos similares àqueles que apoiaram o golpe de 1964 e que, historicamente, perseguiram e obstaculizaram a atuação das esquerdas no país.

Retomando o cenário das eleições pluripartidárias de 1982, no cenário nacional o PDS conseguiu doze dos vinte e dois Estados, 60% do Senado, 49% da Câmara Federal e a maioria em treze assembleias estaduais. No Espírito Santo, o PMDB conquistou dezesseis das vinte e sete cadeiras da Assembleia Legislativa, vantagem repetida nos resultados municipais, uma vez que pouco mais da metade dos

prefeitos eleitos eram pemedebistas.[148]

Nesse contexto, após ocupar os cargos de vice-prefeito (1971-1972), vereador por duas vezes(1973-1976/1977-1979) e deputado estadual pelo MDB(1979-1982), Roberto Valadão foi o nome escolhido no PMDB de Cachoeiro de Itapemirim para concorrer à prefeitura municipal, e acabou compondo o grupo majoritário de prefeitos pemedebistas do pleito de 1982.

Inclusive, como já registrado em capítulo anterior, no dia treze de novembro de 1982, Roberto Valadão e Gerson Camata protagonizaram um grande comício em Cachoeiro de Itapemirim, até aquela ocasião o maior já realizado no município.

O TEMPO

Valadão e Camata fazem maior comício da história

FIGURA 4: Comício do PMDB em Cachoeiro em 12 de novembro de 1982, destacado no jornal O Tempo.

Além do grande comício com Camata, as estratégias foram basicamente as mesmas adotadas na campanha para deputado estadual, em 1978, explorando seu potencial humano a partir da visita em bairros, discursos inflamados e muitas vezes improvisados, além dos panfletos. Tudo isso com o auxílio de seus apoiadores, pois, apesar de seu posicionamento à esquerda, Valadão atraía a simpatia de importantes empresários de Cachoeiro, tendo entre doadores de capitais, a fábrica de calçados Itapuã, a viação Flecha Branca, a cooperativa de laticínios Selita e a Reis

[148] Cf. PEREIRA, Valter Pires; OLIVEIRA, Ueber José de. Eleições no Espírito Santo: da hegemonia do PMDB à fragmentação partidária (1982/1992). **Revista Ágora**, Vitória, n. 7, p. 1-31, 2008.

transportes.

Além das velhas, boas e certeiras estratégias que já vinham sendo utilizadas e prosperando, Valadão também contou com o prestígio social do seu candidato a vice, Ilo Coelho, que, além de ex-vereador, era um comerciante conhecido no distrito de Condurú, na região interiorana do município. A escolha de Ilo foi pensada pelo PMDB como uma estratégia geográfica, uma forma de abranger o eleitorado mais afastado do centro da cidade.

As expectativas para a gestão de seis anos (1983-1988) eram as melhores possíveis. Era um mandato estendido e que contou com uma composição majoritária do PMDB na câmara dos vereadores, conforme é possível verificar na sequência:

TABELA 14 – Vereadores eleitos em Cachoeiro nas eleições de 1982.

Candidato	Partido	Número de votos
Tarcísio Souza	PMDB	1.779
Solimar Bueno	PMDB	1.736
Juarez Tavares Matta	PMDB	1.657
Ricardo Ferraço	PDS	1.599
Amancio Teixeira	PDS	1.281
Geraldo Giro	PDS	1.232
Nicolau Depes	PDS	1.187
Cléo Alves Machado	PDS	1.167
Darcy PreattoSecchim	PMDB	1.140
José João Sartório	PMDB	1.092
Elias Carreiro	PMDB	1.073
Elimário D. Rocha Fabris	PMDB	974
Laurito Campos	PMDB	945

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TRE-ES.

Nessa configuração legislativa, cabe registrar a adesão de dois ex-arenistas ao PMDB, Juarez Tavares e Darcy Preatto Secchim. Ambos já haviam sido vereadores na gestão anterior, em que foi prefeito o emedebista Gilson Carone. Além disso, nos registros do TRE, consta, em rasura, que Dionízio Rigo “foi empossado para o corrente mandato”.

Composto o novo governo, o desfio era montar uma gestão forte, coesa e capaz de

atender às expectativas dos mais de 25 mil eleitores que optaram pelo PMDB, e pelas figuras que se elegeram, mesmo que sob o mérito de suas habilidades pessoais para angariar votos, o que se pode inferir, por exemplo, dos dois vereadores pemedebistas que tinham origem na Arena. Essa é uma amostra de que o eleitor, em muitos momentos, vota no candidato, e não no partido ou na ideologia que este representa.

Valadão assumiu um município com heranças de gestões consecutivas do MDB, de Hélio Carlos Manhães (1977-1978) e de Gilson Carone (1978-1982). Em relação ao último, foi incansável ao fazer menções elogiosas sobre o governo que desempenhara em Cachoeiro. Chegou até mesmo a fazer uma exposição na Assembleia Legislativa com dados e informações positivas sobre a gestão e o trabalho que Gilson Carone desenvolvera no município.[149]

Todavia, os elogios de Valadão em relação ao antecessor Gilson Carone não garantiram o mesmo tratamento em relação à sua gestão, ao final do seu mandato. Uma ruptura política entre as duas lideranças do PMDB em Cachoeiro tornou-se pública e notória.[150] Ratificando o clima de hostilidades, em 1989, o então vereador e filho de Gilson Caroni, Salim Resk Carone (PCB), solicitou investigação de corrupção da gestão de Valadão. O vereador suspeitava de irregularidades na concorrência para a retirada dos trilhos da estação de trem Leopoldina do centro da cidade, além de outros gastos da gestão 1983-1988. O embate contou até com episódio de agressão física, em que Valadão ganhou um soco no rosto, efetuado por Salim Carone. Logo, Valadão, que dizia não haver oposição sem tapa na mesa, acabou sendo vitimado reincidentemente por rompantes de opositores enérgicos.

Se na condição de deputado Valadão muito elogiava a administração de Gilson Carone, quando assumiu o governo, deparou-se com uma prefeitura desestruturada infraestruturalmente, com patrimônio físico obsoleto e sucateado, e carente de boa administração, de organização das secretarias. A situação em que Valadão assumiu a prefeitura foi descrita pelo jornalista Rogério Medeiros, pós governo Gilson Carone:

---

[149] A relação com o Dr. Gilson Carone se alterou ao longo da década de 1980. Os dois chegaram a ser considerados inimigos, causando uma fragmentação do PMDB em Cachoeiro de Itapemirim.
[150] Vereador investiga gestão de Valadão. **A Gazeta,** 19 de janeiro 1989.

> O prefeito Roberto Valadão, ao assumir a Prefeitura, a encontrou completamente desequipada. Investiu, de imediato, na compra de veículos para a limpeza urbana. Em seguida, de forma global, atendeu às prioridades da saúde, educação, obras e o interior.[151]

Agora, na condição de prefeito eleito, Valadão tinha muito mais a corrigir que elogiar. A ideia difundida era a de que, se comparada com as anteriores, sua gestão era revolucionária.

Para vencer as dificuldades e atender às demandas do município, foi elaborado um plano de governo com metas que previam desde um hortão na cidade, até a criação de um centro de manutenções para os equipamentos e maquinários da prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim e novas secretarias. Valadão prometia um governo modernizante, além de seguir sua linha política de apropriação das demandas sociais dos mais pobres.

Sob o apoio do governador Gerson Camata, contando com a maioria pemedebista na câmara dos vereadores, conquistando a credibilidade da população cachoeirense, Valadão desenvolveu um governo com muitas realizações, para as quais foi primordial a atuação da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, de onde saíam todos os projetos que norteariam as ações da prefeitura. Para sondar os desejos do eleitorado, foi realizada uma consulta pública, em parceria com os acadêmicos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cachoeiro de Itapemirim, que indagava a população sobre vários temas, como nível de escolaridade, higiene e saúde e perfil socioeconômico, por exemplo. As respostas dos populares eram utilizadas para captar quais eram as ações da administração pública de maior urgência e quais as expectativas do povo. A partir disso, a Secretaria de Planejamento buscava alinhar suas ações.

Em seis anos de mandato (1983-1988), de acordo com o divulgado em matéria no jornal A GAZETA, citada anteriormente e, segundo o próprio Valadão, comprada, várias ações teriam sido empreendidas com o intuito de modernizar a administração de Cachoeiro, como por exemplo:

1- a criação da Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo – responsável pela promoção de atividades como: lançamento de livros, Feiras de artesanato,

---

[151] Administração adquire frota de veículos para cumprir programas de Plano de Governo. **A Gazeta – Suplemento Especial**, p. 19, 23 de junho de 1985.

Jogos escolares, Torneios de motocross, Festas de bairros e distritos, Feira da Bondade (Evento beneficente, coordenado pela prefeitura);

2- Reestruturação da Praça de Fátima – importante espaço de lazer no município, localizado na Avenida Beira Rio, e iniciada durante a gestão do então prefeito Theodorico de Assis Ferraço;

3- Criação do Hortão Cachoeiro, que tinha como um dos objetivos alimentar todo o alunado da rede municipal de Educação. Essa ação traria a reboque o combate à evasão escolar. O hortão rendeu elogios, sendo considerado por Camata,[152] uma obra histórica;

4- Continuação/ extensão da Avenida Beira Rio, obra iniciada na gestão Theodorico de Assis Ferraço;

5- Criação do Centro de Manutenção e Complexo Industrial, que é, atualmente, considerado por Valadão um de seus maiores feitos. O Complexo foi idealizado para fazer todo o controle de almoxarifado para fins patrimoniais do município, ou seja, ali eram reformados equipamentos e realizada toda a logística dos bens móveis utilizados em todos os setores públicos de Cachoeiro;

6- Participação semanal do prefeito no programa Debate, da rádio Cachoeiro, para responder às indagações dos ouvintes/munícipes;

7- Ativação de um Pronto Atendimento 24 horas, idealizado e com prédio inaugurado no governo de Gilson Carone, funcionando na Avenida Lacerda de Aguiar;

8- Reorganização estrutural de escolas da prefeitura, sob a coordenação da professora Sônia Coelho.

Na edição especial, comprada pelo próprio Valadão, com apoio financeiro de empresários de Cachoeiro, sua gestão é retratada como uma das melhores de todo o país, contribuindo para a criação de uma imagem positiva e arrojada do prefeito,

---

[152] Valadão realiza obra histórica. **A Gazeta – Edição de Suplemento Especial**, p. 4, 23 de junho de 1985.

que já sabia fazer bom proveito de sua origem emedebista e do bom discurso para o povo.

Na medida em que sua gestão desenrolou-se, Valadão pôde acompanhar a tão almejada redemocratização do país, concretizada em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves à presidência da República.[153]

No novo cenário político que se abriu no país, pós redemocratização, Valadão ainda teve intensa participação na política- partidária pelo PMDB, tanto à frente do diretório regional do partido, como se elegendo na década de 1990 por duas vezes como deputado federal (1991-1994/1995-1998) e na década seguinte como prefeito de Cachoeiro de Itapemirim para mais um mandato (2005-2008).

Nesse novo cenário político do país, é preciso analisar a trajetória política de Valadão por outra perspectiva, talvez, nessa nova fase não seja adequado falar em construção do personagem político, uma vez que novos fatores e acontecimentos acabaram o enveredando para o caminho do desgaste, da desconstrução. Isso porque apesar de todo o respeito angariado ao longo de sua vida política, Valadão não configura, na atualidade, uma força combatente na política cachoeirense ou capixaba. Hoje, a principal atuação de Valadão é como avô, daqueles participativos, que leva e busca na escola, e uma de seus principais compromissos é o de tomar uma cervejinha no quintal de casa, no mesmo espaço onde recebe atenciosamente àqueles que o procuram para saber um pouco mais sobre a História de Cachoeiro de Itapemirim, sobretudo, referente aos anos do Regime civil-militar, cenário em que sua trajetória política foi construída.

[153] Tancredo Neves não assumiu a presidência, pois por complicações de saúde acabou falecendo e sendo sucedido por seu vice, José Sarney.

Considerações finais

Este trabalho buscou inserir-se no bojo de pesquisas que almejam reduzir as várias lacunas historiográficas na história do Estado do Espírito Santo. Ao nos interessarmos pelo estudo de um objeto no cenário do Regime Civil-Militar, priorizamos a História Regional, escolha essa que nos conduziu à primeira conclusão, qual seja, a de que o estudo da História Regional é em muito prejudicado pelas dificuldades de acesso às fontes. No nosso caso, houve um óbice especial no que tange à ausência de arquivos sistematizados em âmbito municipal. Em Cachoeiro de Itapemirim, pesquisar na prefeitura é aventurar-se em meio a recortes aleatórios e repletos de descontinuidades, uma vez que até existem espaços físicos destinados a esse fim, mas, apesar disso, empreender uma pesquisa é descobrir o descompromisso com a preservação da memória e com a viabilização de um resgate científico sobre o município.

As dificuldades estenderam-se à Câmara dos Vereadores, onde os livros dos anais estão entulhados, sem contar sequer com um espaço adequado ao seu manuseio. Em relação às tentativas de pesquisar o Movimento Democrático Brasileiro em Cachoeiro, todas foram frustradas, visto que apenas no acervo pessoal de Roberto Valadão Almokdice e nas várias entrevistas com ele pudemos encontrar pistas que nos conduziram às respostas que não lograríamos encontrar nas demais fontes acessadas.

Quanto à pretensão de discutir a construção de um personagem político, o objetivo nunca foi estabelecer estereótipos ou um modelo de oposição, a partir da trajetória de Roberto Valadão Almokdice, um emedebista autêntico e combativo ao Regime Civil-Militar (1964-1985). Inicialmente, o objetivo era montar um espectro da política capixaba durante os anos do regime de exceção, sob a óptica da oposição. Para isso, perseguimos a história de um homem que forjou sua trajetória no campo político-partidário, justamente para se opor ao autoritarismo impetrado na política brasileira a partir do golpe de 1964.

Roberto Valadão Almokdice emergiu no cenário político, em primeiro momento, na liderança estudantil. Ao compor a Casa do Estudante, passou a chamar a atenção de políticos de carreira no município de Cachoeiro de Itapemirim. Seus discursos

inflamados e de aproximação com determinadas questões sociopolíticas, além da influência de seu irmão Arildo Valadão, já muito engajado nos ideais comunistas, acabaram conduzindo-o ao campo da oposição, naquele contexto, ao MDB, única força opositora legalmente possível. Assim, constatamos que diferentemente de vários outros políticos que precisaram se alinhar à Arena ou ao MDB para não perderem sua carreira política, Valadão emergiu ao cenário político-partidário inspirado, antes de tudo, pela convicção de que era necessário compor o quadro institucional para devolver a ordem democrática ao país. Valadão não possuía tradição política ou social no município de Cachoeiro, não contava com disponibilidade de recursos próprios para promover-se ao cenário público, mas conseguiu ascender muito rapidamente no cenário político municipal entre o final da década de 1960, quando se filiou ao MDB, e a década de 1970, quando ocupou os cargos de vice-prefeito (1971-1972) e vereador mais bem votado nos pleitos de 1972 e 1976.

Quanto a suas atuações, entre as décadas de 1960 e 1970, concluímos que a relação entre a participação de Valadão no Movimento Estudantil e sua posterior filiação ao MDB está no fato de as lideranças emedebistas terem visto no jovem líder estudantil um vice que poderia atrair votos e angariar o apoio da juventude cachoeirense para o MDB. Apesar de seu destaque frente ao Movimento Estudantil, observamos que movimentações da Casa do Estudante ficavam muito mais restritas à classe estudantil. Além disso, ao final da década de 1960, muitas ações dos estudantes foram cerceadas, vigiadas e enquadradas como atos de subversividade, o que acabava limitando o campo de atuação do movimento. Por isso, concluímos que o personagem político Roberto Valadão, apesar de emergir na liderança estudantil, se tornou uma figura pública e notória somente a partir de sua filiação ao MDB,em 1968, compondo o cenário político-partidário de Cachoeiro de Itapemirim.

Na construção do personagem político Roberto Valadão, outro aspecto de extrema relevância foi a criação de um cenário de representação de contraste em relação a outra importante figura da política capixaba, o ex-arenista Theodorico de Assis Ferraço. Em Cachoeiro de Itapemirim, a associação de um a outro, no imaginário da população, devido às suas rivalidades, é quase sempre imediata. Apesar disso, Valadão e Ferraço disputaram diretamente, pela gestão da prefeitura de Cachoeiro, apenas dois pleitos. No ano 2000, aconteceu a vitória do segundo. Já em 2008,

ambos foram derrotados nas urnas pelo petista José Carlos Casteglione. Ao longo deste trabalho, foi possível verificar algumas situações cujo cenário de enfrentamento tornou-se mais intenso. Além disso, ficou evidenciada a manutenção da antipatia de Valadão por Ferraço, ainda na atualidade. Um embate político como esse acaba influenciando na identificação de um personagem político, portanto, certamente, compõe a identidade política de Valadão.

Outra conclusão suscitada por este trabalho foi a de que Valadão consolidou-se como uma oposição genuína ao Regime Civil-Militar ao longo de sua trajetória política, nas décadas de 1970 e 1980, constituindo, no MDB, a geração denominada de autênticos, que emergiu no partido na década de 1970. Ao longo da tessitura do presente trabalho, nos deparamos com discursos, entrevistas e posicionamentos de Valadão que demonstravam sua coragem de criticar a atuação da Arena e as várias estratégias dos governos militares, as quais buscavam silenciar as oposições e retardar o processo de redemocratização.

Ademais, buscamos analisar, no transcorrer das décadas de 1970 e 1980, como Valadão era retratado em alguns jornais de circulação regional. Utilizamos, principalmente, edições dos jornais A Gazeta, e Posição, respectivamente, um alinhado aos interesses do Regime Civil-Militar e o outro declaradamente de oposição. Aventávamos a hipótese de que o jornal A Gazeta muito contribuía para a desconstrução da imagem política de emedebistas, sobretudo aqueles combativos, como nosso personagem, Roberto Valadão. Contudo, não foi o que pudemos inferir a partir da leitura dos exemplares lidos. Não havia matérias que buscavam aviltar ou inferiorizar Valadão e outros emedebistas, todavia identificamos uma maior atenção dispensada às ações da Arena. Era comum nos depararmos com edições da década de 1970 que continham matérias de páginas inteiras retratando assuntos de interesses do Regime Civil-Militar. Por outro lado, no que diz respeito ao MDB, pequenas notas informavam sobre questões relacionadas ao partido ou a determinados políticos. São muito comuns, conforme citadas no trabalho, pequenas notas retratando a opinião de Valadão ou sua indignação com o governo em algumas situações. Assim, ponderamos que o jornal A Gazeta não corroborou para a construção de uma imagem negativa de Roberto Valadão, conforme especulávamos, bem como também não contribuiu de forma qualitativa para dar visibilidade a esse personagem político.

Do mesmo modo, esperávamos ter a confirmação de que o jornal Posição atuava como uma mídia de respaldo ao MDB, porém observamos que as coisas não se processavam exatamente assim. A questão é que, tendo surgido de forma autônoma e sem identificação partidária, o Posição não restringia suas críticas à Arena, havia retaliações ao MDB nas ocasiões em que o partido era interpretado como fraco no papel de oposição que, afinal, deveria desempenhar. Essas críticas não alcançaram Valadão, que é retratado, no Posição, sempre como uma oposição competente e engajada. Assim, concluímos que, ao dar visibilidade à oposição e ao distinguir os políticos emedebistas por críticas que avaliavam sua atuação, o Posição contribuiu para posicionar Valadão como uma oposição confiável, em quem os eleitores poderiam depositar sua confiança e com quem os arenistas poderiam esperar enfrentamento.

Outro aspecto que podemos enfatizar são as perenidades que assinalam a trajetória de Valadão, em especial sua fidelidade ao MDB e, posteriormente, ao PMDB, mesmo nos momentos de crise intrapartidária. No Movimento Democrático Brasileiro, forjou sua identidade política e atuou como vice-prefeito (1971-1972), vereador mais bem votado (1973-1976/1977-1979), além de deputado estadual (1979-1982). A partir da Nova Lei Orgânica dos Partidos (1979), já em cenário político pluripartidário, optou pela filiação ao PMDB, sigla que substituiu o MDB, mantendo assim os laços com suas origens. Em 1982, pelo PMDB, tornou-se prefeito de Cachoeiro de Itapemirim para um mandato de seis anos, e teve a oportunidade de estabelecer uma relação de maior proximidade com a população cachoeirense. Nesse primeiro mandato, ficou reconhecido por empreender uma gestão que buscava a valorização do funcionário público municipal, ao passo que também reestruturava a prefeitura e suas instituições e departamentos.

Nessa gestão de seis anos, Valadão deixou um legado reconhecido, à época, como o de um governo inovador. Nos anos seguintes, porém, o seu prestígio não foi mais o mesmo em Cachoeiro de Itapemirim, onde foi derrotado ao disputar a prefeitura nos pleitos de 1992 e 2000. Apesar disso, conseguiu eleger-se deputado federal por duas vezes, na década de 1990, e prefeito pela segunda vez, em 2004. Essa última experiência frente à gestão da prefeitura de Cachoeiro causou danos irreparáveis à imagem de Roberto Valadão. As acusações de corrupção recebidas e seu afastamento do exercício público, por ordem judicial, criaram outra imagem de

Valadão, encaminhando esse personagem político para a trajetória da desconstrução de seu já desgastado prestígio na vida pública, chegando ao ponto do desgaste como um interdito, o qual se tornou, portanto, impossível de abordar na presente pesquisa.

Referências bibliográficas:

ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937).** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMOKDICE, Roberto Valadão. **A construção e a desconstrução de um personagem político: A trajetória de Roberto Valadão Almokdice de 1970 a 2017**. Entrevista concedida a Aline de Freitas Dias, Cachoeiro de Itapemirim, 2016.

ALMOKDICE, Roberto Valadão. **A Construção e a desconstrução de um personagem político: A trajetória de Roberto Valadão Almokdice**. Entrevista concedida a Aline de Freitas Dias, Cachoeiro de Itapemirim, 10 de fevereiro de 2017.

ALMOKDICE, Roberto Valadão. **Memória do Movimento Estudantil Cachoeirense:** a Casa do Estudante (década de 1950-1960)**.** Entrevista concedida a Paulo Fabris, Cachoeiro de Itapemirim, 05 de junho de 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal. Edições 70, 2009.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 10 ed.Petrópolis: Vozes, 2015.

CARVALHO, Alessandra. **Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da ARENA e do MDB.** 2004. 239 f. Tese (doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASSUNDÉ, Ronaldo Luiz. **A vitória de Albuíno: campanhas modernizadas no Brasil e no Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós graduação em História. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura:** Brasil: 1964. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

DURVEGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FAGUNDES, Pedro Ernesto; OLIVEIRA, Ueber José de; ANGELO, Vitor Amorim (org.). **O Estado do Espírito Santo e a ditadura.** Vitória: GM Editora, 2014.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org.) **O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo oligárquico.** 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2010.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão (org.). **Nacionalismos e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FICO Carlos. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório:** um estudo sobre a Aliança Nacional Renovadora Nacional (ARENA) 1965/1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo:** gênese e trajetória do MDB 1966/19679. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa & Ômega, 1978.

LEMOS, Amarildo Mendes. **Agora é Max. A trajetória política de Max de Freitas Mauro (1970-1990)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LIMA, Venâncio A. de. Cenários de Representação Política (CR-P). In. RUBIM,

Antônio Albino Canelas. **Mídia e Política no Brasil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2004.

LORIGA, Sabina. **O pequeno X:** da biografia à história. Trad. Fernando Sheiebe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MOSCOVICI, Serge **Representações sociais:** investigações em psicologia social. 5 ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOTTA**,** Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2 ed.: Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MOTTA**,** Rodrigo Patto Sá**.** O MDB e as Esquerdas*. In*.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Revolução e democracia (1964...)**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar:** um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982). Tese (Doutorado em Ciências Políticas). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

OLIVEIRA, Ueber José. A fórmula para o caos: o golpe de 64 e a conspiração contra o governador Francisco Lacerda de Aguiar, no Espírito Santo (1964-1966). **Revista Crítica Histórica**, Vitória, nº 10, 2014.

PEREIRA, Valter Pires; OLIVEIRA, Ueber José de. Eleições no Espírito Santo: da hegemonia do PMDB à fragmentação partidária (1982/1992). **Revista Ágora**, Vitória, n. 7, p. 1-31, 2008.

PIERRE, Bourdieu. A ilusão biográfica. In. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil:** do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales – a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RENÉ, Rémond. Uma História presente. In. RENÉ, Rémond (org.). **Por uma história política.** 2. ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RESENDE, José, Lino. **Mídia, ditadura e contra-hegemonia. A ação do jornal Posição no Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em História).Programa de Pós graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. *In*.: FERREIRA, Jorge [*et. al*.]. **O Brasil Republicano:** o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. 2ª ed. V 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 90-120.

RICCER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSAVALLON, Pierre. Por uma historia concepctual de lo político. México et al: Fondo de Cultura Económica, 2002.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação e Política**. São Paulo: Hacker, 2000.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Mídia e Política no Brasil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1999.

SANTOS, Adilson Silva. **Um republicano histórico no Espírito Santo da Primeira República: A carreira de Bernardo Horta de Araújo (1887 – 1913).** Dissertação

(Mestrado em História).Programa de Pós graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

SANTOS, Francisco José dos. **Da campanha da legalidade ao golpe de Estado de 1964:** o estado do Espírito Santo durante o governo de João Goulart. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2002.

SANTOS, Jaqueline Ramalho Nogueira. **Câmara municipal de Cachoeiro de Itapemirim**. Produção Legal e Relação Executivo/Legislativo. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O estado espetáculo**. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1978.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo**; tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Ventura, Zuenir. **1968:** o ano que não terminou. 3 ed.São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2008.

VERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Editora Pensamento Cultrix, 1968.

Fontes primárias:

Ata da Assembleia Legislativa – sessão de 19 de junho de 1979.

Ata da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, 05 de março de 1980.

Ata da câmara dos vereadores de Cachoeiro de Itapemirim, 26 de abril de 1973

Ata da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, 03 de janeiro de 1977.

Ata da sessão da câmara municipal de Cachoeiro de Itapemirim, em 31 de janeiro de 1973.

Ata de resultados eleitorais de 1966, pasta 95ª, folha 12. Disponível no TRE-ES.

Discurso de posse de Roberto Valadão à presidência da Casa do Estudante de Cachoeiro de Itapemirim em 28 de abril de 1968.

Eleicões. **Resultados eleitorais anteriores a 2006.** Eleições de 1972. Disponível emhttp://www.tre-es.jus.br/ Acessado em 10 de junho de 2017.

Eleicões. **Resultados eleitorais anteriores a 2006.** Eleições de 1978. Disponível em: http://www.tre-es.jus.br/. Acesso: 10 de junho de 2017.

Jornais e periódicos:

'Causo' da glicerina em debate na Globo irrita Collor. **Carta Capital**, 29 de novembro de 2011, versão online.

A nova oposição. Um salto qualitativo. **Posição**, Vitória, p. 04, 01/12/1978.

A vitória da corrupção. **Posição**, Vitória, 01/12/197.

Administração adquire frota de veículos para cumprir programas de Plano de Governo. **A Gazeta** – **Suplemento Especial**, p. 19, 23 de junho de 1985.

Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**, 31 de agosto de 2013.

Arena pode indicar Eurico para o governo do ES. **A Gazeta**, p. 5, 07 de janeiro de 1978.

Editorial. Valadão vence processo. **Jornal Fato**. Disponível em: https://www.jornalfato.com.br/politica/valadao-vence-processo-,244037.jhtml, publicada em 03 de dezembro de 2005

Ele lá e eu cá. Estou até mais aliviado, com melhor saúde em ficar livre do imperador. **Século diário online**, 25 de julho de 2017.

Eleições: Eurico ganhou. **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, Ano VI, n. 29, p. 10, nov. 1978.

Ferraço processa prefeito de Cachoeiro. **A Gazeta**, p.3, 08 de maio de 1985.

Hoje, amplas oposições populares anda estão à margem do MDB. **Posição,** p.1, 30 de maio de 1978.

Manhães diz que críticas são injustas. **A Gazeta**, p. 3, 07 de setembro de 1986.

MDB: Uma semente democrática? **Posição,** p.1, 30 de maio de 1978.

Muita abelha pra pouco mel. **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, Ano VI, n. 27, p. 12-14, 1978.

O atentado. **Posição**, p. 3, 03 de dezembro de 1976.

O CORAÇÃO tem o voto que a razão desconhece (Enquete realizada pelos Repórteres Ademir Ramos, Cenira Borges, Marisa Ghidetti, Lino Resende, Edvaldo dos Anjos e Maria Ângela Pollerano. Texto final de Sérgio Escovedo). **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, Ano VI, n. 27, p. 10-13, 1978.

Pela transformação do MDB em um partido popular. **Posição**, p. 10, 01 de junho de 1978.

Valadão chama oposição de desonesta. **A Gazeta,** p. 3, 15 de março de 1986.

Valadão diz que Ferraço ainda pensa no arbítrio. **A Gazeta**, p.3, 04 de maio de 1985.

Valadão e Camata fazem maior comício da História. **O Tempo**. Edição extra, 13 de novembro de 1982.

Valadão: A força da mudança em Cachoeiro, suplemento especial. **A Gazeta**, 23 de junho de 1985.

Vereador investiga gestão de Valadão. **A Gazeta,** 19 de janeiro 1989.

Você está satisfeito com o Regime? **Posição**. p. 10, 23 de setembro de 1978.